



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

DYEGO EDUARDO PEREIRA CARNEIRO

**NOVO GOVERNO, VELHA OPOSIÇÃO: UMA ANÁLISE DO INSTAGRAM DO
MOVIMENTO BRASIL LIVRE EM SEIS MESES DE GOVERNO LULA**

FORTALEZA

2024

DYEGO EDUARDO PEREIRA CARNEIRO

**NOVO GOVERNO, VELHA OPOSIÇÃO: UMA ANÁLISE DO INSTAGRAM DO
MOVIMENTO BRASIL LIVRE EM SEIS MESES DE GOVERNO LULA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Profa Dra. Monalisa Soares
Lopes

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C288n Carneiro, Dyego Eduardo Pereira.
Novo governo, velha oposição : Uma análise do instagram do Movimento Brasil Livre em seis meses de governo Lula / Dyego Eduardo Pereira Carneiro. – 2024.
109 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2024.
Orientação: Prof. Dr. Monalisa Soares Lopes.

1. Movimento Brasil Livre. 2. Novas Direitas. 3. Governo Lula . 4. Grupo de oposição. 5. Plataformas digitais. I. Título.

CDD 301

DYEGO EDUARDO PEREIRA CARNEIRO

**NOVO GOVERNO, VELHA OPOSIÇÃO: UMA ANÁLISE DO INSTAGRAM DO
MOVIMENTO BRASIL LIVRE EM SEIS MESES DE GOVERNO LULA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre.

Aprovada em: 05/02/2024

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Monalisa Soares Lopes (Orientadora)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Jakson Alves de Aquino

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Emanuel Freitas da Silva

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro em forma de bolsa de estudos do curso de Mestrado em Sociologia.

À professora Monalisa Soares Lopes, pela prontidão que aceitou o convite para ser minha orientadora e por todo o apoio que me deu nas diversas etapas deste trabalho.

À professora Helena Martins e aos professores Jakson Aquino e Emanuel Freitas, membros das bancas de qualificação e defesa, pelas sugestões e correções sugeridas.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, que a partir de seus ensinamentos enriqueceram profundamente este trabalho.

Aos funcionários técnico-administrativos e terceirizados da Universidade Federal do Ceará, em especial aos responsáveis pelo funcionamento do Restaurante Universitário, fundamental em todo o período que passei na Universidade.

À toda minha família, pelo apoio nos assuntos que vão além do mundo acadêmico.

À minha namorada, Ana Dhully, pelo companheirismo e apoio emocional ao longo de toda essa caminhada.

Ao meu amigo de infância e também amigo da Universidade, Luan Gerson, pelas conversas interdisciplinares nos vários espaços da Universidade.

À minha amiga e colega de turma, Vitória Oliveira, pelos momentos de descontração e partilha acerca do fazer acadêmico e de outros assuntos da vida.

À minha mãe, aquela que os olhos mais brilham diante de minhas realizações. E ao meu pai, que me faz desvendar seus sentimentos diante delas.

RESUMO

Este trabalho analisa a atuação do Movimento Brasil Livre (MBL), a partir de sua página do Instagram, visando identificar as narrativas mobilizadas pelo grupo em sua oposição ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores). A motivação da pesquisa parte do fato de que o MBL foi um grupo cuja constituição e fortalecimento se deram na condição de oposição ao governo de Dilma Rousseff (PT). Desse modo, a investigação se interessou por compreender a atuação do grupo em 2023, quando passou a ter uma nova oportunidade de fazer oposição a mais um governo petista, dessa vez representado por sua maior liderança - Lula. Para fazer a análise proposta, traço reflexões sobre mobilização, redes, novas direitas e plataformas digitais como recurso analítico para entender o MBL. O recorte temporal da pesquisa foram os seis primeiros meses do governo Lula (janeiro a junho de 2023), período no qual ocorreu a coleta de postagens que faziam referência direta ou indireta ao governo. A metodologia adotada para a análise dos dados foi a análise de conteúdo, a qual permitiu identificar continuidades narrativas, como as referentes ao tema da corrupção, intensificação de narrativas, como as referentes a governos de esquerda na América Latina e, ainda, novas elaborações discursivas, como as que antecipam críticas a possíveis sucessores políticos de Lula, como a Primeira-Dama Janja e o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Palavras-chave: Movimento Brasil Livre; novas direitas; governo Lula; grupo de oposição, plataformas digitais.

ABSTRACT

This work analyzes the activities of Movimento Brasil Livre (MBL), based on its Instagram page, eventually identifying the narratives mobilized by the group in its opposition to the government of Luiz Inácio Lula da Silva (Workers' Party). The motivation for the research is based on the fact that the MBL was a group whose constitution and strengthening took place in opposition to the government of Dilma Rousseff (Workers' Party). In this way, the investigation was interested in understanding the group's performance in 2023, when it began to have a new opportunity to oppose yet another Workers' Party government, this time represented by its greatest leader - Lula. To carry out the proposed analysis, I draw reflections on mobilization, networks, new rights and digital platforms as an analytical resource to understand MBL. The time frame for the research was the first six months of the Lula government (January to June 2023), a period in which posts that made direct or indirect reference to the government were collected. The methodology adopted for data analysis was content analysis, which identifies the continuities of narratives, such as those referring to the topic of corruption, the intensification of narratives, such as those referring to left-wing governments in Latin America, and even new discursive elaborations, such as those that anticipated criticism of Lula's possible political successors, such as First Lady Janja and the Minister of Finance, Fernando Haddad.

Keywords: Movimento Brasil Livre; new rights; lula government; opposition group; digital platforms.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 MOBILIZAÇÃO, REDES E POLÍTICA	16
2.1 Abordagens teóricas clássicas e contemporâneas da mobilização	16
2.2 Transformações do processo de mobilização na globalização: as promessas de democracia digital	22
2.3 O outro lado da Web: perspectivas críticas acerca da era digital	25
2.4 A internet como arena de combate	35
3 A NOVA DIREITA BRASILEIRA: CONTEXTO IDEOLÓGICO E RESSURGIMENTO	37
3.1 A direita envergonhada.....	39
3.2 Think Tanks de direita no Brasil	41
3.3 Por que falar em nova direita	44
3.4 As jornadas de junho como campo de ressurgimento da direita	46
3.5 Caminhos da direita até seu ressurgimento	48
3.6 Movimento Brasil Livre	50
3.6.1 <i>Movimento Brasil Livre: ideologia e forma de atuação</i>	53
3.6.2 <i>Os atores do Movimento Brasil Livre</i>	55
4 MBL: POUCAS VEZES COM O GOVERNO E MUITAS VEZES NA OPOSIÇÃO	60
4.1 A herança do impeachment: a relação entre MBL e o governo Temer.....	60
4.2 Movimento Brasil Livre nas eleições de 2018	63
4.3 Outra vez na oposição: a reação entre MBL e o governo Bolsonaro.....	64
4.4 Eleições de 2022: MBL e a dupla oposição.....	72
5 MOVIMENTO BRASIL LIVRE E O GOVERNO LULA	77
5.1 Análise de conteúdo	78
5.2 Pré-análise/Conceituação	80
5.3 Desenho: codificação e categorização	82
5.4 Análise	89
5.4.1 <i>Economia</i>	89
5.4.2 <i>Autopromoção</i>	91
5.4.3 <i>Relações de governo</i>	93
5.4.4 <i>Depreciação</i>	95

6 CONCLUSÃO.....	98
REFERÊNCIAS	103
ANEXO A - LIVRO DE CÓDIGOS.....	107

1 INTRODUÇÃO

Em 2013, ao longo da série de protestos que ocorreram no Brasil e que ficaram conhecidos como jornadas de junho, eu ainda era muito jovem para pensar naquele fenômeno sob qualquer ótica analítica. Na época, sequer podia imaginar que um dia teria a chance de repensar aquele contexto enquanto acadêmico. Cinco anos depois, eu estava na Universidade me propondo a pensar fenômenos sociais em um contexto político totalmente influenciado pelos acontecimentos que tiveram início em junho de 2013. Foi nesse momento que retornei àqueles eventos e passei a repensar quão importantes eles tinham sido para a realidade brasileira.

Mais do que por seus impactos em relação à ocupação das ruas, procurei percebê-los sob outra perspectiva, que estava intimamente associada à tecnologia. Em 2013, eu era um adolescente muito conectado às redes sociais e à internet de modo geral. Em razão disso, acompanhei boa parte dos acontecimentos que tiveram início naquele período como um usuário comum. Isso levou-me a ter contato com as mais diversas convocações para manifestações, com grupos políticos de diferentes espectros políticos, vídeos virais, *memes*¹ e discussões acaloradas entre amigos e entre desconhecidos usuários na rede. Repensar minha vivência na internet naquele período foi um exercício que passei a fazer, como destaquei, quando estava diante da necessidade de escolha de um tema de pesquisa. Foi então que decidi que gostaria de estudar a internet e sua relação com a política.

No entanto, a prática de pesquisa requer um exercício constante de delimitação de temas, recorte de objetos, contextos, etc. Portanto, passei a ter que definir melhor os caminhos que iria seguir. Foi a partir disso que meu exercício reflexivo sobre os acontecimentos que tiveram início em 2013 se tornou ainda mais intenso visando perceber atores e acontecimentos fundamentais para a guinada política subsequente: um impeachment presidencial e a ascensão política de uma direita neoliberal e conservadora que chegou ao poder efetivamente em 2018.

Nesse sentido, passei a pensar em dois fenômenos de forma interligada: a internet como nova arena para se fazer política e a ascensão da nova direita brasileira. Para fazer essa associação e, ao mesmo tempo, realizar o exercício de delimitação de meu tema de pesquisa - que daria origem ao meu projeto de pesquisa para o Mestrado em Sociologia -, procurei pensar nos grupos políticos de direita que emergiram na cena pública após a onda de protestos que teve início em 2013. A partir desse exercício constatei que o Movimento Brasil Livre (MBL) havia

¹ Memes são unidades culturais, como ideias, imagens ou vídeos, que se propagam rapidamente entre as pessoas por meio de imitação, replicação e adaptação. No contexto da internet, os memes digitais são compartilhados viralmente, refletindo aspectos da cultura, humor e eventos atuais.

sido um dos grupos de direita que mais havia crescido nas redes sociais e que melhor se estruturou para se manter atuante e influente na internet após a visibilidade que conquistou nos ciclos de protestos que promoveram dois anos após o início do ciclo de protestos brasileiros, ou seja, a partir de 2015. Um fator que me fez chegar a essa constatação foi o êxito eleitoral que o grupo teve em 2016, elegendo sete membros para cargos de vereador e um para o cargo de prefeito², e em 2018, elegendo três membros para o cargo de deputado estadual e um para o cargo de deputado federal³. Outro fator foi que, ao acompanhar o grupo em suas redes sociais, percebi em alguma medida certo grau de inovação e uma estrutura consolidada de atuação na internet visando o engajamento de seu público seguidor e na captura de mais usuários a partir de conteúdos virais⁴ com temáticas políticas.

Identificados os dois fatores, meu objeto de estudo estava minimamente definido e consolidado. Neste trabalho, meu objetivo é estudar o Movimento Brasil Livre enquanto grupo político da nova direita que surgiu no Brasil a partir de 2013 sob uma perspectiva analítica centrada nas narrativas produzidas e mobilizadas pelo grupo nas redes em seus sucessivos processos de oposição aos governos que estiveram no poder desde então, em especial os liderados pelo Partido dos Trabalhadores, particularmente ao longo dos seis primeiros meses do novo governo de Lula, que teve início em 2023.

A dissertação está localizada em um campo multidisciplinar que abrange Comunicação, Ciência Política e Sociologia. A escolha do tema de pesquisa foi motivada pelo crescente avanço e popularização da internet como lugar para o *fazer política*. Uma importante motivação para o trabalho partiu da percepção de que, cada vez mais, os meios de comunicação tradicionais (rádio e tv) perdem sua hegemonia no que tange à atuação de grupos e agentes políticos, seja do ponto de vista da campanha eleitoral ou mesmo da atuação de movimentos sociais e políticos.

Ao longo da dissertação será possível perceber dois pontos fundamentais de discussão. O primeiro tem o papel de estabelecer um pano de fundo do trabalho, ou seja, refere-se ao lugar

² LIBÓRIO, B. Movimento Pró-impeachment, MBL elege um prefeito e sete vereadores. **Uol**, 2 out. 2016. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2016/noticias/2016/10/02/desempenho-do-mbl-nas-urnas.htm>>. Acesso em: 11 set. 2023.

³ WERNECK, C.; DAL MOLIN, G. Movimentos como MBL e Livres têm desempenho de partidos de expressão nacional. **Gazeta do Povo**, 08 out. 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/movimentos-como-mble-livres-tem-desempenho-de-partidos-de-expressao-nacional-5wzlc3wip8fpckomq1yvgd25b/>. Acesso em: 11 set. 2023.

⁴ Conteúdos virais são materiais, como vídeos, imagens ou textos, que se espalham rapidamente pela internet devido a compartilhamento extenso em redes sociais e outros meios digitais, impulsionados por fatores como humor, relevância cultural ou emoção intensa. Esses conteúdos têm o potencial de alcançar uma audiência significativamente ampla em um curto período de tempo.

ocupado pelos processos de mobilização diante de um cenário de popularização das redes sociais como espaço para se atuar politicamente. O segundo, este sendo o ponto central do debate, refere-se à conjuntura política brasileira após 2014 e o lugar ocupado pelo Movimento Brasil Livre como oposição a diferentes governos do Partido dos Trabalhadores, particularmente em relação às narrativas mobilizadas pelo grupo nas redes contra os governos de Dilma e, agora, a partir de 2023, de Lula.

Considerando a conjuntura política de produção deste trabalho, uma importante pergunta pode ser colocada: Ainda faz sentido estudar o Movimento Brasil Livre mesmo com sua evidente queda de popularidade? Meu objetivo desde cedo, como procurei deixar evidente, era estudar o grupo em questão e sua forma de atuar pela internet, e diante da pergunta que destaquei também me propus a refletir se ainda faria sentido estudar o grupo em questão mesmo no cenário atual, onde sua popularidade e influência pode ser questionada. A resposta à qual cheguei é um tanto óbvia, afinal de contas agora mesmo estou escrevendo a introdução de um trabalho que será resultado do estudo do grupo em questão. O que preciso fazer é destacar os fatores que justificam minha escolha.

O primeiro fator reside no fato de que mesmo impopular⁵, o grupo permanece atuante, com financiamento e promovendo eventos e programas. Além disso, nas eleições de 2022 o MBL seguiu lançando candidaturas. Entre elas, duas destacam-se: a de Kim Kataguiri (UNIÃO BRASIL), que conseguiu sua reeleição para o cargo de Deputado Federal com votação considerável (295.560 votos) e Guto Zacarias (UNIÃO BRASIL), principiante na política e parte da “renovação” do grupo, foi eleito Deputado Estadual por São Paulo com 152.481 votos.

Outro fator que justifica minha escolha e que é central para o meu trabalho é o fato de que o MBL foi um grupo que surgiu, se consolidou e se popularizou sendo oposição ao Partido dos Trabalhadores (PT) e à então presidenta Dilma Rousseff. Agora tem uma nova chance de fazer oposição ao mesmo grupo político, desta vez contra seu líder central: Lula, eleito presidente em 2022. Algumas perguntas que podem ser feitas a partir disso são: qual será a forma de atuação do grupo nessa “nova” oposição? Quais continuidades e rupturas narrativas o grupo fará diante de um novo governo petista?

⁵ A maior queda de popularidade do grupo ocorreu após o início da oposição ao governo de Jair Bolsonaro, em 2019. O grupo registrou queda de meio milhão de seguidores em suas redes sociais. Essa questão acentuou um processo de queda de engajamento que já vinha ocorrendo desde o fim do processo de impeachment de Dilma Rousseff. BACON, V. A. MBL foi quem mais perdeu seguidores em 2019. O que aconteceu? **Diário da Amazônia**, 10 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.diariodaamazonia.com.br/mbl-foi-quem-mais-perdeu-seguidores-em-2019-o-que-aconteceu/>>. Acesso em: 11 set. 2023.

Diante do exposto, esse texto tem como objetivo geral investigar quais são as narrativas mobilizadas pelo Movimento Brasil Livre nas redes sociais no processo de oposição ao governo Lula, que teve início em 2023. Para alcançar esse objetivo geral, discuto (1): O lugar e as características das redes sociais frente às mais populares teorias da mobilização, assim como (2): procuro entender a constituição do MBL enquanto grupo político da “nova” direita brasileira e o seu posicionamento frente aos diferentes governos que estiveram no poder ao longo da história do grupo. Além disso, identifico (3) as continuidades e as novas elaborações discursivas do grupo nesse novo processo de oposição que teve início com o novo governo de Lula, eleito em no final de 2022. Os três pontos destacados são, portanto, os objetivos específicos que trilharei para alcançar o objetivo geral, destacado no início do parágrafo.

Agora que foram feitas as considerações sobre a motivação do trabalho, as justificativas para o objeto de pesquisa, bem como os objetivos gerais e específicos, quero apresentar os caminhos que trilhei para construir a análise. Para isso, é importante localizar três debates fundamentais que perpassam o tema da pesquisa.

O primeiro deles reside nas discussões sobre mobilização. Reservo o capítulo dois do texto para demonstrar a diversidade de abordagens sobre a mobilização que existe na literatura especializada. No texto procuro dar centralidade às principais vertentes que agrupam essa diversidade de teorias: Teoria da Revolução, Teoria da Mobilização de Recursos e Teoria do Processo Político. Ao fazer uma discussão em torno dessas abordagens pretendo estabelecer um cenário para o processo de mobilização que foi em alguma medida afetado pelo surgimento das novas tecnologias de informação. Fato esse que nos faz chegar ao meu segundo ponto de discussão.

O segundo ponto de discussão procura debater o tema da mobilização em um novo contexto: o da globalização e popularização da internet. Meu objetivo é demonstrar os pontos de conexão e ruptura proporcionados pelas tecnologias da informação e comunicação (TIC's), assim como a promessa de que elas seriam ferramentas que favorecem os processos de mobilização e participação política. Para isso, diálogo com as abordagens esperançosas acerca do potencial das novas tecnologias, como as de Pierre Levý e Manuel Castells, para demonstrar os aspectos percebidos pelos autores de que a internet seria um novo espaço de interação social – ciberespaço – e abriria um grande leque de possibilidades para que indivíduos se agrupassem e se organizassem para fins diversos, entre eles o próprio fim político.

De forma complementar ao segundo ponto de discussão, e com o objetivo de fazer um contraponto às perspectivas que chamei de esperançosas acerca da web, procuro chamar atenção para as abordagens críticas da promessa da internet enquanto ferramenta de

mobilização e facilitadora do agir democrático e político. No texto, elenco algumas discussões da economia política digital para demonstrar que o formato do capitalismo contemporâneo é elemento fundamental para desvendar certas dinâmicas de apropriação da tecnologia para produzir novas formas de dominação, o que traz limitações para as perspectivas otimistas acerca das novas tecnologias.

Em comum, essas discussões trazem à tona o fenômeno da plataformização da economia digital, demonstrando que grandes empresas de tecnologia têm dominado determinados setores, resultando em processos de vigilância, captura de dados dos usuários para fins de aumento de consumo e para uso não consentido em campanhas políticas (ZUBOFF, 2021; SRNICEK, 2018; MARTINS, 2020; FISHER, 2020). Junto desses fatores está, ainda, o debate da arquitetura das redes sociais e dos algoritmos como favorecedores de conteúdos radicais e de extrema direita (CESARINO, 2022).

No capítulo três adentro no debate em torno da nova direita brasileira. Considero que o grupo estudado é parte inerente do que se entende por nova direita brasileira, tanto do ponto de vista da renovação da direita em seus personagens e lideranças, quanto do ponto de vista da forma de atuar, que é fundamentalmente a partir da internet. Procuro evidenciar a direita brasileira em sua forma mais tradicional a partir de personagens, grupos e partidos que a compuseram, bem como o fenômeno com o qual tiveram que lidar nos anos que sucederam o fim da ditadura militar, que ficou conhecido como “direita envergonhada”. Chamo atenção para o papel que tiveram os *think tanks* de orientação neoliberal no desenvolvimento e propagação das ideias neoliberais em certos setores sociais e político. Destaco, ainda, que mesmo no auge do lulismo, grupos de direita já criavam comunidades e fóruns nas primeiras plataformas de redes sociais, como o *Orkut*. Esse período pode, inclusive, ser visto como de transição para o que viria a ser a nova direita brasileira quase uma década depois.

Ainda no capítulo três, apresento o Movimento Brasil Livre traçando conexões entre os fenômenos que apresentei no parágrafo anterior. Para isso, chamo atenção para o fato de que o MBL resguarda em sua origem aspectos e personagens que em alguma medida fizeram parte da direita brasileira na primeira década dos anos 2000, como é o caso de Rodrigo Constantino e Fábio Ostermann, que apesar de terem se desconectado precocemente do grupo, são historicamente figuras ligadas aos *think tanks* pro mercado que passaram a atuar no Brasil no final dos anos 1990 e início dos anos 2000 e tiveram forte influência na fundação do MBL. Procuro demonstrar, ainda, como o MBL foi o grupo de direita que mais capitalizou público desde seu surgimento e como conseguiu capitalizar parte dos ganhos políticos pelo impeachment de Dilma Rousseff, fato esse que aumentou ainda mais sua popularidade entre

grupos de direita e proporcionou espaço midiático para que seus integrantes atingissem certo nível de popularidade.

Apresento também suas principais lideranças desde o surgimento, traçando uma modesta genealogia de cada uma e ressaltando como algumas delas se tornaram virais entre o público das redes sociais antes mesmo de se integrarem ao grupo. Nesse tema procuro fazer uma aproximação entre o conceito de liderança carismática de Max Weber para demonstrar como o grupo procurou construir uma retórica de heroísmo entre seus principais nomes, de modo que pudessem cativar o público e dessa forma alcançar cargos políticos institucionais.

Não menos importante, discuto a posição ideológica do grupo, bem como a forma como procura atuar para se aproximar tanto do público liberal quanto do público conservador. Forma essa que, por vezes, levou o grupo, que se define como liberal, a ficar diante de contradições em seus posicionamentos, como é o caso do aborto e descriminalização da maconha.

No capítulo quatro discuto a trajetória do Movimento Brasil Livre após o momento em que o processo de Impeachment de Dilma Rousseff chega ao fim e as manifestações de direita, muitas delas mobilizadas pelo próprio grupo, começam a cessar. A ideia central que percorre esse capítulo é a de que o MBL esteve por apenas brevíssimos períodos na posição de apoio ao governo. Busco demonstrar que o posicionamento inicial ao sucessor de Dilma, Michel Temer, foi um misto de apoio e desconfiança, isso devido ao teor que as reformas implantadas por Temer, como a trabalhista e os primeiros passos do que viria a ser a reforma da previdência pouco tempo depois, estavam muito alinhadas às pautas neoliberais do grupo. Por outro lado, Temer por vezes enfrentou cenários políticos desfavoráveis e esteve diante de denúncias de corrupção recorrentes, momentos nos quais o MBL procurou descolar-se de sua figura.

Discuto, ainda, como o grupo se posicionou ao longo das eleições presidenciais de 2018, onde o PT disputava novamente o poder e tinha como adversário a figura de Jair Bolsonaro, a qual o grupo apoiou no segundo turno das eleições e herdou a missão permanecer apoiando pelo fato de ser o primeiro governo de direita eleito após o período de hegemonia do PT e trazer consigo uma grande promessa de reformas liberais.

No decorrer do capítulo, destaco que o grupo manteve por pouquíssimo tempo o posicionamento de apoio ao governo de Jair Bolsonaro. Mais do que isso, demonstro como a mudança de posição do grupo em relação ao seu governo teve como ponto de chegada uma posição quase tão forte quanto a que fez ao governo Dilma ao longo da campanha pelo impeachment. Essa mudança de posicionamento rendeu ao grupo uma grande queda de seguidores e um grande desprestígio entre parcela do grupo conservador. Ao longo do capítulo chamo atenção dos aspectos que fizeram com que a relação entre o grupo e o governo chegasse

a esse ponto. Além disso, enfatizo os esforços do grupo para o cenário eleitoral que enfrentaria em 2022, tendo como os dois principais nomes Lula e Bolsonaro, ambos avessos ao grupo. Todo esse processo, que perpassa ainda uma falha tentativa de construção de uma terceira via para o pleito, deságua em mais um governo do PT para o grupo fazer oposição, estando aí o ponto chave da análise que propus fazer.

O capítulo cinco é reservado para a discussão empírica dos dados coletados do Instagram do grupo no recorte temporal dos seis primeiros meses do governo Lula. A escolha desse recorte foi feita com base no pressuposto de que o MBL se popularizou e se consolidou enquanto grupo político a partir de sua oposição ao governo do PT. Foi nesse período e nos anos que o seguiram que o grupo atingiu sua mais alta popularidade, inclusive resultando em vitórias eleitorais de seus membros. Sabendo disso e pensando no grupo hoje, já não tão popular, resolvi considerar a possibilidade de uma análise de como o grupo tem se mobilizado enquanto oposição a mais um governo do PT, dessa vez de Lula. Sendo assim, reuni as postagens do grupo que atacam ou se contrapõem às decisões do governo para perceber as formas como o discurso do grupo tem sido construído e mobilizado.

A abordagem metodológica escolhida para examinar os dados coletados foi a Análise de Conteúdo (AC), que possibilita analisar tanto dados textuais como imagens e vídeos. Por ser um tipo de abordagem que pressupõem um foco nos aspectos quantitativos simples, a partir da frequência com que códigos e categorias, foi usado o software de análise de dados *Atlas Ti*. Os detalhes do processo de coleta, tratamento e análise de dados estão explicitados ao longo do capítulo.

Foi possível identificar que o discurso mobilizado pelo grupo a partir da rede social Instagram possui evidentes continuidades em relação àquele percebido na oposição feita ao PT durante as mobilizações pelo processo de impeachment de Dilma Rousseff, principalmente o que associa o PT à corrupção, à ineficiência, a outros governos de esquerda na América-Latina. Ainda seguindo a linha das continuidades, agora com ênfase nas estratégias, foi possível perceber que o uso de memes e de referências à cultura geek ainda tem estado presente, o que aponta para uma continuidade da busca por capturar o público jovem.

Por outro lado, também foi possível perceber que o MBL se tornou menos radical e mais estratégico no seu modo de atuação. Considero que esse processo foi resultado da constante introdução que o grupo teve, a partir de seus membros, da política institucional. Foi muito menos presente no conteúdo analisado as excessivas referências a preceitos do neoliberalismo, como era comum perceber em sua gênese. A autopromoção do grupo, que inclusive rendeu uma categoria no processo de análise, se configura sobretudo na referência feita pelo grupo à sua

própria história frente aos outros governos que o Brasil teve ao longo da existência do grupo e na exaltação do posicionamento – em regra de oposição – que o grupo teve frente a cada um.

2 MOBILIZAÇÃO, REDES E POLÍTICA

Este capítulo é reservado para discutir o tema da mobilização e seus diferentes tipos de abordagens, bem como centrar essa discussão frente aos debates sobre o papel das novas tecnologias de comunicação sobre o tema. Esse esforço se justifica pelo fato de que considero o Movimento Brasil Livre um movimento social, mais especificamente um movimento político, e assim o tratarei ao longo do trabalho. Atribuir esta classificação ao grupo está baseada em características fundamentais do grupo, como o fato de desde seu surgimento possuir causas e objetivos próprios, mobilizar ações coletivas visando mudanças sociais, possuir uma estrutura clara de funcionamento, bem como meios próprios – financeiros ou não – para sua continuidade e possuir lideranças que mobilizam esses diversos processos frente ao seu público.

2.1 Abordagens teóricas clássicas e contemporâneas da mobilização

O tema da mobilização é um dos temas clássicos das Ciências Sociais, e se consolidou ao mesmo tempo em que a democracia ganhou força no século XX com o fim de grandes regimes totalitários - como o nazismo na Alemanha e o fascismo na Itália - no pós segunda guerra mundial. Nas décadas seguintes, as teorias da mobilização ganharam relevância no campo acadêmico, principalmente aquelas que vinham em substituição às teorias da revolução.

Do ponto de vista político, podemos definir a mobilização como um esforço de estímulo da população ou de partes específicas dela para a participação ou mesmo apoio a alguma atividade cívica e/ou política. Esse esforço procura agregar indivíduos em torno de objetivos e/ou pautas comuns, que podem variar em nível de complexidade e de esforço necessário para que os fins sejam alcançados.

A forma como este esforço de mobilização ocorre e os objetivos e meios de atuação são construídos são os principais pontos de divergência entre as abordagens acerca do tema da mobilização. Por isso, é importante que algumas das principais visões acerca disso sejam elencadas e discutidas.

Como ponto de partida discutirei as abordagens revolucionárias acerca da mobilização. Essas visões buscam compreender e explicar os processos de transformação social que envolvem rupturas e mudanças significativas na estrutura social e política de uma sociedade. Como o próprio nome sugere, elas dão ênfase e propõem processos revolucionários para atender determinada demanda social ou política.

Nomes fundamentais da teoria da revolução estão, em geral, intimamente ligados ao Marxismo. Isso porque a obra de Karl Marx, juntamente das contribuições de Engels, propõe que o processo de transformação social aconteceria a partir da tomada de consciência e da mobilização da classe trabalhadora por um processo revolucionário. Isso aconteceria com base na tese da luta de classes, que seria aspecto histórico fundamental de todas as sociedades: “A história de todas as sociedades hoje existentes tem sido a história das lutas de classes” (MARX; ENGELS, 1998, p. 40).

Fortemente influenciado por Marx e Engels, Vladimir Lenin é outro nome fundamental para se pensar as teorias da revolução. Além de acadêmico, Lenin foi atuante nos processos revolucionários que propunha, o que fez de seu nome o mais importante da Revolução Russa. O afincamento de Lenin para com o processo revolucionário é materializado em seu livro “Que fazer?” (1902), que procura discutir os caminhos pelo qual o processo revolucionário deve tomar em seus mais diferentes campos, desde a propaganda política ao processo de educação da classe trabalhadora.

Outro nome fundamental para pensarmos as teorias da revolução é Rosa Luxemburgo, que também partilha da perspectiva marxista e escreve refletindo sobre o processo revolucionário russo. Em seu livro “Reforma ou Revolução” (1900), de título bem sugestivo, a autora deixa evidente o aspecto revolucionário de sua obra ao criticar as estratégias reformistas do movimento socialista e exaltar a necessidade de um processo revolucionário contínuo. Luxemburgo enfatiza a importância da luta de classes como motor da mudança social. Ela argumenta que a classe trabalhadora, como a classe explorada do capitalismo, tem o potencial de se tornar uma força revolucionária capaz de derrubar o sistema existente. Fato esse que justifica que o processo pelo qual isso deve ocorrer não deve ser reformista e gradual, mas revolucionário. Esse aspecto sintetiza bem a base fundamental da teoria da revolução, ou seja, um processo de fortes rupturas.

Uma das principais teorias que vieram para fazer frente às teorias da revolução foi a teoria da ação coletiva de Mancur Olson, desenvolvida em seu livro “The Logic of Collective Action” (1971), que afirmava que os indivíduos só se organizariam em grupos se houvesse um incentivo claro e direto para fazê-lo, como uma recompensa material ou a ameaça de uma punição. A obra de Olson é uma entre outras que compõem o que se entende como Teoria da Mobilização de Recurso (TMR), estando acompanhada das produções de Doug McAdam (1982) e o conceito de espiral de protestos, Mayer Zald (1996) e a estrutura das oportunidades políticas e Sidney Tarrow (1994) enfatizando a coordenação dos movimentos sociais. Esses

nomes também são colocados em outras correntes teóricas, o que evidencia certa proximidade entre uma abordagem e outra.

De forma geral, as TMR's consideram a decisão de agir como um ato de deliberação individual, resultado de um cálculo racional. Tais teorias fizeram muito sucesso nos Estados Unidos – seu próprio berço –, mas não tiveram tanta aceitação na Europa e na América-Latina. Como afirma Alonso (2009), o principal fator para tal fenômeno é o peso excessivo atribuído aos recursos materiais e humanos, dando aos movimentos sociais o caráter próximo ao de uma empresa.

As abordagens em torno da Teoria da Mobilização de Recursos procuram se distanciar tanto de aspectos psicológicos quanto do papel das crenças compartilhadas entre indivíduos (GOHN, 1997). Um fato que pode ter contribuído para que esses aspectos sejam rejeitados reside na representação da racionalização do contexto estadunidense, que visava romper com as abordagens “clássicas” dos movimentos sociais (MAYER, 1991).

As ferramentas básicas utilizadas na abordagem advêm de categorias econômicas. Eckstein (1989) afirma que a MR é talvez a escola do pensamento não-marxista mais bem estruturada, explicando os movimentos sociais não em âmbito individual, mas organizacional. A variável mais importante da MR, como o próprio nome indica, é a dos recursos humanos, financeiros e de infraestrutura variada (GOHN; 1997, p. 51).

O ponto chave para entender as Teorias da Mobilização de Recursos está no entendimento dos movimentos sociais como grupos de interesse que, para obterem êxito em suas demandas, necessitam não apenas de uma boa administração de recursos, mas também de uma organização formal hierárquica e com líderes organizadores bem preparados. Em suma, a TMR concebe os movimentos sociais como um setor de mercado como qualquer outro, ou seja, seriam movimentos que competiriam com outras organizações para obter adeptos e recursos (GOHN, 1997).

Como já adiantado, as principais críticas em torno da TMR residem em sua excessiva aproximação dos movimentos sociais a empresas. Como evidenciado por Jean Cohen (1985, apud GOHN, 1997), a teoria excluía valores, normas, ideologias, projetos, cultura e identidade dos grupos sociais estudados.

Visando preencher as lacunas apontadas, a Teoria da Mobilização Política ou Teoria do Processo Político (TPP) busca abrir novos caminhos a partir da ênfase no processo político, da “redescoberta” da cultura e da psicologia social.

Enquanto a Mobilização de Recursos destacou os aspectos organizacionais, principalmente vinculados à lógica econômica que presidia as ações dos movimentos – tratados como uma organização formal –, a segunda etapa destacou o desenvolvimento do processo político, o campo da cultura foi reativado e a interpretação das ações coletivas foi enfocada com processo. Passou-se a enfatizar a estrutura das oportunidades políticas, o grau de organização dos grupos demandatários, e a se aplicar a análise cultural na interpretação dos discursos dos atores dos movimentos (GOHN; 1997, p. 51).

A Teoria do Processo Político (TPP), como mostra Alonso (2009), englobou casos europeus em suas análises. Destacam-se Charles Tilly (1975), que estudou em profundidade o movimento revolucionário francês da segunda metade do século XVIII e XIX, e Sidney Tarrow (1993) que deteve sua análise no movimento de redemocratização da Itália da segunda metade do século XX. “Tarrow buscou demonstrar que os novos significados dos movimentos sociais, assim como os novos repertórios de disputas, são também produtos de lutas dentro dos movimentos, entre seus próprios membros e entre eles e seus oponentes” (GOHN; 1997, p. 93).

Apesar de possuir pontos em comum com a TMR, como é o caso da suposição de que a coordenação entre os potenciais ativistas é primordial para produzir um ator coletivo, a Teoria do Processo Político adiciona o elemento cultural à explicação: “A coordenação depende de solidariedade, produto de *catnet*, isto é, da combinação entre o pertencimento a uma categoria (*catness*) e a densidade das redes interpessoais vinculando os membros do grupo entre si (*netness*)” (TILLY, 1978, p. 74 apud ALONSO, 2009, p. 55).

Com a reintrodução da psicologia social como instrumento de compreensão dos comportamentos coletivos, a Teoria do Processo Político passou a trabalhar com três elementos principais: a reconceituação da figura do ator; as microrrelações sociais face a face; e a busca de especificação para os elementos gerados dentro de uma cultura sociopolítica com determinados significados. Esses aspectos permitiram que o interacionismo simbólico voltasse a ser central, principalmente a partir dos trabalhos de Erving Goffman e a centralidade colocada pelo autor nos processos de interação dos indivíduos na vida cotidiana (GOHN, 1997).

A ênfase dada ao processo político dentro da TPP veio em substituição à ênfase do campo dos interesses econômicos. A política, então, passa a ser vista associada à cultura dos grupos organizados que criam espaços próprios, por meio de práticas culturais, incorporando suas ideologias e suas crenças. Dois outros aspectos que passam a integrar essa teoria são a história, a partir do resgate de historiadores ingleses como E. Hobsbawn, e a mídia, caracterizada como filtro ou espelho dos movimentos sociais (GOHN, 1997).

A Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) possui importantes pontos em comum com a Teoria do Processo Político. O principal desses pontos é a relevância que aspectos como cultura, ideologia, lutas sociais, solidariedade entre pessoas e o processo de identidade criado. Destaca-se no TNMS o rompimento claro com o entendimento de que as lentes clássicas do marxismo seriam capazes de dar conta da explicação da ação coletiva da sociedade contemporânea tal como efetivamente ocorre. A Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) possui importantes pontos em comum com a Teoria do Processo Político. O principal desses pontos é a relevância que aspectos como cultura, ideologia, lutas sociais, solidariedade entre pessoas e o processo de identidade criado. Destaca-se no TNMS o rompimento claro com o entendimento de que as lentes clássicas do marxismo seriam capazes de dar conta da explicação da ação coletiva da sociedade contemporânea tal como efetivamente ocorre. Como chama atenção Alonso (2009), Alain Touraine, teórico dos Novos Movimentos Sociais, os conflitos em torno da indústria e do trabalho não eram mais o foco da sociedade. Em seu lugar: “Após os anos 1960 teria se configurado um novo padrão de sociedade, que Touraine, inicialmente, chama de “sociedade programada” e depois “sociedade pós-industrial”, na qual a indústria e o trabalho teriam perdido centralidade” (Alonso, 2009, p. 60). O foco passa, então, a residir nas questões identitárias e culturais, diferente do foco nas questões econômicas e de classe característicos da abordagem revolucionária. Outra característica central para essa abordagem é a utilização das novas ferramentas de comunicação, como as redes sociais.

Entre os autores colocados como pertencentes à Teoria dos Novos Movimentos Sociais está Jürgen Habermas. Para o autor, os novos movimentos sociais representam uma forma inovadora de exercício da cidadania, ou seja, não se limitam ao voto ou à participação em partidos políticos. Os chamados “novos movimentos sociais” se manifestam em ações concretas e em reivindicações específicas. Esses movimentos têm como objetivo a transformação das relações sociais e a luta contra a exclusão e a opressão. Além disso, Habermas destaca que os novos movimentos sociais se baseiam em valores e em identidades, e que buscam a construção de novas formas de participação política e de democracia. Esses movimentos representam uma forma de resistência à lógica instrumental da sociedade moderna, e são uma expressão da busca por autonomia e por reconhecimento por parte dos grupos marginalizados e excluídos (HABERMAS, 2003).

Em termos teóricos, Habermas atribui dois papéis aos movimentos sociais: eles são vistos como elementos dinâmicos no processo de aprendizado e formação da identidade social; e os movimentos com projetos democráticos têm potencial para iniciar processos pelos quais a esfera pública pode ser revivida (Cohen, 1992: 524-532). Ou seja, os movimentos são vistos por Habermas como fatores dinâmicos na criação e expansão dos espaços públicos da sociedade civil (GOHN, 1997, p. 51).

Outro autor que se destaca nessa perspectiva é Alain Touraine. Para ele existem três elementos construtivos em um movimento social: o ator, seu adversário e o que está em jogo no conflito. Os movimentos sociais, nesse sentido, são entendidos a partir da noção de “sujeito coletivo”, que quando se une em torno de identidades compartilhadas e objetivos comuns são capazes de agir de forma autônoma, articulando demandas e reivindicações em busca de transformações sociais.

Outro conceito importante na teoria de Touraine é o de "ação histórica". Ele destaca que os movimentos sociais não apenas buscam mudanças imediatas, mas também se inserem em uma perspectiva mais ampla de transformação da estrutura social. Eles são agentes ativos na construção da história e buscam alterar as relações de poder e as estruturas sociais existentes.

Alberto Melucci é outro nome fundamental para a Teoria dos Novos Movimentos Sociais. Como mostra Alonso (2009, p. 63), ele parte de teses similares às de Touraine e Habermas sobre a sociedade contemporânea, caracterizando-a como pós-industrial, complexa e com uma interpenetração entre mundo público e privado. Enquanto o mecanismo de exploração da sociedade industrial era a força de trabalho, nas sociedades contemporâneas, entendidas como “avançadas” ou “sociedade da informação”, o controle é exercido pela informação, ciência e tecnocracia.

Os novos movimentos sociais seriam, então, formas particularistas de resistência, reativas aos rumos do desenvolvimento socioeconômico e em busca da reapropriação de tempo, espaço e relações cotidianas. Contestações “pós-materialistas”, com motivações de ordem simbólica e voltadas para a construção ou reconhecimento de identidades coletivas (Alonso, Angela; 2009, p. 64).

Alberto Melucci chama atenção para a questão de que os novos movimentos sociais devem ter caráter expressivo, o que significa dizer que parte substancial da atividade dos movimentos sociais seria a de construir um processo de criação de identidades coletivas, construída, por sua vez, a partir da definição de um framework cognitivo acerca dos fins, meios

e campo de ação; da ativação da prática de relação entre atores e do investimento emocional que os leva a se reconhecerem como membros de um grupo (Alonso, 2009).

Revisitar cada uma das abordagens mencionadas até aqui é um esforço importante para mostrar as convergências e divergências entre cada uma. Se colocarmos o objeto de estudo deste trabalho (Movimento Brasil Livre) em perspectiva, será possível observar características de mais de uma tradição das teorias da mobilização.

Predominantemente, enquanto grupo político, o MBL se aproxima da tradição da teoria da mobilização de recursos. Isso porque o grupo é fortemente gerido sob uma ótica empresarial, onde seus líderes atuam com base em escolhas racionais e estratégicas, além de administrarem os recursos – humanos ou materiais – do grupo sob uma lógica de otimização. Essas características são reforçadas principalmente pela visão política do grupo, que encontra no neoliberalismo bases para o seu próprio funcionamento. O espírito empreendedor, característico do discurso neoliberal, se estende para a forma como o grupo é gerido. Não por acaso, constantemente o MBL ressalta seu êxito em existir como grupo político sem qualquer tipo de incentivo financeiro estatal. Afirmções como essas trazem consigo não só o reforço da coerência no discurso neoliberal, mas também uma ode ao seu êxito de administrar os recursos alcançados de forma autônoma pelo grupo a partir de doações de seus seguidores.

Porém, uma característica essencial do MBL enquanto movimento social é a utilização das novas tecnologias da informação em sua atuação. Essa característica, como destacado a pouco, está atrelada à Teoria dos Novos Movimentos Sociais. Por isso, é possível dizer que o MBL possui características que perpassam mais de uma das abordagens discutidas, o que dificulta qualquer esforço de associação do grupo a apenas uma tradição teórica da mobilização. Fazer essa ressalva é importante para a discussão que será estabelecida no próximo tópico, pois solidifica a ideia de que certos processos de transformação social – nesse caso transformações nos meios de comunicação – transformam na mesma medida as abordagens teóricas acerca de fenômenos como o da mobilização.

2.2 Transformações do processo de mobilização na globalização: as promessas de democracia digital

Entre as principais mudanças que ocorreram no processo de globalização está o advento da internet como meio de comunicação, se desdobrando anos depois como ferramenta de mobilização. Do ponto de vista da tradição liberal, a globalização seria um fator fundamental no favorecimento da expansão dos valores democráticos e liberais, bem como um marco de

mudança e esperança para o futuro dos movimentos sociais e políticos. Como chama atenção Francis Fukuyama, em “O fim da história” (1989), a globalização, juntamente com o colapso do comunismo, levou a uma disseminação global de valores democráticos. Thomas Friedman (2005) corroborou com as colocações de Fukuyama ao argumentar que a globalização, especialmente na forma de tecnologias de informação e comunicação, criou uma rede global que permitiu a disseminação rápida de informações e ideias, incluindo as democráticas.

Esta visão da globalização pode ser contraposta por percepções mais críticas desse processo. David Harvey (2022) entende que a globalização pode fortalecer relações imperialistas, bem como potencializar os processos de acumulação capitalista. Harvey (2022, p. 11) defende que “Um dos elementos que o termo “Globalização” hoje coloca em evidência é – acredito – a profunda reorganização geográfica do capitalismo”.

Em última instância, o processo de globalização, para Harvey, vem acompanhado de importantes mudanças, como a dispersão geográfica e fragmentação de recursos produtivos, duplicação da força de trabalho assalariada, hiper urbanização, territorialização do mundo, submissão do Estado ao setor financeiro etc. Todas essas mudanças estariam alinhadas a uma reafirmação dos valores capitalistas.

Milton Santos (2000) adjetiva a globalização de fábula. Ele a entende como um processo desigual e argumenta que existem sociedades que se beneficiam muito mais desse processo que outras. Além disso, mostra preocupação com dinâmicas como a de homogeneização cultural, pois enfraqueceria cada vez mais culturas locais e de regiões pobres, além da concentração de poder por parte de grandes conglomerados e corporações, que da mesma forma atenuaria as relações desiguais entre países.

Nesse cenário de disputas, as então populares teorias da mobilização – já destacadas anteriormente - incorporaram novas perspectivas para dar conta de entender os emergentes processos que impactavam os movimentos de mobilização.

Uma importante característica das análises dos impactos que a internet e as ferramentas disponibilizadas por ela poderiam ter do ponto de vista da mobilização e dos movimentos sociais foi a de que ela traria as ferramentas necessárias para que o exercício da democracia fosse consolidado e expandido para todas as pessoas, em qualquer lugar e a qualquer momento. Essas ferramentas se popularizaram e passaram a ser discutidas a partir do termo Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's).

Como chama atenção Gomes (2005), a literatura sobre o impacto da internet sobre a extensão das possibilidades de participação política se ramificou por dois principais temas.

Primeiro, insiste no revigoramento da esfera da discussão pública como efeito direto da entrada em cena de um novo meio ambiente de comunicação política. Segundo, destaca-se a capacidade da internet, em particular, e dos novos meios, em geral, de superar o déficit democrático dos tradicionais meios de comunicação de massa (GOMES, p. 64).

No primeiro tema, como chama atenção o próprio autor, tratam-se de novos arranjos e possibilidades da esfera pública via internet. Isso não apenas pelas variadas ferramentas de discussão pública online, mas também pela grande capacidade de conectar indivíduos. O segundo tema se refere à superação do viés pouco democrático dos meios de comunicação mais antigos, seja do ponto de vista do campo político ou da esfera civil.

William Gibson em seu romance de ficção científica “Neuromancer⁶” apresentou pela primeira vez, em 1984, o termo ciberespaço. Apesar de que o conteúdo de seu romance não seja propriamente o de um futuro democrático e livre, o termo foi fundamental para mobilizar discussões futuras sobre o papel que o espaço virtual teria no que diz respeito às novas formas de relações sociais e, inclusive, de mobilização.

Pierre Levý (1999) afirmou que “a emergência do ciberespaço é fruto de um verdadeiro movimento social, que teria como grupo líder (a juventude metropolitana escolarizada⁷), suas palavras de ordem (interconexão, criação de comunidades virtuais, inteligência coletiva) e suas aspirações recorrentes e suas aspirações” (LEVÝ, 1999, p. 123).

O ciberespaço é, para Levý (1999), não somente a internet, mas também tudo aquilo que a alimenta: bibliotecas, museus, jornais, televisão, etc. O autor entende o ciberespaço como algo construído por anônimos e amadores dedicados a melhorar constantemente as ferramentas de software de comunicação, e não por agentes de renome, chefes de governo, dirigentes de grandes companhias, etc. Ademais, seria movido por três princípios de crescimento: interconexão, criação de comunidades virtuais e a inteligência coletiva. Dentre os três princípios, é válido destacar como o autor define comunidades virtuais, pois é algo que ilustra uma das principais promessas trazidas pela internet e pelas redes sociais: “Uma comunidade virtual é construída sobre as afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre projetos mútuos,

⁶ O livro é conhecido por ter influenciado profundamente a forma como a ficção científica aborda a cibernética, a inteligência artificial e a realidade virtual. O enredo se desenrola em um futuro distópico, onde a tecnologia é onipresente, a realidade virtual é uma parte fundamental da vida e as linhas entre a humanidade e a máquina estão borradas. O livro explora temas como o controle da informação, a manipulação genética, a busca da imortalidade e as consequências da fusão entre humanos e tecnologia.

⁷ Assim define o autor tal juventude: “Os atores desse movimento exploraram e construíram um espaço de encontro, de compartilhamento, e de invenção coletiva” (LÉVY, 1999, p. 125).

em um processo de cooperação e de troca, tudo isso independentemente das proximidades geográficas e das filiações institucionais” (LEVY, 1999, p. 127).

As características apontadas por Levy foram corroboradas pelo fenômeno que anos depois passou a ser amplamente entendido como Web 2.0⁸. O termo é definido por Alex Primo (2007) como a segunda geração de serviços online, ou seja, uma Web baseada em inteligência artificial da que tem por característica a potencialização das formas de publicação, compartilhamento, organização de informações e ampliação dos espaços para interação entre os participantes do processo. Um dos principais acontecimentos que ilustram o fenômeno da Web 2.0 é o grande crescimento do número de blogs, sites colaborativos, como a Wikipédia, e as primeiras redes sociais.

O fenômeno destacado fortalecia as teses de que a rede potencializaria o agir democrático, a participação e a integração das pessoas. Por esse motivo, muitas obras que tinham como pretensão explicar os horizontes abertos pela Web tinham viés esperançoso e otimista.

Manuel Castells é um dos autores que melhor ilustra o movimento em torno do otimismo das novas possibilidades da Web. Como ponto chave para sua análise, explica em seu principal livro “Sociedade em rede” (1996) que havia um novo modelo de sociedade emergindo, o qual teria como bases o capitalismo e a informação. Para ele, passamos pelo surgimento de uma nova estrutura social que estaria associada a um novo tipo de desenvolvimento, o informacionalismo, historicamente moldado pela reestruturação do modo capitalista de produção (CASTELLS, 1999).

Nesse cenário, a comunicação mediada por computadores, smartphones ou qualquer dispositivo que se conecta à rede mundial de computadores, gera uma gama enorme de comunidades virtuais. Em um sentido oposto a esse movimento, aqueles que não estão conectados à essa sociedade informacional caminham para um tipo de exclusão, mas que ao mesmo tempo também é inclusão, pois os coloca em uma estrutura social própria e não globalizada:

⁸ A origem do termo remonta a uma conferência realizada entre pela O’Reilly e a MediaLivre Internacional. Nas primeiras páginas do livro “What is Web 2.0?”, Tim O’Reilly conta as motivações que levaram à definição do termo: O conceito de “Web 2.0” deu início a uma sessão de *brainstorming* entre a O’Reilly e a MediaLivre Internacional. Dale Dougherty, pioneiro da web e vice-presidente da O’Reilly, observou que, longe de ter “travado”, a web era mais importante do que nunca, com novos aplicativos e sites empolgantes surgindo com regularidade surpreendente. Além do mais, as empresas que sobreviveram ao colapso pareciam ter algumas coisas em comum. Será que o colapso das pontocom marcou algum tipo de ponto de virada para a web, de modo que um apelo à ação como “Web 2.0” possa fazer sentido? Concordamos que sim, e assim nasceu a Web 2.0 Conference (O’Reilly, Alex; 2007, p. 3, tradução minha).

Parece haver uma lógica de excluir os agentes da exclusão, de redefinição dos critérios de valor e significado em um mundo em que há pouco espaço para os não-iniciados em computadores, para os grupos que consomem menos e para os territórios não atualizados com a comunicação. Quando a rede desliga o Ser, o Ser, individual ou coletivo, constrói seu significado sem a referência instrumental global: o processo de desconexão torna-se recíproco após a recusa, pelos excluídos, da lógica unilateral de dominação estrutural e exclusão social (CASTELLS, 1999; p. 60)

“As redes sociais⁹ são espaços de autonomia”. Assim afirma Castells (2013) quando se propôs a atribuir o caráter de *era das revoluções* ao potencial da internet como mecanismo de mobilização:

Começou nas redes sociais da internet, já que estas são espaços de autonomia, muito além do controle de governos e empresas que, ao longo da história, haviam monopolizado os canais de comunicação como alicerces de seu poder. Compartilhado dores e esperanças no livre espaço público da internet, conectando-se entre si e concebendo projetos a partir das múltiplas fontes do ser, indivíduos formaram redes, a despeito de suas opiniões pessoais ou filiações organizacionais (CASTELLS, 2013; p. 6).

A percepção do autor nesse quesito se aproxima do que denominei páginas atrás de visão otimista do potencial da internet, pois atribui a ela característica de grande motor para o exercício da mobilização. No entanto, não é uma visão inteiramente positiva, já que tais movimentos podem ir desde a defesa à contraposição daquilo que é certo. É válido destacar que, para Castells, os meios de comunicação por si sós não constituem tal força de mobilização, mas sim a autonomia proporcionada por eles. Não poderia haver potencial na internet se ela fosse em sua totalidade controlada por grandes instituições, por exemplo.

A prova prática proposta pelo autor para mostrar tal força da autonomia da internet está contida em seu livro “Redes de Indignação e Esperança” (2012), onde mostra que a força de autonomia estaria claramente exposta no grande ciclo de protestos que teve início no mundo árabe em 2010 e percorreu vários lugares do planeta, inclusive o Brasil em 2013, fato esse que rendeu um posfácio em seu livro para falar especificamente do caso brasileiro. Tais acontecimentos seriam resultado das transformações ocasionadas pelos novos meios de comunicação e o poder de organização e mobilização disponibilizado por eles.

⁹ Para Castells, as redes sociais existem independentemente dos sites de redes sociais e são fundamentais para a construção da identidade e das relações sociais das pessoas. No entanto, os sites de redes sociais fornecem novas formas de comunicação e interação social, que podem ampliar e transformar as redes sociais existentes.

A tese de Manuel Castells coloca a comunicação como elemento central. Logo, as massivas alterações nas dinâmicas de troca de informação resultam em um novo modelo de estrutura social. E já que o poder, para o autor, é a batalha pela construção de significados na mente das pessoas, a mudança no ambiente comunicacional afeta diretamente as normas de construção de significado e, assim, a produção de relações de poder (CASTELLS, 2013).

Portanto, os movimentos sociais e políticos enquanto produtores de novos valores para a dinâmica social ocupariam o papel de exercer um contrapoder mediante o processo de comunicação autônoma, livre do controle dos que detêm poder institucional:

Como os meios de comunicação de massa são amplamente controlados por governos e empresas de mídia, na sociedade em rede a autonomia de comunicação é basicamente construída nas redes da internet e nas plataformas de comunicação sem fio. As redes sociais digitais oferecem a possibilidade de deliberar sobre e coordenar as ações de forma amplamente desimpedida (CASTELLS, 2013; p. 12).

A organização virtual dos movimentos, por si só, não é suficiente para que cumpram seu papel. O espaço público institucional precisa ser ocupado, uma vez que de modo geral ele é composto pelos interesses de elites dominantes ou mesmo por grupos ideologicamente contrários àquele que se mobiliza. Por isso, mesmo grupos que originalmente surgem e se consolidam pela rede necessitam de uma participação mínima na arena pública para que possam se legitimar. Castells (2013) expõe três fatores que justificam essa necessidade: 1. Comunidades se baseiam em proximidade, e a proximidade faz com que o medo seja superado; 2. Os espaços públicos ocupados são carregados de poder simbólico; 3. Em última instância os espaços públicos passam a ser espaços de deliberação e se tornam espaços políticos. Isso explica o porquê de grupos que surgem pela internet passarem a ser mais fortes e populares na mesma proporção em que ocupam os espaços públicos e institucionais.

As visões otimistas sobre o potencial da internet não ficaram restritas ao *boom* da Web 2.0. Mesmo em produções mais recentes a rede seguiu sendo motivo de análises esperançosas. Clay Shirky é um teórico que demonstra muito bem que a visão da web como mecanismo de participação e organização ainda é latente. Em seu livro “Lá vem todo mundo: O poder de organizar sem organizações” (2008), o autor procura construir a tese de que a web proporciona aos seus usuários o poder de fazer ditaduras caírem, organizar boicotes a empresas e tantas outras coisas. Em livro mais recente intitulado “A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado” (2011), discute o que os cidadãos do mundo fazem em seu

excedente cognitivo em diferentes momentos da história. O autor reativa a tese de seu livro anterior ao defender que a Web, se usada a partir de suas potencialidades, pode fornecer grandes oportunidades para os indivíduos, e que tal uso está diretamente associado à forma que somos capazes de imaginar e recompensar a criatividade pública, a participação e o compartilhamento.

Entendo que as visões tidas aqui como otimistas do potencial das redes não são esperançosas por acaso. De fato, a Web proporcionou uma gama de possibilidades que representaram um grande marco para a comunicação entre indivíduos, comparável, inclusive, com a invenção da imprensa de Gutenberg.

Meu trabalho, em certa medida, reconhece tal processo. Ao me propor a analisar um grupo político tendo como base e campo de investigação as redes sociais, alinho-me às visões que enxergam o potencial de mobilização da web.

Contudo, ao fazer um pequeno esforço crítico em torno dela, também é possível vislumbrar aspectos potencialmente negativos, que fazem com que a completa ingenuidade acerca desse potencial caia por terra. Por isso, quero reservar o próximo tópico deste texto para expor as perspectivas críticas construídas em torno da rede, de suas promessas e dos agentes que fazem parte dela e que não são meros usuários.

Em suma, meu objetivo é estar entre as duas perspectivas, reconhecendo limites e potencialidades desse novo formato, bem como pensando cada um de forma crítica.

2.3 O outro lado da Web: perspectivas críticas acerca da era digital

Até aqui procurei demonstrar algumas visões que corroboram com a tese de que as novas tecnologias seriam responsáveis por preencher as lacunas necessárias para o pleno exercício da cidadania, participação democrática e, sobretudo, mobilização. Como já enfatizei, todas essas visões abriram margem para imaginarmos um futuro livre e democrático. Acontece que ao mesmo tempo em que visões desse tipo eram formuladas, algumas outras contrárias também eram. Por sua vez, as últimas procuraram estabelecer freios e contrapesos em relação às primeiras. Gomes (2007) deixa esse processo evidente ao demonstrar as transformações que a literatura do tema sofreu.

“Agora, entretanto, é crescente a literatura que insiste em apresentar um conjunto de restrições e déficits, próprios da internet, no que tange à sua contribuição às democracias modernas. Essa nova literatura tem vários estratos e vários níveis de radicalismo, pois pode envolver desde publicações dotadas de um viés anti utópico,

neoludita e tecnofóbico até as posições céticas e realistas, desde as posições que incluem a internet em teorias da conspiração – em cujo centro estaria o capitalismo avançado e a sua ideologia, para uns, ou simplesmente o mal moral, para outros – até aqueles que consideram-na um meio neutro, com enorme potencial democrático mas que em geral não tem entregue o que promete (GOMES; 2005, p. 70).

Uma das principais áreas de estudo das transformações digitais reside na economia política digital, que procura compreender os processos de transformação tecnológica à luz de uma visão econômica. Os estudos dessa área do conhecimento procuram localizar os atores, os interesses e as formas de negócio no campo das tecnologias digitais. Esse esforço tem desvendado um outro lado da era digital, demonstrando que o paradigma esperançoso acerca das novas tecnologias de comunicação não contemplou análises suficientemente críticas do desenvolvimento tecnológico.

Mark Fisher (2020) argumenta que a tecnologia digital e a cultura da internet, em vez de promoverem uma transformação radical do capitalismo, acabaram sendo incorporadas e cooptadas por ele. Em vez de um ciberespaço libertador e emancipatório, Fisher descreve uma forma de ciberespaço que reforça as lógicas do capitalismo tardio.

Ele observa que a internet e as mídias sociais estão enraizadas na lógica do neoliberalismo e da sociedade de consumo. As plataformas são projetadas para gerar engajamento constante, extrair dados pessoais e criar uma economia baseada na atenção. Argumenta, ainda, que ao invés de expandir nossas possibilidades e criar espaços alternativos, o ciberespaço acabou se tornando mais uma extensão da lógica capitalista. Esse espaço, em sua visão, promove um intenso estímulo que preenche os vazios de tempo na rotina dos indivíduos. Estímulo esse que cria um fluxo contínuo de baixa intensidade promovido a partir dos dispositivos eletrônicos conectados à rede.

Também criticamente, Helena Martins (2020) argumenta que apesar das promessas de que seriam ferramentas para o exercício da democracia, os meios de comunicação, desde rádio à internet, têm caminhado no sentido de fortalecimento das relações capitalistas e de consumo.

Além disso, a autora mostra que os novos meios de comunicação são moldados por uma lógica ultraliberal, promovendo uma lógica individualista que vai além dos indivíduos comuns e chegam aos próprios atores políticos, que a partir da autorreferencialidade das redes sociais deixam de ser vistos como representantes da coletividade. A política, nesse sentido, torna-se cada vez mais superficial e pautada pelo objetivo da “viralização”. Uma diversidade de grupos, nesse sentido, “têm usado artifícios para influenciar os debates ou ajudar a “viralizar”

informações que lhes interessam, muitas vezes, sem que as pessoas que recebem os conteúdos saibam desse procedimento” (MARTINS, 2020, p. 214).

Fatores como a produção de fake News e desinformação, mostra a autora, estão intimamente ligados ao volume de conteúdos e a automação de processos proporcionados pelas novas mídias. Antes os meios de comunicação tradicionais centralizavam a produção de informação, agora os canais são contados aos milhares (MARTINS, 2020). Todos esses meios, por sua vez, são mediados por aplicativos e plataformas que estão longe de qualquer ideia de neutralidade. Por isso, o uso político dos dados tem sido uma questão cada vez mais discutida.

É nesse contexto onde muitos movimentos sociais/políticos atuam. O formato que as plataformas possuem e o tipo de dinâmica gerados por esse formato favorece aqueles que exploram a desinformação e conteúdos sensíveis e/ou polêmicos para viralizar suas publicações e alcançar mais seguidores. Mesmo que nenhum desses objetivos sejam alcançados, o público seguidor da página já estaria “contaminado” por essa lógica. Esse tipo de acontecimento somado ao fenômeno das bolhas ideológicas pode tornar os usuários cada vez mais radicais dentro do ambiente virtual.

Uma visão mais ampla do processo que relaciona as novas ferramentas de comunicação ao modelo de produção capitalista é a apresentada por Shoshana Zuboff (2021), que desenvolve o conceito de capitalismo de vigilância, definindo-o como algo que:

(...) reivindica de maneira unilateral a experiência humana como matéria-prima gratuita para a tradução em dados comportamentais. Embora alguns desses dados sejam aplicados para o aprimoramento de produtos e serviços, o restante é declarado como superávit comportamental do proprietário, alimentando avançados processos de fabricação conhecidos como “aprendizado de máquina” e manufaturado em produtos de predição que antecipam o que determinado indivíduo faria agora, daqui a pouco e mais tarde. Por fim, esses produtos e predições são comercializados num novo tipo de mercado para predições comportamentais que chamo de *mercados de comportamentos futuros* (ZUBOFF, 2021, p. 21).

Para além da captação dos dados comportamentais, de consumo e até mesmo de experiência, Zuboff (2021) defende ainda que o capitalismo de vigilância cria um novo tipo de poder - *poder instrumental* - que conhece e molda o comportamento humano em prol de finalidades de terceiros, fazendo valer sua vontade a partir de uma arquitetura computacional cada vez mais composta por dispositivos e espaços inteligentes conectados em rede.

Apesar de enfatizar o caráter econômico como principal resultado do capitalismo de vigilância, Zuboff (2021) também chama atenção para o papel político que esse processo

desempenha ao evidenciar a força que a captação de dados possui para influenciar politicamente os usuários. Se fizermos o esforço analítico de buscar exemplos de tal processo não teríamos nenhuma dificuldade, visto que as discussões sobre o papel da computação na política já tomaram forma há anos, tendo como casos emblemáticos a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, em 2016, e de Jair Bolsonaro no Brasil, em 2018. Em ambas as campanhas muito se questionou sobre o uso de dados pessoais e o papel das redes sociais, notabilizando a atuação de figuras como Steve Bannon¹⁰ enquanto grande estrategista na campanha de Trump e, indiretamente¹¹, – como “referência” – na de Bolsonaro.

Não há, portanto, fronteira entre meios de comunicação, movimentos sociais e política. Esses campos se entrelaçam e têm gerado uma dinâmica própria e particular de funcionamento, bem como desenvolvido fenômenos sociais singulares diante de nossos olhos, sobretudo no que tange aos processos de mobilização social e política.

Em todas as obras citadas, torna-se evidente a articulação entre capitalismo e neoliberalismo nas dinâmicas provocadas pela tecnologia da informação. Isso se dá a partir da inclusão da dimensão econômica para se pensar criticamente o papel dos *players*, ou seja, das empresas que criam e gerem as plataformas nas quais estamos cada vez mais imersos.

Nesse sentido, outro conceito que tem sido debatido nesse campo de estudo tem sido o de capitalismo de plataforma. Nick Srnicek (2019) é um dos autores que mais tem discutido o termo, o que inclusive lhe rendeu um livro que leva o termo em seu título. Nele, o autor procura demonstrar que os dados produzidos pelos indivíduos a partir das novas tecnologias da informação têm sido a principal matéria prima do capitalismo contemporâneo.

Os dados passaram a servir a uma série de funções capitalistas essenciais: eles educam e dão vantagem competitiva aos algoritmos; permitem a coordenação e terceirização de trabalhadores; permitem a coordenação e terceirização de trabalhadores. Possibilitam a transformação de bens de baixa margem em serviços de alta margem; e a própria análise de dados é geradora de dados, em um ciclo virtuoso. Dada as vantagens significativas de registro e uso de dados e as pressões competitivas do

¹⁰ Steve Bannon é um estrategista político americano, executivo de mídia e ex-chefe de estratégia da Casa Branca do presidente Donald Trump. Também foi presidente executivo da Breitbart News, um site de notícias de extrema-direita conhecido por suas visões nacionalistas e anti-imigrantes. Bannon é descrito como uma figura controversa na política americana devido às suas visões de extrema-direita e sua associação com vários movimentos populistas e nacionalistas.

¹¹ Em matéria do jornal El País, Breiller Pires destaca a proximidade entre Bannon e Bolsonaro: “No início de agosto, às vésperas da campanha eleitoral, Eduardo conheceu pessoalmente o estrategista que ajudou a levar Donald Trump à presidência dos Estados Unidos. O encontro aconteceu em Nova York. Para retratar o tom da conversa, o filho do então presidenciável usou a retórica de ojeriza à esquerda, repetida meses depois no aniversário de Bannon, ao resumir que se tratava de “uma união de forças contra o marxismo cultural” (PIRES, Breiller. El País. São Paulo. Agosto, 2020).

capitalismo, talvez fosse inevitável que essa matéria-prima passasse a representar um vasto recurso novo a ser extraído (SRNICEK, Nick; 2019, p. 30, tradução minha)

As plataformas, para o autor, são infraestruturas digitais que permitem a interação de dois ou mais grupos: clientes, anunciantes, prestadores de serviços, produtores, fornecedores e até objetos físicos. As plataformas fornecem uma infraestrutura básica de mediação entre diferentes grupos. Por esse motivo, são muito mais que meras empresas, pois podem operar em qualquer lugar, onde quer que ocorra interação digital (SRNICEK, 2019).

Duas outras características adicionais do modelo de negócio das plataformas têm sido a tendência ao monopólio e o subsídio cruzado. Em alguma medida a segunda característica citada reforça a primeira. O subsídio cruzado tem sido uma prática utilizada por grandes empresas para baratear o máximo possível determinados serviços a partir do superávit de lucro da mesma empresa em outro setor. Esse processo tem como objetivo baratear a todo custo o preço dos produtos ou serviços e inviabilizar a competição. Exemplo dessa forma de atuação tem sido a Amazon no setor de livros. Mesmo em casos em que empresas de menor porte conseguem de alguma forma estabelecer uma mínima competição, são rapidamente compradas pelas empresas maiores do mesmo segmento. Um exemplo desse tipo de situação foi a aquisição do Waze¹², serviço de mapas, pelo Google, que até então era seu principal competidor.

As redes sociais são plataformas como quaisquer outras. Portanto, não apenas as características já apontadas podem ser atribuídas a elas, mas também algumas bem particulares. Elas são importantes para pensarmos a relação que possuem com as formas de atuar politicamente a partir da internet.

O design das plataformas digitais, como mostram Miranda e Santos (2021), se relaciona com as subjetividades e as afetam. As autoras chamam atenção para o fato de que conteúdos mais radicais e sensacionalistas são favorecidos no ambiente online por atrair maior atenção dos usuários, considerando-se o valor desse recurso na manutenção das redes por meios de anúncio. O exemplo citado para sustentar essa tese é o algoritmo de sugestão do youtube, que tende a radicalizar o conteúdo sugerido progressivamente. As autoras destacam, ainda, um estudo realizado por pesquisadores da UFMG que demonstrou que “a plataforma se revelou terreno fértil para a proliferação de grupos ligados à *alt-right* estadunidense, visto que canais supremacistas brancos tendem a ser beneficiados pela migração de canais conservadores de

¹² Google confirma a compra da Waze. **G1**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2013/06/google-confirma-compra-da-waze.html>>. Acesso em: 11 set. 2023.

conteúdo menos radical” (MIRANDA; SANTOS; 2021, p. 140). Essa questão está intimamente ligada com as questões já discutidas anteriormente sobre economia da atenção e captura de dados.

Outro aspecto fundamental das plataformas digitais no que tange à atuação política é o das bolhas ideológicas “*echo chambers*”. Miranda e Santos (2021) argumentam que cada vez mais nos conectamos com pessoas ao redor de uma narrativa compartilhada, algo que impede a interação e o conhecimento de outras visões de mundo. Matteo Cinelli (2021 apud MIRANDA; SANTOS; 2021, p. 141) define que exposição seletiva e viés de confirmação são as principais razões que explicam o fenômeno.

A questão das bolhas ideológicas tem sido importante para demonstrar o impacto das redes sociais em processos eleitorais. Dois importantes casos que ilustram o papel que as bolhas possuem nesse quesito já foram mencionados páginas atrás – eleições estadunidenses de 2016 e brasileiras de 2018 -. Os dois casos inflaram ainda mais o debate sobre as plataformas, uso e compartilhamento de dados de usuários.

Para além das bolhas ideológicas e das características do modelo de negócios das plataformas digitais, outro fator fundamental para situar o debate sobre atuação política a partir delas reside no formato não neutro da arquitetura das redes sociais, que possui implicações importantes para a política.

Letícia Cesarino (2022) trabalha a tese de que a atual infraestrutura das novas mídias possui um viés político, e que esse viés “é favorável à direita liberal, aos conspiracionismos e às demais forças anti estruturais que ressoam em seu entorno” (CESARINO, 2022, p. 62). Aponta, ainda, que a infraestrutura das redes é constituída por um constante estado de desequilíbrio, um estado de crise permanente.

O êxito da direita neoliberal na atuação a partir das novas mídias se deve, segundo a autora, a fatores conjunturais e estruturais. O que explicaria tal êxito a partir do fator conjuntural seria o fato de que após a guerra fria a esquerda não ocupou o lugar de força anti estrutural, mas sim de força constitutiva da composição social-democrata, ou seja, as críticas da esquerda acerca do sistema passaram a vir de dentro do próprio sistema. “Assim, a direita de viés ultraliberal e reacionária passou a ocupar o espaço anti estrutural que outrora pertencia à esquerda, porém a partir de extremos constitutivos do próprio sistema capitalista (e não da alternativa a ele, o socialismo)” (CESARINO, 2022, p. 68).

Estruturalmente, a direita neoliberal se beneficia do atual formato das novas mídias pelo que a autora aponta como *affordances*, traduzível como “propiciação”. Ela seria um tipo de potencialidade que coemerge da plataforma a partir da arquitetura da mídia e o comportamento

dos usuários. Em alguma medida, para a autora, as redes se estruturam em modelos cognitivos do comportamento animal, que por vezes se estabelece em um padrão cognitivo “se.. então” entre os usuários. Esse padrão gera situações que podem ser vistas claramente no caso brasileiro a partir de máximas como “se a globo é contra, eu sou a favor” ou “Se o Olavo disse, então é verdade”.

“Podemos afirmar que as novas mídias têm uma política, e que essa política tem um viés contrário ao da democracia liberal. Elas não apenas enfraquecem as formas de objetivação e produção de verdades baseadas no reconhecimento universal, como reintermediam novas identidades com base em modelos de reconhecimento bifurcados” (CESARINO, Leticia, 2022, p. 81).

Outro fator fundamental para a explicação do fenômeno é nomeado por Cesarino como populismo digital, definido como uma prática de públicos que ganham relevância – e dinheiro – avançando narrativas que vicejam com facilidade no ambiente invertido da economia da atenção. São atores que alegam libertar aqueles que se encontram sufocados, revelar verdades que ninguém tem conhecimento e quebrar tabus. Em geral são abraçados por uma grande base de fãs por parecerem autênticos e não terem medo de falar o que pensam (CESARINO, 2022). Tais públicos são transversais à plataforma e não se restringem à direita, fato esse que demonstra o poder de alcance que a arquitetura das plataformas consegue alcançar.

Ao nos apropriarmos da ideia do populismo digital, chegaremos a um dos principais pontos que constituem a forma predominante de atuar de grupos de direita a partir das redes sociais. Se fizermos um esforço teórico para pensar um tipo ideal (Weber, 2013) que melhor represente o populismo digital no Brasil, certamente chegaremos àquilo que tem sido entendido como Bolsonarismo.

O movimento citado se constituiu fortemente a partir das redes sociais por conteúdos virais que construíram a figura de Jair Bolsonaro como um sujeito autêntico, corajoso e independente. Desde então, sua forma de fazer política priorizou a esfera da internet a partir de *lives*, *tweets*, *vídeos*, etc. Apesar de não ser possível afirmar que seu êxito eleitoral se deu exclusivamente a essa forma de atuar politicamente, é evidente que tal fator foi muito relevante para sua popularização e engajamento de seus eleitores em sua campanha eleitoral. Eleitores esses que por vezes se denominaram como “robôs do Bolsonaro” para ironizar as fundadas acusações de que a campanha de Bolsonaro usou *bots* para viralizar seus conteúdos ao longo do período eleitoral.

2.4 A internet como arena de combate

Até aqui busquei fazer certa aproximação entre os conceitos de movimentos sociais e movimentos políticos, de modo que seja possível entendê-los à luz das teorias da comunicação e da mobilização discutidas até aqui. Isso porque, mesmo com suas diferenças, os mecanismos pelos quais ambos os tipos de movimentos atuam são potencialmente os mesmos, ou seja, busca por públicos engajados, administração dos recursos e ferramentas disponíveis, aproveitamento de janelas e contextos para agir e construção de narrativas ideológicas visando a mobilização. Além disso, tanto movimentos políticos quanto movimentos sociais têm em comum a busca por adeptos e, a partir disso, pela promoção da transformação ou manutenção de algo, motivadas por pautas sociais, no caso dos movimentos sociais, ou políticas, no caso dos movimentos políticos.

Uma forte característica da atuação dos movimentos sociais e políticos na era da comunicação de massa é terem caráter não institucional, mesmo que para sua consolidação e popularização possam em alguma medida ocupar tal espaço em algum momento, como citado alguns parágrafos atrás.

Uma condição essencial fornecida pela internet para os movimentos sociais e políticos é a diversidade já que:

as interações podem tomar diferentes formas – um para um, um para muitos, muitos para muitos, muitos para um – no qual as informações e comunicações podem circular nos níveis local, nacional, global e, comparativamente, com baixas barreiras de entrada (Chadwick, 2006), permitindo assim que a contra informação, tão cara aos movimentos sociais (em função de coberturas algumas vezes tendenciosas e outras vezes não reflexivas dos canais tradicionais de mídia) se desenvolva e alcance espaços e indivíduos a custos mais baixos do que através dos meios tradicionais de informação e comunicação (PEREIRA, 2011; p. 7)

Por mais que se reconheça isso, é válido salientar que a internet não é condição necessária para a existência de movimentos sociais e políticos. Ela é, sobretudo, um mecanismo potencializador para eles. O que significa dizer que os movimentos existiriam com ou sem internet, afinal eles são resultado de processos da vida social e existiam antes mesmo da existência do primeiro computador. A internet, nesse sentido, ocupa cada vez mais o papel de

arena para que os movimentos atuem de forma ininterrupta pelos mecanismos fornecidos por ela, como é o caso dos sites de redes sociais (twitter, facebook, instagram, youtube, whatsapp).

Portanto, na internet, a atuação de grupos e movimentos é cada vez mais profissionalizada. Os aplicativos de redes sociais têm sido motor da atuação política tanto de grupos quanto de indivíduos. A imagem construída por estes na rede por muitas vezes sobressai às suas próprias imagens no “mundo real”, o que significa dizer que a construção de uma individualidade na rede pode significar ganhos políticos maiores.

As disputas entre grupos ou entre figuras públicas por muitas vezes vão além do campo das ideias para o campo do domínio das ferramentas disponibilizadas pelas redes sociais e a forma de produção de conteúdos inovadores, impactantes ou mesmo falsos através delas. Percorre a busca pelo domínio da lógica dos algoritmos para que assim seja possível chegarem a cada vez mais pessoas na tentativa de ganhar novos adeptos ou mesmo de demonstrar grandeza pelo número de seguidores, de *likes*, etc. Ou mais do que isso, na tentativa de fortalecer os adeptos já conquistados, construindo um sentimento de grupo.

São esses os aspectos que dão à essa nova dinâmica de atuação e mobilização o caráter de objeto de estudo, aqui proposto a partir do esforço de compreender um grupo político (Movimento Brasil Livre) e sua forma de atuar por uma rede social (Instagram), trilhando seu caminho ascendente enquanto movimento social autônomo e espontâneo, perpassando seus momentos de crise e evidenciado as alternativas adotadas para lidar com eles. Por fim, chegando ao seu atual estado, em que tem que lidar com o desgaste acumulado a partir de suas próprias decisões e práticas políticas (re)construindo sua atuação como oposição ao governo petista.

No capítulo seguinte tenho a pretensão de ressaltar os aspectos históricos que favoreceram o surgimento não apenas do Movimento Brasil Livre (MBL), mas de um fenômeno maior e do qual o grupo fez parte, que é popularmente conhecido no campo acadêmico como ascensão da “nova direita” brasileira. A partir daí não apenas passou-se a discutir as características políticas de tal nova direita, mas o lugar ocupado pelos meios de comunicação como ferramentas de mobilização dessa nova direita e os respectivos grupos que a constituem. Entre os grupos que se destacaram nesse processo está o Movimento Brasil Livre, o qual será foco de análise aqui.

3 A NOVA DIREITA BRASILEIRA: CONTEXTO IDEOLÓGICO E RESSURGIMENTO

O termo “nova direita” passou a ser usado para se referir aos grupos de direita que emergiram no cenário político brasileiro a partir de 2013. Acontece que essa expressão havia sido usada por Pierucci (1999) para se referir à direita conservadora brasileira da década de 1980. Resgatar o fato de que tal categoria já foi usada em outro momento é importante para evidenciar como as percepções e definições em torno de termos como direita e esquerda podem se alterar ao longo da história.

Neste trabalho estou dialogando com a percepção de “nova direita” mais recente, ou seja, aquela que se notabilizou com a onda de protestos que teve início no Brasil em 2013, questão essa que trabalharei no decorrer deste capítulo. Para que eu chegue até lá, no entanto, considero de suma importância fazer uma breve discussão acerca do que foi a direita brasileira antes do contexto citado anteriormente.

A tradição política conservadora se construiu sobretudo em contraposição aos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade da revolução francesa. Do ponto de vista teórico, Edmund Burke condensou suas críticas ao processo revolucionário em “Reflexões sobre a revolução francesa” (1790), tornando-se o pensador mais popular entre conservadores por todo o mundo.

O ideal da igualdade é o mais criticado pela tradição conservadora, que defende que a desigualdade é um fator natural e inevitável entre os indivíduos. O embate entre igualdade e desigualdade se consolidou como as grandes ideias que moviam, respectivamente, a esquerda e a direita conservadora. Os conservadores passaram a ter êxito nesta disputa de narrativa na medida em que a esquerda avançou em seus movimentos identitários e de grupos mais específicos, pois a partir daí o que então era um ideal de igualdade consolidado no campo da esquerda transformou-se em “direito à diferença”, o que em alguma medida prejudicou a narrativa da igualdade (PIERUCCI, 1999).

No decorrer dos anos 80, com efeito, a direita procedeu a uma verdadeira ocupação do terreno ideológico adversário, apropriando-se deste argumento e destas palavras – o “direito à diferença” -, revirando contra a esquerda um jogo de linguagem que esta, por sua vez, havia tentado expropriar daquela mediante as formas discursivas de auto expressão dos movimentos sociais das minorias e das mulheres. (PIERUCCI, 1999, p. 53).

Ser conservador está intimamente ligado ao fato de que o conservadorismo é, antes de tudo, uma proposta de sociabilidade que rivaliza com muitos aspectos da modernidade. O conservadorismo se localiza especialmente nas lutas culturais, sobretudo aquelas que em alguma medida estão ligadas aos costumes tidos como tradicionais por esse tipo de público. Mais do que um estilo de pensamento, o conservadorismo é um modo de vida, como destaca Karl Mannheim (1982, apud Pierucci, 1999). Por isso, o pensamento conservador procura sempre estar enraizado e apegado a coisas concretas, repudiando, dessa forma, aquilo que é abstrato.

Pierucci (1999) já evidenciou de antemão como o público conservador pode ser engajado nas disputas políticas, fator esse que viria a ser percebido novamente a partir da guinada conservadora que o Brasil teve a partir de 2013. O autor mostra que o público conservador não apenas vota nas candidaturas de direita, eles costumam trabalhar por essas candidaturas. São ativistas, e não necessariamente militantes partidários.

Quais, então, eram as principais características da direita conservadora das décadas de 1980 e 1990? Pierucci (1999) chama essas características fundamentais de “certezas generalizadas”. Em suas entrevistas, o autor constatou que o sentimento de insegurança, a escolha de um bode expiatório para os problemas cotidianos, a importância dada à família e o moralismo eram os sentimentos predominantes entre o público conservador paulistano.

Em alguma medida, tais certezas generalizadas estão ligadas umas às outras. Os imigrantes nordestinos foram escolhidos pelo público conservador como o principal responsável pelos males enfrentados na época, como a própria insegurança, miséria e desemprego. A escolha de um bode expiatório poderia estar relacionada com a aberta defesa do pensamento conservador à desigualdade como fator inerente aos indivíduos. Fato esse que gera uma forte distinção entre o que seria ser paulistano e nordestino. Os aspectos da moralidade e defesa da família como principal instituição estão ligados ao temor que o público conservador possui às novas dinâmicas trazidas pela modernidade, que supostamente estariam desviando a juventude da moral e dos bons costumes.

Se fizermos um exercício comparativo colocando a direita conservadora destacada até aqui e o que se tem entendido como nova direita atualmente, duas principais diferenças poderão ser destacadas: o fato de que o comunismo não era visto como uma ameaça e o fato de que ainda não havia qualquer proximidade entre conservadorismo e neoliberalismo.

“De um lado, pois, o comunismo como bicho-papão evanescente, não mais atemorizava; do outro, o *welfare state*, que não convence como fantasma e alvo de ataque: nova direita sem neoliberalismo? O fascínio que o neoliberalismo exerce sobre os representantes e chefes partidários da direita política, por enquanto, não reverbera nos ativistas base de suas campanhas” (PIERUCCI, 1999, p. 60)

Evidenciar essas duas principais diferenças será importante para as discussões que virão a seguir. Isso porque o grupo político que será estudado neste trabalho (MBL) é resultado de uma nova linhagem política de direita, caracterizada fundamentalmente pela soma dos dois aspectos que acabo de referenciar como inexistentes da direita conservadora anterior, ou seja, o anticomunismo e o neoliberalismo, que passaram a ocupar papel central como ideias que movem os novos grupos de direita. Somados a elas, permanecem ainda características clássicas, como o apego à ideia de desigualdade natural entre indivíduos – que justifica o discurso meritocrático e empreendedor –, o radicalismo e o moralismo, que se aproximam dos aspectos elencados como características do público conservador das décadas de 80 e 90 estudado por Pierucci.

No entanto, antes de aprofundar essa discussão, é importante reservar espaço para refletir sobre os aspectos que contribuíram para a construção da nova direita brasileira em seu sentido mais recente. Para isso, primeiramente me debruçarei no fenômeno da direita envergonhada, que por muito tempo afetou tanto o público geral quanto políticos conservadores em seu processo de identificação e manifestação política. Em seguida, traçarei reflexões que nos permitam perceber o processo pelo qual a tradição da direita neoliberal percorreu até se consolidar como força política e, em seguida, integrar-se às pautas e grupos neoliberais para constituir o que enfim chamamos de nova direita nos dias de hoje.

3.1 A direita envergonhada

Ao longo período da redemocratização foi muito comum no campo acadêmico a atribuição do termo “direita envergonhada” para designar o fenômeno de que a parcela – seja de cidadãos comuns ou políticos – da sociedade que tem orientação política conservadora se prive de expressar suas ideias de forma totalmente aberta. Isso porque recaiu sobre a direita – sobretudo a conservadora – a responsabilização não apenas pelo golpe militar como também pela manutenção da ditadura ao longo dos anos.

Estar à direita do espectro político nacional deixaria de ser uma condição vantajosa ou mesmo uma evidência inexorável, mas algo a ser negado, esquecido ou simplesmente relativizado. A “direita envergonhada” ou a direita que não se assumia como tal, passa a ser um fenômeno marcante no fim do regime militar e no início da experiência democrática (Souza, 1988, apud Neto, 2016; p. 84).

Pierucci (1999, p. 73) também reforça esse argumento ao afirmar que “O regime militar foi quem deixou para as direitas esta herança envenenada, esta identidade diabolizada, infamante, envergonhada de si”.

Ao mesmo tempo, as ideologias progressistas e os partidos de esquerda, centro-esquerda, centro-direita e de centro tiveram grande crescimento nesse período, se destacando entre eles o PSDB, PMDB e PT. Não por acaso, as disputas eleitorais – principalmente presidenciais - nas décadas seguintes à redemocratização sempre estiveram predominantemente entre dois desses partidos, com o terceiro na condição de aliado preferencial, algo que só veio mudar em 2018.

Isso não significa dizer que houve o fim da direita brasileira. Tanto partidos conservadores quanto políticos conservadores continuaram atuando. Para citar um exemplo emblemático, o Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA), criado em 1989 e extinto em 2006, foi um partido de extrema direita que teve como principal líder e fundador, o empresário e comunicador político Enéas Carneiro, que se destacou por adotar uma postura política extremamente conservadora e nacionalista.

Considerando que a história da direita brasileira se consolidou por duas linhagens diferentes (GENTILE, 2018), uma delas autoritária e outra neoliberal, o PRONA se localizaria como sendo resultado da linhagem autoritária, visto que era um partido reconhecidamente avesso à globalização e ao neoliberalismo: “O PRONA trazia o apelo à ordem, à autoridade, as críticas ao modelos neoliberais de organização da economia, assim como a própria sentença expressa na sigla partidária: a retomada de uma ordem presente em algum momento do passado brasileiro” (NETO, 2016, p. 87).

Enéas Carneiro não hesitava em expressar publicamente suas opiniões políticas, mesmo que elas fossem impopulares ou polêmicas. Ele defendia uma série de ideias que incluíam desde o fortalecimento do Estado até a crítica a políticas de inclusão social e a defesa da pena de morte. Apesar de suas posições radicais, Enéas Carneiro se tornou popular entre os eleitores conservadores brasileiros e disputou três pleitos presidenciais: 1989, 1994 e 1998. Seu melhor resultado foi o terceiro lugar nas eleições de 1994, com 1.447.090 votos válidos.

Apesar disso, é possível afirmar que o PRONA foi uma exceção ao movimento político que se consolidava a cada eleição com os partidos progressistas, de centro e de centro-direita. Enéas Carneiro, por sua vez, não deixaria de ser lembrado décadas depois no processo de ressurgimento da direita conservadora brasileira no campo político - principalmente a partir de vídeos virais e entrevistas antigas - como “um grande líder” conservador que o Brasil perdeu a oportunidade de ter. Tal “renascimento” da figura de Enéas foi por muitas vezes usado como modo de associar sua figura a de Jair Bolsonaro, que viria a concorrer e vencer as eleições presidenciais de 2018.

3.2 Think Tanks de direita no Brasil

O fenômeno da direita envergonhada, como destacado anteriormente, não consistiu em um período em que a direita deixou de existir no Brasil. Ao longo do período de redemocratização, bem como nos anos que precederam o que viria a ser o “surgimento da nova direita brasileira”, grupos conservadores buscaram permanecer atuantes sob o ponto de vista organizacional. Isso porque, politicamente, o protagonismo político nas disputas eleitorais, sobretudo presidenciais, estava hegemonicamente entre PT e PSDB, com o PMDB atuando como aliado preferencial.

Quando uso a expressão “do ponto de vista organizacional” quero me referir ao aspecto de união de grupos engajados em fazer com que as ideias conservadoras permanecessem em alguma medida fluindo entre a sociedade e principalmente entre os adeptos daquelas ideias, de modo que a militância em prol de tal ideologia não pereceu diante de um cenário político tão desfavorável.

Enquanto a direita genuinamente conservadora esteve tímida no cenário político, a direita de cunho neoliberal e pró-mercado tomou certo protagonismo principalmente a partir da década de 1990, tendo como principal marco a eleição de Fernando Henrique Cardoso nas eleições de 1994 (ROCHA, 2017).

O crescimento da direita neoliberal tem relação com o surgimento e ampliação de think tanks pró-mercado que se constituíram e atuaram no Brasil nas décadas de 1980 e 1990. São eles o Instituto Liberal do Rio de Janeiro, o Instituto de Estudos Empresariais e o Instituto Atlântico (ROCHA, 2017). No entanto, é válido salientar que nem todos os think tanks são iguais no que tange aos seus objetivos. Antes de adentrar na relação entre eles e a direita neoliberal brasileira, quero reservar dois parágrafos para estabelecer distinções entre think tanks.

É possível afirmar que existem algumas definições possíveis para think tanks, pois de modo geral a forma como se organizam está associada ao seu objetivo. Uma primeira abordagem possível para definir o termo é a funcional, que define think tanks com base em suas funções e atividades. Nessa perspectiva, eles são organizações que realizam pesquisas independentes e fornecem análises e recomendações para resolver problemas e influenciar a tomada de decisões em questões políticas, econômicas, sociais ou outras áreas de interesse público. Essa definição enfatiza o papel prático e operacional dos think tanks na formulação de políticas. Para citar alguns exemplos desse tipo de organização no Brasil, é possível citar a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).

Outra abordagem de think tanks, e que será adotada para estabelecer relação com a direita neoliberal brasileira, é a abordagem ideológica. Nela, a definição de think tanks acontece com base em suas posições ideológicas e políticas. Segundo esta perspectiva, eles são organizações que promovem uma determinada visão de mundo, defendem interesses específicos e buscam influenciar a opinião pública e a tomada de decisões políticas com base em uma determinada ideologia ou conjunto de valores. Essa visão tem um enfoque sobre a dimensão ideológica dos grupos e sobre suas agendas políticas. Os exemplos para este tipo de think tank podem ser os já citados Instituto Liberal do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Empresariais e Instituto Atlântico. Um outro exemplo, esse também de cunho neoliberal e que segue atuante no Brasil, é o Instituto Mises Brasil.

Think tanks ideológicos como os que acabei de citar são inspirados em um formato inaugurado pelo maior e mais influente think tank de direita dos Estados Unidos, a *Heritage Foundation*¹³. Este formato, também chamado de *advocacy think tanks*, utiliza estratégias agressivas de marketing na defesa de seus interesses (ROCHA, 2017). E foi nesse formato que os principais think tanks neoliberais e pró-mercado brasileiros atuaram.

Nos primeiros dez anos de atuação, o Instituto Liberal do Rio de Janeiro conseguiu expandir seu alcance por meio da fundação de oito Institutos Liberais em alguns dos principais estados brasileiros. Porém, com exceção do Instituto de São Paulo, que conseguiu financiadores de peso, a maior parte dos institutos contavam com recursos escassos, de modo que suas atividades eram bastante restritas em comparação com as do IL-RJ, e consistiram, basicamente, em replicação do material produzido pelo IL

¹³ Assim se apresenta em seu website: A missão do patrimônio é formular e promover políticas públicas baseadas nos princípios da livre empresa, governo limitado, liberdade individual, valores tradicionais americanos e uma forte defesa nacional.

original, que traduzia e publicava livros, editava uma revista chamada *Think Tank* e posteriormente rebatizada como *Banco de ideias (...)* (ROCHA, 2017; p. 109).

O Instituto Atlântico, por sua vez, foi criado para fazer uma atuação mais próxima do que se entende como trabalho de base, ou seja, atuar perante as classes que formam a base da sociedade:

Um dos principais focos do IA era atingir as classes populares. Para tanto, passaram a ser divulgadas as ideias de capitalismo popular e privatização popular, ou seja, como os trabalhadores comuns poderiam se beneficiar materialmente do estabelecimento de uma ordem política e econômica orientada para o desenvolvimento do livre-mercado. (ROCHA, 2017; p. 113).

A vitória de Fernando Henrique Cardoso nas eleições de 1994 representou a chegada definitiva das ideias neoliberais e pró-mercado ao governo, o que de certa maneira também representou o êxito inicial da atuação dos think tanks na política brasileira. Apesar disso, os anos que sucederam tal acontecimento também representaram certo declínio destas instituições. Alguns motivos para esse declínio são apontados por Rocha (2017), como o próprio fato de que muitas de suas pautas – abertura de mercado e privatizações - já estavam sendo implementadas por FHC e o fato de que “muitos dos financiadores dos tink tanks acreditarem que já haviam logrado êxito e que, portanto, não necessitavam mais de um aporte contínuo de recursos” (ROCHA, 2017, p. 116).

Não foi, no entanto, apenas a vitória de FHC que representou certo êxito dos think tanks brasileiros nesse período. Mais do que isso, eles lograram êxito em estabelecer sua própria institucionalização enquanto movimento: “Ao longo do tempo foi sendo estabelecida uma rede estável e formalizada constituída por indivíduos, organizações e fóruns brasileiros e estrangeiro, no qual trafegam apoio material e organizacional para atividades para as atividades pró-mercado” (ROCHA, 2017, p. 116).

Diante do exposto, foi possível estabelecer que, no período citado, a linhagem da direita neoliberal foi predominante se comparada à linhagem conservadora, que ainda sofria com a já tão falada síndrome da direita envergonhada. A política pró-mercado predominou nos dois mandatos de FHC e, de certa forma, fez pressão na campanha de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, visto que apesar de se sair vitorioso na eleição precisou fazer certos acenos ao mercado, o que ficou evidente na “carta ao povo brasileiro” publicada na pré-campanha de Lula.

O conteúdo da carta remete-se a um conjunto de compromissos que o Partido dos Trabalhadores, através do candidato Lula, assume com a garantia da estabilidade do jogo político. A carta é o documento usado para aplacar o “terror” do mercado com a possível vitória de Lula, no período de sua apresentação. A *Carta ao Povo Brasileiro* é, portanto, o documento público por meio do qual se institui a inflexão petista na direção de garantir a estabilidade econômica por meio da aceitação das regras, ou seja, dos contratos e acordos (SOARES, 2012; p. 73).

A partir dali o Partido dos Trabalhadores teria uma hegemonia nacional nas disputas eleitorais pela presidência por 14 anos, o que significou dois mandatos de Lula e um e meio de Dilma Rousseff, que sofreu um processo de Impeachment dois anos após sua reeleição em 2014, sendo tal processo resultado direto da atuação de alguns movimentos sociais e políticos que tiveram seu estopim em 2013. Entre eles está a “nova direita” brasileira.

3.3. Por que falar em nova direita?

O conceito de nova direita se tornou, principalmente no Brasil, um profícuo campo de investigação desde 2013, quando grupos de direita passaram a ter voz e protagonismo após um longo período. Apesar de autores como André Singer (2021) preferirem usar termos como “Reativação da direita” ao invés de nova direita, apresentar o fenômeno como uma novidade predominou como escolha nos trabalhos acadêmicos. Além disso, esse campo de estudo se tornou popular em diversos lugares do mundo, pois termos como “onda conservadora” e “guinada à direita” passaram a ser comuns nas tentativas de explicar as seguidas vitórias de conservadores ao redor do mundo, como foi o caso de Donald Trump nos Estados Unidos (2016), o avanço da Frente Nacional na França, Viktor Orbán na Hungria e, claro, Jair Bolsonaro no Brasil em 2018.

Quando Débora Messenberg (2017) utilizou a expressão “A direita que saiu do armário” para intitular a um de seus artigos, a autora sintetizou muito bem o fenômeno para o caso brasileiro. Isso porque a direita sempre esteve presente no cenário político, mas por muito tempo de forma tímida e sutil. Para continuar me utilizando de sua metáfora, pode-se afirmar que por muito tempo a direita esteve dentro do armário articulando e esperando um momento para sua saída. Evidentemente essa afirmação pode estar atribuindo um grau de racionalidade questionável a um fenômeno tão amplo, afinal de contas nem sempre as movimentações políticas têm um planejamento bem definido tanto do ponto de vista da ação quanto do ponto de vista da temporalidade do agir. Apesar disso, aconteceu. A partir dos inesperados e modestos protestos que tiveram início em 2013, a direita saiu do armário com força total.

Ao passo que essa direita que surgiu era definida como “nova” (Messenberg, 2017; Cepêda, 2018; Rocha, 2018), alguns consensos foram sendo estabelecidos sobre as ideias que a moviam. Messenberg (2017) mostra que os princípios semânticos, e suas respectivas ideias força seriam: 1. Antipetismo: Impeachment, corrupção, crise econômica, bolivarianismo; 2. Conservadorismo Moral: Família tradicional, resgate da fé cristã, patriotismo; 3. Princípios neoliberais: estado mínimo, eficiência do mercado, livre iniciativa, meritocracia, corte de políticas sociais.

Ao longo da série de articulações que movimentavam os múltiplos grupos de direita desde o início dos protestos é possível identificar alas que davam enfoques diferentes para cada uma dessas ideias força. Grupos como o Endireita Brasil, de cunho mais conservador, davam ênfase em questões morais como “família tradicional” e religiosidade. Já grupos como o Movimento Brasil Livre (MBL) davam ênfase em questões econômicas como “estado mínimo” e privatizações. Portanto, apesar de estarem naquele contexto unidos nas manifestações, cada grupo possuía pautas prioritárias, o que permite, de certo modo, atribuir o caráter plural àquela nova direita que surgia.

Apesar das diferenças, pode-se dizer que em um tema todos os setores da nova direita estavam totalmente alinhados, o antipetismo. E esse motor deu muito fôlego aos grupos ao longo de todo o processo de impeachment de Dilma Rousseff, desde sua abertura à sua conclusão com o afastamento da presidenta do cargo. O antipetismo, portanto, cristalizou e sedimentou as bases da nova direita, que posteriormente se desenvolveu e chegou ao poder nas eleições de 2018.

Os motivos que permitem atribuir o adjetivo “novo” à essa direita estão relacionados à sua forma de atuação, que faz uso massivo das plataformas digitais, à articulação entre as tradições predominantemente conservadoras e as predominantemente neoliberais da direita brasileira, à articulação com o público religioso, em particular com o das igrejas neopentecostais, e à ascensão de novas lideranças que passaram a ser a personificação do movimento (Messenberg; Fernandes, 2018; Delcourt, 2016; Santos; Tanscheit, 2019; Cêpeda, 2018; Silva, 2021).

3.4 As jornadas de junho como campo de ressurgimento da direita

No dia 6 de junho de 2013 ocorreu a primeira manifestação motivada pelo aumento da tarifa do transporte público em São Paulo. Essa manifestação foi organizada pelo grupo estudantil Movimento Passe Livre (MPL) e foi a primeira entre outras que viriam posteriormente promovida pelo grupo. A princípio não havia distinção ideológica nas manifestações, ou seja, as pessoas reunidas ali não necessariamente partilhavam uma mesma visão política, mas sim uma pauta comum, ou seja, a indignação pelos “20 centavos”. No entanto, conforme as manifestações aconteciam, novos grupos se mobilizaram e esse cenário foi mudando: “Logo, muitos ativistas e grupos de orientação ideológica distintas e até divergentes foram se juntando, tentando colar sua própria pauta e imprimir uma identidade às manifestações” (MACHADO; MISKLICI, 2019, p. 955).

Apesar de não ser possível afirmar que se tratou do mesmo movimento, até o fim daquele mesmo mês e dos dois anos subsequentes o movimento que inicialmente ocorreu pelos “20 centavos” transformou-se em “não é só pelos 20 centavos” e em “o gigante acordou” a partir da entrada de outros atores no cenário das ruas, passando a reunir milhares de pessoas com objetivos e públicos muito diferentes dos presentes nas primeiras manifestações. As motivações perpassariam as críticas aos gastos públicos com a copa do mundo - o que resultou inclusive em manifestações dentro dos estádios -, a aversão à classe política brasileira -, crítica a programas como o mais médicos, críticas e elogios à operação lava-jato, entre outras.

A pluralidade das manifestações que ocorreram de 2013 a 2016 é explicada por Angela Alonso (2017) do ponto de vista do ciclo de protestos. Ela identifica três ciclos de protestos (1. Mosaico; 2. Patriota; 3. Impeachment) e três repertórios que disputaram espaço em cada momento (1. Socialista; 2. Autonomista; 3. Patriota).

O ciclo mosaico (junho 2013) eclode com o Movimento Passe Livre com estilo novo (autonomista), que se aproximava em alguma medida do anarquismo, com estética punk, violência simbólica (queima de catracas) e física (tática black bloc). A diversificação do protesto veio com o aumento da adesão e focos de manifestações, chegando a um pico de três setores distintos de mobilização. O ciclo patriota (março e abril de 2015) veio diante de uma conjuntura fluida proporcionada pelo ciclo anterior. Os patriotas rivalizaram com os socialistas pró-governo Dilma. A conjuntura era de uma crise política do governo que enfrentava mais um escândalo, o Petrolão. O ciclo do impeachment (dezembro de 2015 a março de 2016) foi marcado pela dualidade entre o repertório patriota (#ForaDilma) e o socialista (#Nãovaitergolpe) (ALONSO, 2017).

Uma característica particular nas manifestações que tiveram início em 2013 no Brasil reside nas mutações que o movimento teve ao longo do tempo. Inicialmente organizados por estudantes politizados, logo tornaram-se heterogêneos, polissêmicos e até mesmo policlasistas (Antunes, 2013). Desse modo, o movimento que teve início em 2013 e que tinha em seu ciclo mosaico caráter amplo, diversidade de pautas e lideranças pouco claras (ALONSO, 2017), logo se tornou ideológico. Se de um lado centrais sindicais e partidos de esquerda organizavam manifestações, logo tais manifestações eram respondidas por novas manifestações convocadas por grupos de direita, de modo que as ruas se tornaram campo de disputa.

O embate entre direita e esquerda se cristalizou quando teve início a campanha para abertura do processo de impeachment de Dilma Rousseff, iniciada pouco depois de sua vitória nas eleições de 2014 (Santos; Tanscheit, 2019). O PSDB de Aécio Neves, que tinha sua vitória como certa, e os grupos de direita que surgiram ao longo das manifestações de 2013 e 2014, não conseguiram conceber a vitória apertada de Dilma. Em um primeiro momento o partido de Aécio convocou uma auditoria para rever o resultado das urnas e, não tendo o resultado esperado, iniciou uma cruzada contra Dilma no Congresso Nacional. Em seguida, o então presidente da câmara dos deputados, Eduardo Cunha, aceitou o pedido de Impeachment protocolado por Hélio Bicudo, Miguel Reale e Janaína Paschoal.

Foi nesse cenário em que a direita brasileira se reorganizou e minimamente se consolidou enquanto força política, dando início ao que se entende como o surgimento de uma “nova direita”. A pauta central desses movimentos neoliberais e conservadores passou então a ser única, se resumindo às frases comumente expressas em cartazes e bandeiras: “Fora Dilma”, “Fora PT”, “Fora CorruPTos”.

É nesse momento que começam as manifestações contra o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e o clamor “Fora Dilma”. Grupos ligados a partidos políticos passaram a ser hostilizados, e as cores verde e amarela da bandeira – historicamente usadas pela direita – tornaram-se mais presentes nos protestos (MACHADO; MISKLCI, 2019, p. 956).

Muito se associou as jornadas de junho no Brasil com uma onda de movimentos sociais que sacudiram o mundo desde 2008, a qual teve como estopim as revoluções egípcias, as insurreições árabes e seguiu ocorrendo como no caso dos Indignados na Espanha e o movimento Occupy Wall Street nos Estados Unidos. Também muito se associou a todos esses movimentos, incluindo o brasileiro, com o potencial da internet de ser mecanismo organizador e divulgador

dos movimentos sociais (CASTELLS, 2013). Isso se reforçou com o resultado de pesquisas realizadas pelo Datafolha, que mostrou que grande parte dos participantes das manifestações brasileiras naquele período ficaram sabendo dela pelo Facebook (MEDEIROS, 2014). De fato, as redes sociais tiveram muito impacto nesses acontecimentos, o que resultou em inúmeros esforços da academia para entender e explicar o que ocorria no cenário político e social brasileiro.

Além do potencial propriamente dito das redes, destacou-se no período a forma como os novos grupos de direita se utilizavam dos recursos disponibilizados pelas redes sociais para mobilizar seus seguidores e articular as manifestações. Outrossim, o próprio potencial que os grupos tiveram para surgir e se organizar em um momento político que parecia propício para tal. Acontece que a articulação da direita não é tão nova quanto parece, o que coloca em xeque até mesmo a questão de se podemos mesmo considerar a direita que surgiu ao longo das manifestações brasileiras como um movimento realmente novo.

3.5 Caminhos da direita brasileira até seu ressurgimento

Em seu esforço de traçar uma genealogia da nova direita brasileira, Camila Rocha (2018) buscou compreender a direita brasileira a partir do conceito de contra público, que advém da teoria crítica e faz referência principalmente aos grupos subalternos. A autora se apropria do conceito em outro sentido, inspirada principalmente na perspectiva de Michael Werner, que enfatiza o caráter performativo dos grupos:

Para Warner, os contra públicos seriam definidos por uma característica que aponta para uma disruptividade específica, de modo que o conflito que permeia seus discursos não se estenderia apenas a ideias políticas e políticas públicas, mas a modos discursivos e formas de endereçamento baseados em argumentos críticos-rationais, tidos como mais legítimos em públicos dominantes e que dizem respeito a uma hierarquia existente nas mídias tradicionais (ROCHA, 2018; p. 27)

Entender a direita brasileira como contra público faria sentido pelo fato de que:

Ainda que grupos de direita, historicamente, façam parte do establishment junto à sociedade civil e ao sistema político, conjunturas políticas específicas podem fomentar o surgimento de atores de direita que são anti-establishment, seja porque o Estado passou a ser ocupado por partidos ou movimentos de esquerda ou centro

esquerda, seja porque tais atores não se sentem mais representados pelos grupos de direita que estão no poder (ROCHA, 2018; p. 34)

Nesse sentido, a conjuntura política específica no caso da direita brasileira seria a já enfatizada em momentos anteriores deste texto, ou seja, o fenômeno da direita envergonhada e a predominância de partidos políticos de esquerda, centro e centro direita nas disputas eleitorais desde o período da redemocratização.

Quando movimentos neoliberais e conservadores surgem em contestação à reeleição de Dilma Rousseff ao longo da onda de protestos que teve início em 2013, pode parecer que tudo ocorreu com certa espontaneidade e de repente. Acontece que muitos dos atores que fizeram parte de todo aquele movimento já possuíam certo grau de organização e articulação. Ao entender isso, pode-se questionar a ideia de que naquele contexto surgia uma “nova direita” propriamente dita.

Já mostrei momentos atrás o papel que tiveram os Think Tanks no reordenamento e manutenção da direita brasileira ao longo do período em que sua força política e de mobilização não estava nas alturas. Como também que esta fragilidade da direita estaria ligada a dois fenômenos principais: o da direita envergonhada e o da predominância das disputas eleitorais entre candidatos e partidos predominantemente não conservadores. Além deles, adiciono agora um novo, apresentado por Singer (2021), que aponta que o lulismo teria desativado a predisposição conservadora do eleitorado entre 2006 e 2014.

Contudo, o enfraquecimento não significou queda. Pois também ao longo do lulismo foi possível observar importantes articulações de grupos de direita (ROCHA, 2018). Articulações essas que já ocorreram por meio da internet:

Foi apenas em meio ao auge do lulismo, entre 2006 e 2010, a partir da atuação de membros de contra-públicos digitais, formados especialmente a partir da rede social Orkut, que aos poucos tal vergonha começou a se dissipar (ROCHA, Camila; 2018, p. 111).

O que permitiu que tais grupos tomassem fôlego diante de um cenário que até então era extremamente desfavorável foi o impacto que teve o escândalo do mensalão, que envolveu principalmente o Partido dos Trabalhadores e impactou diretamente na popularidade de Lula.

Nessa época, a internet funcionou como um refúgio para anti-petistas, direitistas, ou simplesmente para quem não se sentisse representado pela bonança lulista. Sentindo-se acudadas em públicos dominantes, tais pessoas descobriram nos meios digitais a possibilidade de encontrar outros com quem pudessem trocar ideias e se solidarizar por meio da interação em fóruns, blogs, sites e comunidades digitais (ROCHA, Camila; 2018, p. 120)

Alguns grupos e nomes importantes do período foram o Instituto Milenium, fundado por Paulo Guedes, Rodrigo Constantino, Instituto Mises Brasil, presidido por Hélio Beltrão, grupo Dragão do Mar, fundado na Universidade Federal do Ceará (ROCHA, 2018). O ponto de chegada e que cristaliza esses nomes, grupos e movimentos é o já evidenciado aqui, qual seja: a onda de protestos que ocorreram no país a partir de 2013:

Foi a partir das manifestações de junho de 2013 que discursos que mobilizavam os temas da anticorrupção e do antipetismo, que já circulavam nos contra-públicos digitais desde o escândalo do mensalão, passaram a se tornar centrais no processo de formação das novas direitas (...) (ROCHA, Camila; 2018, p. 160).

Portanto, diferente do que possa parecer, não é possível associar a ascensão dos novos grupos de direita apenas às jornadas de junho, pois fazer isso seria abrir mão de reconhecer processos que ocorreram ao longo do próprio período citado, ou seja, das organizações de think tanks e criação de grupos e coletivos de viés ideológico à direita.

Faz-se necessário, portanto, localizar o surgimento dos grupos ao longo das décadas, colocando o contexto de explosão do fenômeno e evidenciado o papel de instituições como os think tanks de direita que começaram a surgir no Brasil antes mesmo dos anos 2000. Os protestos de rua foram, pode-se dizer, o ponto de chegada de um processo que vinha acontecendo há anos de maneira tímida e por ferramentas informacionais – internet, redes sociais, fóruns - que ainda não tinham se consolidado como motores para a articulação política no Brasil.

3.6 Movimento Brasil Livre

Como tentei deixar evidente até aqui, o fenômeno da nova direita é plural em dois sentidos. Em primeiro lugar, não se trata de um fenômeno que surgiu de uma hora para outra. Em segundo lugar, a nova direita é um termo que designa um fenômeno, não podendo ser

confundido com a errônea ideia de que existe apenas uma direita organizada e mobilizada. Direita e esquerda são conceitos que buscam sintetizar uma série de visões de mundo, podendo nos levar a esquecer as multiplicidades internas de cada um dos termos. E para além disso, são, antes de tudo, conceitos que mudam de significado conforme o tempo e o contexto (Bobbio, 2015). Nesse sentido, o Movimento Brasil Livre (MBL) emerge parte de uma tradição de direita muito mais ligada ao neoliberalismo que ao conservadorismo, e por isso pode ser entendido como parte de uma tradição, e não necessariamente como o que melhor representa a nova direita brasileira.

Até aqui busquei estabelecer um grande pano de fundo para localizar o lugar da direita ao longo das décadas que antecederam as jornadas de junho, fato esse que tenho tratado como central para este trabalho. Para isso, antes de falar sobre o Movimento Brasil Livre (MBL), chamei atenção para o fenômeno da direita envergonhada, o papel dos think tanks neoliberais no fim dos anos 90 e início dos anos 2000 e as redes construídas por eles que proporcionaram, a partir de 2013, que grupos de direita voltassem a se organizar e mobilizar nas ruas e, principalmente, nas redes sociais.

Apesar de ter sua origem em meados de 2014, o MBL é fortemente inspirados nos think tanks que atuaram no Brasil no final dos anos 90 e ao longo dos anos 2000 e também fruto das comunidades liberais/conservadoras que existiam na extinta rede social *Orkut* ao longo do lulismo e que posteriormente ocuparam o *Facebook* no governo Dilma. Dois de seus principais fundadores, Renan Santos¹⁴, ex-integrante da juventude do PSDB e Fábio Ostermann¹⁵, por vezes já haviam participado ou tentado fundar grupos de cunho parecido ou idêntico, mas sem tanto sucesso. Além disso, já possuíam em alguma medida ligações com outros grupos de orientação pró-mercado. Camila Rocha (2018) elenca que um ponto de virada para a popularidade do grupo foi a campanha promovida por uma organização também neoliberal chamada Líber feita em torno do candidato à deputado estadual, o empresário Paulo Batista, que, na campanha, se vestia de um herói ultraliberal que tinha como poder um “raio privatizador”. A campanha foi produzida pela produtora de Alexandre Santos, irmão de Renan Santos. “Ainda que candidatos ultraliberais tenham se lançado em anos anteriores, foi a

¹⁴ O principal fundador do MBL. Antes que o grupo de fato se chamasse Movimento Brasil Livre, Renan já o havia fundado com o nome “Renovação Liberal”. Com a integração de Ostermann, o grupo mudou de nome.

¹⁵ Fábio Ostermann é formado em Direito, mestre em Ciências Sociais e Pós-Graduado em Liderança pela Georgetown University. É professor adjunto na Faculdade Campos Salles e já proferiu palestras sobre temas relacionados à política e economia em 8 países e 16 estados brasileiros. Foi um dos fundadores do Partido NOVO no RS, além de ter se envolvido na construção de diversos grupos liberais

campanha de Batista que conseguiu unificar em um mesmo projeto político todos os membros do contra-público ultraliberal (...) (ROCHA, 2018, p. 163).

Mesmo promovendo algumas grandes manifestações com o apoio de grupos como o “Revoltados Online” e “Vem pra Rua” ao longo de 2014, foi em abril de 2015 que o MBL passou a ter um protagonismo maior de colar suas próprias pautas e liderar uma agenda para o movimento ao anunciar em uma manifestação a “Marcha da Liberdade”, iniciativa que iria levar um dos muitos pedidos de Impeachment até o congresso nacional. Nesse meio tempo o grupo promoveu a ascensão de Kim Kataguiri¹⁶, que viria a ser uma das principais lideranças do grupo a partir dali (Rocha, 2018).

Ao passo que o grupo crescia, sua estrutura organizacional foi se alterando. Uma das principais mudanças foi o desligamento de Fábio Ostermann do grupo, que em entrevista para Camila Rocha (2018) afirmou: “Mas uma das coisas que passou a me incomodar gradativamente no MBL foi o fato de a gente estar permanentemente subordinado à lógica do caos, não existia uma organização” (Fábio Ostermann, LIVRES, abril de 2016).

A partir dali o MBL se organizou a partir de quatro principais nomes: O próprio fundador Renan Santos, Kim Kataguiri, Fernando Holiday¹⁷ e Arthur do Val¹⁸. Sendo Renan uma espécie de ator articulador, organizador e administrador do grupo e os demais as vozes e personalidades que constituíam o “rosto” do MBL. Evidentemente esses são os principais nomes, o grupo contou com a participação de muitos personagens que pouco tempo depois fundaram o partido Novo e se desligaram do grupo, assim como de personalidades como Rodrigo Constantino, que apesar de nunca estar oficialmente ligado ao MBL apoiou por muito tempo as pautas do grupo. Hoje, por razões que estarão em outro momento do texto, pode-se dizer que Constantino é um grande opositor do grupo, assim como muitos outros ex-membros.

¹⁶ Na época muito jovem, se destacou pela sua atuação nas manifestações por ter boa oratória, articular bem as ideias e conseguir inflamar as multidões a partir do discurso liberal e anticorrupção. Trabalhou na Folha de São Paulo, o que lhe rendeu o livro de sua autoria “Quem é esse moleque para estar na Folha?”.

¹⁷ Foi capturado pelo MBL após seu sucesso nas redes sociais fazendo vídeos de indignação contra o governo Dilma. Por ser negro, pobre, da periferia e homossexual, Holiday sempre foi um importante porta voz do grupo no que diz respeito a falar de temas como racismo, homofobia, cotas raciais e pobreza. Desse modo o grupo buscava superar a ideia de “lugar de fala”, atribuindo legitimidade a Holiday para colocar a visão neoliberal a respeito desses temas.

¹⁸ Mais conhecido como “mamãefalei”, se notabilizou pelos vídeos virais em que ia para manifestações de esquerda para intimidar os integrantes a partir de perguntas pré-formuladas. Em seus vídeos ia para o ar as perguntas não respondidas corretamente pelos manifestantes, ou mesmo as reações adversas ou violentas. O objetivo era ridicularizar o público participante ou atribuir rótulos como “petistas são violentos e intolerantes”.

3.6.1 Movimento Brasil Livre: ideologia e forma de atuação

É importante destacar que a forma de atuação do MBL em seus anos iniciais foi um diferencial que permitiu que o grupo tivesse não só grande protagonismo no já definido contexto, mas também na construção de bases firmes para permanecer forte e atuante após as ondas de protestos e do Impeachment de Dilma Rousseff. Afinal de contas, sendo um dos responsáveis pelo Impeachment, o MBL herdou a difícil tarefa de apoiar certas decisões – de cunho neoliberal – do então presidente Michel Temer, o mais impopular da história do Brasil. Uma das mais conhecidas medidas foi a PEC do teto de gastos (PEC 241/2016), que se tornou a Emenda Constitucional nº 95/2016¹⁹, que limitou os gastos públicos em diversas áreas, como saúde e educação.

O primeiro fator que permitiu que o MBL mantivesse sua popularidade foi a maneira como se definiu ideologicamente, canalizando o ressurgimento do público liberal e conservador que se reergueu desde 2013. O grupo foi um berço para uma direita ativa tanto nas ruas quanto, principalmente, nas redes sociais, lugar onde o grupo concentrou suas forças de atuação. Kraus (2022, p. 3) afirma que o MBL “apresentaria características próprias do populismo de extrema-direita, fundamentado no uso demagógico de discursos nacionalistas e antissistema, apoiando-se num alto índice de desconfiança e rejeição institucional”.

Do ponto de vista ideológico, o MBL foi exitoso em conseguir reunir em seu público tanto conservadores quanto liberais. Sendo o primeiro público preocupado com pautas morais como aborto, ideologia de gênero, doutrinação nas escolas, masculinidade, etc. Já o segundo grupo, preocupado com pautas essencialmente econômicas, como políticas de austeridade e privatizações. Esse foi um fator essencial para o rápido crescimento do grupo e popularização entre os públicos de direita.

¹⁹ Institui o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por 20 exercícios financeiros, existindo limites individualizados para as despesas primárias de cada um dos três Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União; sendo que cada um dos limites equivalerá: I - para o exercício de 2017, à despesa primária paga no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos e demais operações que afetam o resultado primário, corrigida em 7,2% e II - para os exercícios posteriores, ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Determina que não se incluem na base de cálculo e nos limites estabelecidos: I - transferências constitucionais; II - créditos extraordinários III - despesas não recorrentes da Justiça Eleitoral com a realização de eleições; e IV - despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes (BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>. Acesso em 13 set. 2023).

O grupo condensou em sua retórica o antipetismo, o conservadorismo moral e os princípios neoliberais, aspectos esses que (Messenberg, 2017) denominou princípios semânticos do grupo. Outra forma de definir a orientação ideológica do grupo é a de Yamamoto e Moura (2018), que, a partir da análise de discurso, apontaram duas regularidades da retórica do grupo ao longo da campanha pelo impeachment de Dilma Rousseff. A primeira foi a de colocar os Estados Unidos como um devir, ou seja, um ponto de chegada para a transformação do Brasil, que para o grupo estaria sob a administração petista caminhando para se tornar uma Venezuela. A segunda é a narrativa do “retorno do macho”, ou seja, o protagonismo do homem na política e, correlativamente, o lugar objetificado da mulher. Percebido sobretudo pela forma como Dilma Rousseff é tratada em suas publicações satíricas” em suma, as regularidades discursivas analisadas sugerem um sistema social organizado a partir de um gênero (masculino) e que tem os EUA como modelo ou forma ideal” (Yamamoto; Moura, 2017).

O segundo fator importante que afetou positivamente a popularidade do grupo foi seu esforço em conquistar parcela do público jovem a partir de uma estética descolada e pop pelas redes sociais, âmbito ocupado fortemente pela juventude: “O objetivo é a criação de uma “linguagem jovem e uma estética inovadora” para mostrar que “ser liberal não significa ser velho e vestido de terno, mas pode representar algo inovador, novo e próximo ao mundo dos jovens” (KRAUS, 2022). Isso fica evidente no título de uma matéria de María Martín publicada em 2014 no jornal El País: “*Não é uma banda de indie-rock, é a vanguarda anti-Dilma*²⁰”.

Não por acaso, após o declínio dos movimentos de rua promovidos pela direita, o MBL concentrou sua atuação nas redes sociais, entre elas twitter, facebook, instagram e youtube. Apesar de não inaugurar esse tipo de atuação, centrado no uso das redes, o MBL se adaptou muito bem ao seu uso e aos mecanismos disponibilizados por elas para criar e compartilhar conteúdos de cunho político e ideológico. O sucesso do grupo nesse processo superou muitos outros grupos que já existiam e também os grupos que surgiram em seu mesmo contexto. Em uma análise que parte dos aspectos técnicos da produção audiovisual do grupo (LEPRI, 2020, p. 103) afirma:

“Os youtubers e produtores de vídeo para os SRS à direita têm obtido muito mais sucesso em circular seus vídeos, capturar espectadores e efetivamente tomar vantagem da arquitetura das plataformas de uma forma que os movimentos à esquerda ainda não

²⁰ MARTÍN, M. Não é uma banda de indie-rock, é a vanguarda anti-Dilma. **El País**, 2014. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/12/politica/1418403638_389650.html>. Acesso em 11 set. 2023.

foram capazes de fazer, principalmente a partir do início do processo de impeachment em 2015”

Nas redes sociais, o MBL procurou atuar fortemente a partir de memes, que apesar de já serem populares entre jovens e em outras páginas políticas, bem como terem tido muita adesão ao longo das eleições de 2014, foram uma ferramenta basilar na popularização do grupo entre os jovens. Isso pelo fato de que o meme enquanto figura de linguagem costuma ser apropriado principalmente por essa parcela da sociedade. A proximidade com a juventude se cristalizou ainda mais quando houve a ligação entre referências da cultura pop (filmes, animes, personagens, etc) com os temas políticos que estavam em questão naquele contexto.

A atuação por memes pressupõe uma busca pela construção de conteúdos virais. Nesse sentido, e fazendo uso da classificação dos gêneros de memes proposta por Shifman (2014), o principal tipo de meme produzido e divulgado pelo grupo eram os memes persuasivos, peças estrategicamente construídas para serem disseminadas de modo a angariar apoio a uma determinada proposta ou candidatura (Chagas, 2018). Voltarei a essa questão com a devida profundidade quando for falar dos conteúdos analisados da página do grupo no Instagram.

Além do protagonismo próprio, o MBL também foi em alguma medida responsável por ser um laço entre muitos outros atores que passaram a formar um tipo de ecossistema dos grupos de direita no Brasil. Ou seja, se determinado sujeito passa a seguir o MBL nas redes sociais ele tende a emergir em um campo permeado de grupos e sujeitos de mesmo perfil ideológico. O contrário também acontece, quem segue um desses outros atores tende a passar a seguir o MBL também. Isso ocorre por fatores análogos às próprias plataformas de redes sociais, que criam tendências, a partir de algoritmos, que fazem com que indivíduos estejam cada vez mais dentro de bolhas ideológicas. O resultado disso é uma dinâmica de filtro de discursos e narrativas. Como mostram Recuero; Zago; Soares (2017), as bolhas ideológicas não só são reais, como também se cristalizaram principalmente a partir do processo de impeachment, e em geral trazia o MBL próximo a páginas como “@mamãefalei”, “@reinaldoazevedo”, “@lobaoeletrico”, “@prosapolitica”.

3.6.2 Os atores do Movimento Brasil Livre

A produção de conteúdos virais é um marco para o crescimento de muitas páginas nas redes sociais. Já destaquei a centralidade dos memes no processo de crescimento do MBL, e

relacionado a isso quero destacar outros caminhos que o grupo teve para criar uma identidade própria a partir de seus porta-vozes. É difícil afirmar se esse foi um processo planejado ou se aconteceu organicamente, mas ao longo do tempo o MBL criou certa identidade a partir de seus principais membros: Kim Kataguirí, Arthur do Val e Fernando Holiday. Se pensarmos na “formação original” do grupo, esses três nomes tiveram muita centralidade nas mídias sociais do grupo a partir de 2015. Evidentemente, conforme o tempo passou, o grupo foi se modificando. Holiday, por exemplo, deixou o MBL em 2021 e outros integrantes passaram a ter um papel mais público. Foi o caso de Renan Santos, que originalmente esteve sempre muito mais como um articulador do grupo do que como figura pública, e passou a ter cada vez mais espaço nas redes sociais enquanto voz do MBL. Mas pensando inicialmente no que chamei de formação original, quero reservar um pequeno espaço para falar de cada um desses atores separadamente, destacando suas características e seus respectivos papéis enquanto figuras públicas do grupo. O êxito eleitoral de cada uma dessas figuras solidifica o protagonismo que tiveram tanto dentro do grupo quanto com o público liberal/conservador que os seguia. Para além disso, representaram a inserção do MBL no cenário político institucional, campo esse tão criticado pelo grupo ao longo dos protestos contra o sistema político.

Kim Kataguirí esteve no MBL desde sua gênese, por isso pode ser colocado como um dos principais nomes do grupo. Desde as primeiras manifestações convocadas pelo MBL, sempre se destacou por sua oratória, sua capacidade de articulação e de fazer discursos diante dos enormes públicos que se reuniram na Avenida Paulista. Por essas características e por ter trabalhado no jornal Folha de São Paulo muito jovem, Kim Kataguirí foi uma figura construída dentro do grupo para ser uma espécie de referência intelectual. Não por acaso, sempre que possível era enaltecido nas páginas do MBL nas redes sociais como “mestre do debate”, “destruidor de esquerdistas”, entre outros termos. O MBL sempre procurou construir uma imagem de Kim como alguém imbatível no que dizia respeito a debates públicos com atores políticos de outros espectros ideológicos. Os vídeos virais em que Kim era protagonista, em geral, eram retirados de entrevistas e debates realizados por jornais. O resultado desse processo, somado ao contexto político extremamente favorável para políticos de direita em 2018, permitiu que em sua primeira disputa eleitoral para a Câmara dos Deputados, naquele mesmo ano, obtivesse a quarta maior votação de São Paulo, com 465.310 votos válidos²¹ e fosse eleito Deputado Federal de São Paulo pelo DEM. Resultado esse que o deixou atrás apenas de

²¹ **Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo:** Disponível em: www.tre-sp.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2018. Acesso em 11 set. 2023.

Eduardo Bolsonaro, o deputado federal mais votado do Brasil, Joice Hasselmann e Celso Russomanno. A partir disso o MBL passou a ter um de seus principais representantes ocupando lugar em uma posição política institucional. Enquanto deputado, conseguiu ser minimamente atuante, mas mais importante que isso foram os ganhos do próprio grupo a partir de seus discursos e debates em plenário. Nas páginas de redes sociais, Kim Kataguiri passou a ser ainda mais mistificado enquanto figura intelectual, reforçando a construção da figura do herói que tinha sido iniciada na gênese do grupo. Em 2022 foi reeleito para o mesmo cargo, dessa vez pelo União Brasil, mas com votação menos expressiva, contabilizando 295.460 votos²². Entre os motivos que levaram à queda na votação de Kim, alguns deles serão discutidos nos capítulos seguintes, destaca-se o rompimento do MBL com o bolsonarismo, que em alguma medida ajudou em sua expressiva votação em 2018.

Diferente de Kim Kataguiri, Arthur do Val surge como um viral da internet para só em seguida ser convidado para fazer parte do MBL. Ele explode na internet após fazer vídeos para seu canal no youtube denominado “Mamãefalei” – nome esse que passou a ser codinome de Do Val - onde questionava manifestantes de esquerda sobre temas dos mais diversos, seu objetivo era ridicularizar aqueles que não sabiam responder suas indagações e colar o rótulo de que “esquerdistas são burros e/ou violentos” nos manifestantes. Para aqueles que já se enxergavam como de direita, os vídeos tinham a função de ser uma “constatação” das teses conservadoras sobre o resultado do “petismo” e do “marxismo cultural” nos grupos de esquerda. Para aqueles que sequer tinham posição política definida e que viam os vídeos pela primeira vez, o efeito era de criação de uma repulsa ao público ridicularizado, ou mesmo de promoção de uma aproximação com grupos de direita. Logo que Arthur do Val se integrou ao MBL como membro ativo, os vídeos passaram a ser não apenas uma marca registrada dele próprio, mas também do grupo. Esse estilo de vídeo se popularizou entre outros canais e páginas de direita e rendeu a Arthur do Val, aliado a outros fatores, como o bolsonarismo, uma votação expressiva em sua primeira eleição disputada, também em 2018, para deputado Estadual de São Paulo pelo DEM. Ele foi o segundo deputado estadual mais votado, com 478.280 votos²³. Resultado esse que o deixou atrás apenas de Janaína Paschoal, que obteve mais de dois milhões de votos válidos. Assim como ocorreu com Kim Kataguiri, os ganhos para o MBL com a eleição de Do Val foram muitos. Desde vídeos virais de debates em plenário, como também o episódio em que quase se

²² **Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.** Disponível em: www.tre-sp.jus.br/eleicoes/eleicoes-2022/arquivos/resultados. Acesso em: 11 set. 2023.

²³ **Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.** Disponível em: www.tre-sp.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2018>. Acesso em 11 set. 2023.

envolveu em luta corporal com outro deputado na sessão que discutia a reforma da previdência de São Paulo²⁴, favoreceram a popularidade do então deputado, que dois anos depois viria a ser candidato e prefeito de São Paulo, dessa vez pelo Patriota, ficando em quarto lugar²⁵ com 9,76% dos votos. Apesar disso, em 2022 Arthur do Val teve seu mandato cassado²⁶ após o vazamento de áudios onde o então deputado promoveu falas sexistas em relação a mulheres ucranianas refugiadas da guerra. Além de perder o mandato, retirou sua pré-candidatura ao governo de São Paulo naquele mesmo ano. Tal fato também foi capitalizado pelo MBL, algo que fez com que a popularidade do grupo despencasse ainda mais e passasse a construir outras lideranças para tentar substituir Arthur do Val após a polêmica. Esse fato será retomado nos próximos capítulos quando adentrarmos nas avaliações da queda de popularidade do grupo.

Fernando Holiday foi outro caso em que se tornou viral para só então fazer parte do MBL. Também se popularizou pelo youtube, principalmente entre o público conservador, onde fazia vídeos inflamados sobre temas caros ao conservadorismo moral. Após se tornar coordenador do MBL foi eleito para o cargo de vereador de São Paulo pelo DEM em 2016 com pouco mais de 48 mil votos²⁷. Foi o primeiro integrante do grupo a ocupar um cargo político, sendo reeleito para o mesmo cargo em 2020, dessa vez pelo Patriota. Por ser assumidamente homossexual e negro, Holiday foi por muitas vezes o porta voz do MBL para falar de temas como racismo e homofobia, tendo um discurso tido como “não vitimista” por ele e por seus pares. Conforme o tempo se passou, Holiday passou a se sentir menos confortável no MBL, principalmente por querer trazer pautas não tão populares dentro do grupo, como o discurso contra o aborto e pautas LGBT²⁸. Além disso, diferente de como ocorreu com o MBL, Holiday não estabeleceu um rompimento claro com o bolsonarismo, fato que dificultou ainda mais a relação com o grupo. Tais fatos o levaram a se filiar ao partido NOVO, onde disputou as eleições de 2022 para o cargo de Deputado Federal. Apesar de em alguma medida tentar

²⁴ Briga entre deputados na Assembleia de São Paulo vai parar no conselho de ética. **Folha de São Paulo**, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/12/briga-entre-deputados-na-assembleia-de-sp-vai-parar-no-conselho-de-etica.shtml>. Acesso em: 11 set. 2023.

²⁵ **Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**: Disponível em: <https://www.tre-sp.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2020>. Acesso em 11 set. 2023.

²⁶ ALESP aprova cassação do ex-deputado Arthur do Val. **G1**, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/05/17/alesp-aprova-cassacao-do-ex-deputado-arthur-do-val-que-perde-os-direitos-politicos-por-oito-anos.ghtml>. Acesso em 11 set. 2023.

²⁷ **Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**: Disponível em: <https://www.tre-sp.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2016/>. Acesso em: 11 set. 2023.

²⁸ O combate ao aborto e a causa LGBT não são bandeiras do MBL. **Uol**, 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2021/01/29/o-combate-ao-aborto-e-a-causa-lgbt-nao-sao-bandeiras-do-mbl.htm>. Acesso em: 11 set. 2023.

associar seu nome ao de Jair Bolsonaro, Holiday não foi eleito para o cargo, sendo apenas suplente.

Cada um desses principais nomes, somados, foram fundamentais para a forma como o MBL atuou desde 2015, e representam o ponto de chegada da transformação do grupo, pois a partir daí passa a ocupar uma posição muito mais institucional. Esse processo rompe com a lógica predominante de ser apenas um crítico do sistema político para passar a ser um participante.

Além desses nomes fundamentais, outros também ocuparam e passaram a ocupar centralidade na atuação do grupo nas redes sociais. Como citei alguns parágrafos atrás, Renan Santos foi, ao longo do tempo, deixando sua atuação de caráter muito mais administrativa e articuladora do grupo para se tornar outra grande personalidade. Por muito tempo o principal fundador do grupo teve uma participação restrita aos palanques e a um quadro chamado “Análises Renais”, publicado no youtube, facebook e instagram, onde fazia análise de conjuntura e/ou falava sobre temas relacionados à política. Além disso, também costumava se fazer presente em outro quadro fixo do grupo, uma transmissão ao vivo chamada “MBL News” onde Renan, Arthur do Val, Kim Kataguiri, Fernando Holiday e outras figuras do grupo se reuniam ou revezavam participação para dar notícia sobre política, geopolíticas e tratar de outros assuntos de interesse do grupo. Esse quadro funcionou, ainda, como um berço para que integrantes do grupo pudessem ser introduzidos ao público seguidor e, algum tempo depois, conquistassem certo protagonismo. Se pensarmos no MBL hoje, é possível afirmar que houve considerável renovação de seus integrantes. Contudo, Renan Santos, Kim Kataguiri e Arthur do Val ainda ocupam os principais postos de comando e protagonismo.

A construção dessas personalidades é fundamental para atribuir certo grau de personalidade ao próprio grupo. O resultado desse processo é visto na rápida ligação que se faz do MBL com seus líderes e vice versa. Assim como partidos políticos possuem personalidades que se tornam o rosto dele, a exemplo de Lula e o PT, o MBL conseguiu em alguma medida construir, guardadas as devidas proporções, essa mesma dinâmica com seus principais líderes. Tornou-se muito difícil dissociar a imagem de Kim Kataguiri, Arthur do Val e Renan Santos da imagem do MBL. Não por acaso, quando cada um deles passou por contextos de crise como o já citado caso dos áudios vazados de Arthur Do Val, a responsabilidade de reconstrução de imagem e reputação não se restringe à pessoa física/pública, mas ao próprio grupo. Sendo assim, crises pessoais passam a ser também crises do grupo. O contrário também é verdade, ou seja, crises do grupo também significam crises para seus integrantes.

4 MBL: POUCAS VEZES COM O GOVERNO E MUITAS VEZES NA OPOSIÇÃO

Como já chamei atenção, o MBL se construiu enquanto grupo político em oposição ao governo do PT na campanha pelo impeachment da então presidente Dilma Rousseff. Após o fim do processo, o grupo teve a árdua tarefa de sair da confortável condição de oposição para em alguma medida defender e promover o governo do sucessor de Dilma, Michel Temer.

Quando, em 2018, Bolsonaro venceu as eleições no segundo turno, o MBL se manteve governista. Tal posição não durou sequer o primeiro ano de governo, e então o MBL voltou a ser oposição mais uma vez. Em 2022, com a vitória de Lula, o grupo teve diante de si mais uma oportunidade de ser oposição ao Partido dos Trabalhadores.

Neste capítulo traçarei de forma mais aprofundada o caminho percorrido pelo grupo ao longo dos anos que sucederam o impeachment, enfatizando seu papel nas duas eleições presidenciais que ocorreram nesse intervalo de tempo (2018 e 2022) e a sua relação com o governo que, ideologicamente, mais parecia estar alinhado com seus ideais, ou seja, o de Jair Bolsonaro.

Meu objetivo com essa etapa do texto é contextualizar como o MBL foi um grupo que esteve constantemente no lugar da oposição, lugar esse que ocupou, e segue ocupando, em 2023

4.1 A herança do impeachment: a relação entre MBL e o governo Temer.

O período de Temer como presidente do Brasil representou um momento em que a agenda neoliberal defendida pelo MBL tinha a chance de ser colocada em prática. Por isso, mesmo com o título de presidente mais impopular da história do Brasil, alcançando incríveis 83% de reprovação, Michel Temer contou com o apoio do MBL em algumas de suas medidas.

O teto de gastos foi a medida mais aclamada pelo MBL, e pode ser apontada como aquela que inaugurou de forma mais explícita uma série de políticas de austeridade que viriam a ser adotadas a partir dali. A campanha do grupo na defesa pelo teto de gastos foi justificada pela ideia de que o Brasil precisava equilibrar os gastos públicos.

Não apenas o teto de gastos contou com a adesão do MBL, mas também a reforma trabalhista, as primeiras movimentações para a reforma da previdência, o programa de recuperação fiscal (REFIS) e a reforma do ensino médio.

A PEC 241, que posteriormente tornou-se Emenda Constitucional Nº 95 (teto de gastos), suscitou reações dos setores progressistas. Uma das principais destas reações foi o processo de

ocupação das escolas por alunos em todo o Brasil em 2016, que para além da posição contrária ao teto de gastos, também criticavam a reforma do ensino médio proposta pelo governo, sobretudo pelo fato de que os estudantes não foram ouvidos na elaboração do projeto da reforma.

O MBL viu no processo de ocupação das escolas uma oportunidade para atuar a partir de uma tática que já vinha sendo usada e tornada popular desde sua criação: a de enviar um de seus integrantes às ocupações para questionar os estudantes acerca das motivações para a ocupação. A tática consiste em intimidar, ridicularizar e atribuir rótulos aos manifestantes quando questionados acerca de questões específicas a fim de registrar reações adversas, compilar tais reações em um vídeo e publicá-lo nas redes sociais com um único objetivo: satirizar os integrantes do grupo político oposto (em geral ligados ao PT e ao PSOL). Como já chamei atenção, a maior parte do conteúdo produzido utilizando essa tática foi feita por Arthur do Val (mamãefalei), e foi responsável por viralizar nas redes não só a figura do MBL, mas também sua própria figura enquanto liderança. Hoje, um dos vídeos produzidos pelo MBL nas ocupações conta com mais de 5,3 milhões de visualizações no Youtube²⁹.

Essa estratégia foi adotada também nas manifestações realizadas por setores como CUT, MTST, PT e PSOL nas manifestações organizadas contra a reforma trabalhista. Entre os principais rótulos criados pelo MBL para os manifestantes estão os de que seriam violentos, ignorantes ou mesmo “comprados” para estarem nas manifestações.

Ao mesmo tempo em que os vídeos viralizaram nas redes sociais, o grupo utilizava o conteúdo para criar memes e reforçar as imagens construídas a partir dos já citados rótulos. Daí reforçou-se, por exemplo, a ideia já existente do “pão com mortadela”, atribuída aos manifestantes de esquerda.

Em maio de 2017, o já impopular governo Temer sofreu um forte golpe que tornou sua relação com a população ainda pior. Em delação premiada, os executivos da JBS expuseram conversas com o então presidente em que supostamente discutiam a compra do silêncio do ex-deputado Eduardo Cunha, que estava preso no âmbito da Operação Lava Jato. Entre os áudios vazados ficou marcado o momento em que Temer diz: “Tem que manter isso aí, viu?”, frase que para o então Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, indicava a compra do silêncio do então deputado e presidente da Câmara Eduardo Cunha³⁰.

²⁹ **Ocupação de Escola - PARTE 2 DENTRO DA ESCOLA.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BQCBEI40qfQ&t=5s>>. Acesso em: 26 jan. 2024.

³⁰ B, A. B., T. **A delação da JBS devasta Temer.** Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/20/politica/1495236202_492795.html>. Acesso em: 7 nov. 2023.

Com as seguidas crises envolvendo corrupção vivenciadas pelo governo Temer, a postura do MBL em relação ao governo ficou centrada na defesa das reformas de viés neoliberal. Após o episódio da delação dos executivos da JBS, o grupo, junto do Vem pra Rua, iniciou uma campanha para que Temer não apenas renunciasse ao cargo de Presidente, mas que também fosse preso³¹. A defesa da renúncia também aconteceu por setores da mídia, como o jornal O Globo, que publicou editorial no qual dizia:

Este jornal apoiou desde o primeiro instante o projeto reformista do presidente Michel Temer. (...) Mas a crença nesse projeto não pode levar ao autoengano, à cegueira, a virar as costas para a verdade. Não pode levar ao desrespeito a princípios morais e éticos. Esses diálogos expõem, com clareza cristalina, o significado do encontro clandestino do presidente Michel Temer com o empresário Joesley Batista. Ao abrir as portas de sua casa ao empresário, o presidente abriu também as portas para a sua derrocada (O GLOBO, 2017)

Até o fim do governo de Michel Temer o MBL adotou uma postura que mesclava o apoio às reformas e medidas do governo que corroboravam com a agenda defendida pelo grupo e críticas aos escândalos envolvendo não apenas Temer mas também integrantes de seu governo. Ao que parecia, o objetivo era manter a defesa de suas principais teses, como a das privatizações, das políticas de austeridade e aquelas ligadas à moralidade ao mesmo tempo em que mantinha de pé o discurso anticorrupção, que seria impraticável diante dos inúmeros escândalos envolvendo Temer.

Algum tempo depois a proximidade entre o MBL e Michel Temer mostrou-se latente nas inúmeras participações que o ex-presidente teve nos Congressos Nacionais realizados pelo grupo. Temer, por sua vez, no evento realizado pelo MBL em 2019, chegou a referir-se ao grupo como “amigos”, e depositou neles a missão de “acalmar o país”³². Em 2023, Temer esteve mais uma vez presente no Congresso Nacional do grupo, sendo inclusive anunciado como “presidente poeta”³³. Tais fatos indicam que os pedidos de renúncia e prisão promovidos pelo MBL ao então presidente Michel Temer eram “pra inglês ver”.

³¹ Senra, Ricardo. **Pela primeira vez, MBL e Vem para Rua pedem renúncia e até prisão de Temer**. BBC News Brasil, [s.d.]. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39959871>. Acesso em: 7 nov. 2023.

³² Moraes, Carolina. **Temer sugere que “amigos do MBL” liderem processo para acalmar o país**. GZH política. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2019/11/temer-sugere-que-amigos-do-mbl-liderem-processo-para-acalmar-o-pais-ck324sn2b007j01pcyqopblfa.html>>. Acesso em: 7 nov. 2023.

³³ Painei: **Chamado de presidente e poeta, Temer é anunciado em congresso do MBL**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painei/2023/09/chamado-de-presidente-e-poeta-temer-e-anunciado-em-congresso-do-mbl.shtml>>. Acesso em: 26 jan. 2024.

4.2 Movimento Brasil Livre nas eleições de 2018

Aos trancos e barrancos o governo Temer foi chegando ao fim. Contudo, junto do fim do governo também se aproximavam novas eleições presidenciais. O cenário que se desenhava era de que os principais candidatos seriam Lula (PT), Jair Bolsonaro (PSL), Geraldo Alckmin (PSDB), Ciro Gomes (PDT) e Marina Silva (REDE). Lula era tido como favorito, mas sua prisão em abril de 2018 em virtude de condenação no âmbito da operação Lava Jato o tirou da disputa e modificou totalmente o cenário.

Em termos ideológicos, já havia um candidato totalmente alinhado com as pautas defendidas pelo MBL, o empresário João Amoêdo, do Partido NOVO. Contudo, por divergências internas do grupo, em especial de Renan Santos, Amoêdo não contou com o apoio do MBL que, por sua vez, procurou emplacar a candidatura do também empresário Flávio Rocha. Os motivos para a não adesão à candidatura de Amoêdo se resumem às divergências que o grupo tinha com as diretrizes do partido NOVO, como por exemplo a impossibilidade de candidatos pelo partido NOVO não poderem apoiar candidatos de outros partidos em outros estados, fato que inclusive afastou membros do MBL de se filiarem ao partido nas eleições de 2018 e 2020.

Apesar das tentativas, a candidatura de Flávio Rocha ficou pelo caminho e sequer foi registrada. Desse modo, o MBL não apoiou de forma oficial nenhum candidato no primeiro turno das eleições presidenciais de 2018, depositando seus esforços em suas candidaturas próprias para cargos do poder legislativo, como as já citadas aqui de Kim Kataguiri para Deputado Federal e Arthur do Val para Deputado Estadual, ambos pelo Estado de São Paulo. Como também mostrei no capítulo anterior, as candidaturas tiveram êxito, sendo ambos eleitos com expressiva votação.

Apesar de não apoiar nenhum dos candidatos oficialmente no primeiro turno, o grupo observava no cenário uma candidatura petista. Após a candidatura de Lula ter sido barrada pelo TSE, o PT registrou Fernando Haddad como candidato da legenda. Se o MBL já vinha fazendo uma pré-campanha contra a candidatura de Lula, após o anúncio de que Haddad seria o candidato do partido, os esforços do grupo se intensificaram nas redes sociais na oposição à possibilidade de um novo governo petista.

De modo geral, as eleições de 2018 foram atípicas, e representaram uma guinada à direita (NICOLAU, 2018). Ocorreram algumas mudanças na arena política: velhos caciques políticos não foram eleitos e “novos políticos” emergiram na preferência do eleitorado. Nas eleições presidenciais, Geraldo Alckmin, do PSDB, político experiente, com mandatos de

governador por São Paulo, o maior arco de aliança e tempo de TV na propaganda eleitoral, teve votação irrisória (4,76%). Marina Silva, que era grande promessa até o início de 2018, teve menos votos (1%) que o caricato Cabo Daciolo (1,26%), que concorria ao cargo pela primeira vez. A maior surpresa foi a massiva votação que obteve Jair Bolsonaro no primeiro turno presidencial (46,03%), o levando ao segundo turno contra o segundo mais votado, Fernando Haddad (29,28%).

Se no primeiro turno a postura do MBL foi de não apoiar nenhum candidato, restringindo-se a atacar a candidatura de Fernando Haddad e aquelas tidas como de esquerda (como a de Ciro Gomes e Guilherme Boulos), no segundo turno o grupo enfim tomou posição, evidentemente contra o candidato petista. Pode-se dizer que o apoio dado pelo MBL a Jair Bolsonaro ocorreu de maneira tímida. Individualmente suas lideranças declararam “voto útil” a partir de vídeos publicados nas redes sociais. É possível dizer que o apoio do MBL não foi fator fundamental para a folgada vitória que Bolsonaro (55,13%) teria naquele segundo turno sobre o candidato petista (44,87%). Afinal, o diferencial daquela eleição residiu no uso da internet e mecanismos de desinformação (Santos; Freitas; Aldé; Cunha, 2019) os quais a campanha de Bolsonaro explorou bastante. Por outro lado, o MBL teve muito mais a ganhar com o apoio a Bolsonaro, pois reforçou seu compromisso com o público conservador (preocupado com questões morais como aborto e ideologia de gênero), e deu esperança ao seu público liberal com as promessas que o nome de Paulo Guedes à frente da política econômica trazia. A aliança gerou uma emblemática foto onde as lideranças do MBL Kim Kataguiri e Arthur do Val posam ao lado de Bolsonaro e apoiadores, inclusive o também eleito Deputado Federal Marcel van Hattem, do partido NOVO. A partir dali o MBL estaria mais uma vez ao lado do governo e não da oposição.

4.3 Outra vez na oposição: a relação entre MBL e o governo Bolsonaro

Passada a eleição e confirmada a vitória de Jair Bolsonaro, no segundo turno, o MBL tinha pela frente a missão de apoiar o governo que ajudou a eleger. O grupo esperava que no novo governo o caráter reformista de Temer fosse continuado, o que se mostrou uma expectativa acertada em um primeiro momento. O primeiro ano de Bolsonaro foi marcado pela reforma da previdência, também apoiada pelo MBL. A reforma, que aumentou a idade mínima e o tempo de contribuição necessário para se aposentar, tinha como promessa reduzir o déficit previdenciário do país. A forma como o MBL apoiou a reforma se deu nos mesmos moldes que a PEC do teto de gastos do governo Temer, ou seja, uma forte campanha demonstrando como

as contas públicas estavam desequilibradas. Em primeiro de maio de 2019, Arthur do Val (mamãefalei) esteve mais uma vez presente nas manifestações contra a reforma da previdência convocadas por setores de esquerda para produzir vídeos virais³⁴ que satirizavam os manifestantes.

O apoio do MBL ao governo naquele primeiro ano aconteceu de maneira contida. O grupo procurava apoiar as medidas que lhes eram caras e evitava se pronunciar sobre as inúmeras gafes e momentos em que Bolsonaro “subiu o tom” contra algumas instituições e a imprensa. Nos raros momentos em que expressavam publicamente alguma crítica ao governo eram feitas de maneira branda. Quando Bolsonaro errava, as publicações nas redes sociais viam seguidas da frase “Bola Fora”, expressão muito apaziguadora se comparada ao teor daquelas feitas pelo grupo ao longo da campanha pelo Impeachment de Dilma Rousseff.

Figura 1 – Comparação entre postagem do MBL críticas a Dilma e a Bolsonaro



Fonte: arquivo pessoal

É possível perceber na postagem relativa a Dilma a temática de “criminoso procurado” típico de filmes de velho oeste, o que subjetivamente procura lhe atribuir o rótulo de “criminoso desaparecido”. Por outro lado, a expressão “bola fora” como único ponto de crítica do grupo à medida de Bolsonaro.

Ao longo de 2019, a relação entre o MBL e o governo foi cada vez mais se desgastando. Se por um lado o MBL esforçava-se para não fazer críticas tão contundentes ao governo e apoiar

³⁴ **1o de Maio Contra Reforma da Previdência! - ESPECIAL: Gabriel Monteiro.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4MMWCelzDDU>>. Acesso em: 26 jan. 2024.

os projetos de reformas de cunho neoliberal, o governo por outro lado não fazia com que as reformas tão esperadas pelo grupo caminhassem na velocidade esperada.

Bolsonaro vivenciava nesse período, ainda, uma crise relacionada ao seu filho, o Senador Flávio Bolsonaro, referente a uma investigação do Ministério Público do Rio de Janeiro que apontava indícios de um esquema de “rachadinha”³⁵ envolvendo o gabinete do senador, no período em que era Deputado Estadual do Rio de Janeiro, e o amigo da família e assessor Fabrício Queiroz. Principalmente pelo discurso anticorrupção que fez parte de sua campanha, Bolsonaro era pressionado por diversos setores para que desse explicações acerca da investigação. O MBL, diante disso, também iniciou uma campanha para questionar o então presidente sobre qual seria sua postura naquela situação.

Em setembro de 2019 o governo Bolsonaro anunciou a indicação de Augusto Aras para o cargo de Procurador Geral da República. O anúncio não agradou ao MBL, que já vinha gastando a sua cota de “bola fora” muitas vezes em suas publicações nas redes sociais. O grupo entendia que Aras seria um petista³⁶ e, principalmente, preocupava pela fama de “engavetador de processos”. A indicação representava, para o grupo, um forte golpe no discurso anticorrupção, que foi uma das principais marcas do MBL ao longo da campanha pelo Impeachment, bem como em sua defesa por um governo que não fosse petista, os levando ao apoio a Bolsonaro. A indicação sinalizava, ainda, uma tentativa de Bolsonaro de blindar seu filho da investigação envolvendo o processo das rachadinhas, o que rendeu diversas publicações nas redes sociais do grupo e vídeos publicados nos canais do MBL e de seus membros, em especial de Arthur do Val³⁷ e Kim Kataguirí³⁸.

A postura do MBL em relação ao governo, até aí, era de que, apesar dos erros, o governo estava mais acertando do que errando. Contudo, a indicação de Augusto Aras consistiu em um importante marco para a guinada que a relação entre o grupo e o governo teria nos meses seguintes. Dali em diante o grupo subiu o tom das críticas ao governo.

No início de 2020 o Brasil registrou os primeiros casos de COVID-19, que logo se multiplicaram por todos os estados do país. Em 11 de março, a Organização Mundial da Saúde

³⁵ É um termo utilizado no Brasil para descrever uma prática ilegal relacionada à gestão de salários de servidores públicos. Especificamente, refere-se ao ato de um servidor devolver parte do seu salário ao político ou autoridade que o nomeou para o cargo.

³⁶ Esse rótulo atribuído a Augusto Aras pelo MBL está baseado em declarações feitas por ele em defesa do MST, as críticas feitas por Aras à operação Lava Jato e, principalmente, a um jantar promovido por ele que contou com a presença de figuras ligadas ao PT, como José Dirceu.

³⁷ Mamãefalei. **Bolsomito vs LAVA-JATO!** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_6ZiHlHpXkU>. Acesso em 8 nov. 2023.

³⁸ Kim Kataguirí. **Bolsonaro colocou um petista na PGR!** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=J5uaBCB3Ok8>>. Acesso em 8 nov. 2023.

(OMS) declarou oficialmente o estado de pandemia para a doença. Esse acontecimento moveu as lideranças políticas mundiais no sentido de elaborar mecanismos de controle do vírus, formas de contornar os desafios econômicos e sociais decorrentes do isolamento social e, acima de tudo, somar esforços para a produção e distribuição de uma vacina.

Contudo, no Brasil, o governo federal adotou uma posição que iria custar não só a popularidade do governo, mas principalmente muitas vidas³⁹. Adotando uma postura negacionista em relação à doença, Bolsonaro teve resistência em aceitar as políticas de isolamento social, que já estavam sendo praticadas na Europa e na China, principalmente. Diante do retardo do governo federal em adotar tais medidas, bem como de dar os devidos encaminhamentos para a política de saúde que deveria ser adotada, os governadores tiveram o protagonismo de conduzir seus respectivos estados frente à crise sanitária que se alastrava.

Nos primeiros meses da pandemia, o Ministério da Saúde, comandado pelo indicado por Bolsonaro ao cargo como nome “técnico”, Luiz Henrique Mandetta, tomou as rédeas da crise e por muitas vezes adotou uma posição contrária à do presidente. A postura do ministro lhe rendeu popularidade e melhorou a relação entre o governo federal e os governadores frente à crise. Contudo, em 16 de abril, pouco mais de um mês após a declaração de pandemia da OMS, Mandetta anunciou sua demissão do Ministério da Saúde. A motivação seria a disputa sobre o que seria prioridade na condução da pandemia. Bolsonaro, declaradamente, dizia-se mais preocupado com a Economia. O substituto de Mandetta no comando do Ministério da Saúde, Nelson Teich, não chegou a completar um mês no cargo, anunciando seu desligamento do ministério em 15 de maio. O motivo para sua saída também estava relacionado a divergências com Bolsonaro, sobretudo pela promoção, por parte do presidente, da Cloroquina – medicamento sem comprovação científica contra a COVID - 19 – como tratamento precoce para a doença. Após Nelson Teich, o general Eduardo Pazuello assumiu o ministério, esse sim estando alinhado com o presidente.

Em meio à crise do Ministério da Saúde, outro ministério também passava por mudanças. Em 24 de Abril, oito dias após o anúncio da saída de Mandetta do Ministério da Saúde, o até então Ministro da Justiça, Sérgio Moro, também anunciou sua demissão da pasta. Diferente do anúncio feito por Mandetta, que tinha tom mais contido e sem muitos detalhes do motivo de seu desligamento, a saída de Moro gerou muito mais desgaste no governo. Entre os principais motivos apontados pelo ex-ministro para sua saída estava a interferência de Jair Bolsonaro na Polícia Federal, que teria exonerado o então Diretor Geral da PF, Maurício

³⁹ O número de vítimas no Brasil chegou a mais de 700 mil.

Valeixo, sem o consentimento de Moro e sem justificativa. Moro afirmou, ainda, que Bolsonaro estaria usando a Polícia Federal para colher informações de processos contra ele e pessoas próximas a ele. Como mostra matéria publicada no G1⁴⁰, o ex-ministro afirmou:

O presidente me disse mais de uma vez, expressamente, que ele queria ter uma pessoa do contato pessoal dele, que ele pudesse ligar, que ele pudesse colher informações, que ele pudesse colher relatórios de inteligência, seja diretor, seja superintendente. E realmente não é papel da Polícia Federal prestar esse tipo de informação (Sérgio Moro, 2020).

Moro também lembrou que quando foi convidado por Bolsonaro para o Ministério da Justiça tinha recebido carta branca para nomear diretores e superintendentes da PF e PRF, e que com as atitudes de interferência do presidente nos órgãos, tal promessa estava sendo quebrada, o que significava que sua presença no Ministério não era mais um desejo do presidente.

As acusações feitas por Sérgio Moro em sua saída do Ministério renderam a abertura de um inquérito no STF para investigar as acusações feitas por ele a Bolsonaro, o que resultou na divulgação de um vídeo de uma reunião ministerial na qual Bolsonaro afirmava que iria interferir em todos os ministérios. A reunião ficou marcada, ainda, por falas polêmicas de outros ministros. Damares Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) afirmou que iria começar a prender prefeitos e governadores. Abraham Weintraub (Ministro da Educação) afirmou que por ele prenderia “todos esses vagabundos”, começando pelo STF. Ricardo Salles (Ministro do Meio Ambiente) afirmou que o governo deveria aproveitar que a COVID era foco dos noticiários para “passar a boiada”, ou seja, passar medidas que reduziam as regulamentações ambientais.

Sérgio Moro era, para o MBL, o grande nome do governo no combate à corrupção por ter sido a principal figura da operação Lava Jato, principalmente por ter sido o Juiz responsável pela condenação de Lula em 2018. A saída de Moro do Ministério nos moldes em que se deu, consolidaram o rompimento do grupo com o governo Bolsonaro, colocando o grupo, mais uma vez, como oposição. A partir dali as postagens do grupo passaram a tratar Bolsonaro como traidor da direita.

⁴⁰ **Ex-juiz Sergio Moro anuncia demissão do Ministério da Justiça e deixa o governo Bolsonaro.** G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/24/moro-anuncia-demissao-do-ministerio-da-justica-e-deixa-o-governo-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em 9 nov. 2023.

A partir disso, não faltaram oportunidades para o MBL expressar sua insatisfação com o governo. No início de 2021, no que ficou entendido como a segunda onda da COVID-19 no Brasil, enquanto países como Israel a vacinação já estava muito adiantada, morriam no país em média 4 mil pessoas por dia em decorrência do vírus⁴¹. Em paralelo, o sistema de saúde de Manaus entrou em colapso pela falta de oxigênio para os pacientes em estado grave da doença. O governo do Estado, chefiado por Wilson Lima, depositou responsabilidade sobre o Ministério da Saúde, comandado por Eduardo Pazuello, pelo retardo nos pedidos feitos pelo Estado de Manaus por mais oxigênio. Na ocasião, o MBL intensificou as críticas a Bolsonaro pela nomeação de Pazuello para o cargo de Ministro, em especial pelo fato de que Bolsonaro teria atribuído a ele o título de “Mestre da logística”, que foi ironizado pelo grupo diante da crise de abastecimento de oxigênio e recursos hospitalares.

Pouco tempo depois dos acontecimentos de Manaus, mais uma crise estourou no governo federal. Em 13 de abril foi aberta a CPI da COVID-19 a fim de apurar a atuação do governo frente à crise sanitária. Dois dos principais focos da CPI foram a investigação acerca dos envolvidos na crise de oxigênio ocorrida em Manaus e a avaliação do atraso do governo federal na compra de vacinas. Em uma das sessões da CPI, um dos executivos da Pfizer confirmou que o governo federal havia ignorado os emails enviados pela empresa oferecendo 70 milhões de doses da vacina⁴².

A CPI consolidou o já evidente rompimento do MBL com o governo. A partir dali não houve, por parte do grupo, mais espaço para apoiar qualquer promessa de reforma ou medida do governo. Conforme a população ia sendo vacinada, principalmente a partir dos esforços conjuntos dos governadores, o grupo subia o tom das críticas e já começava a articular manifestações de rua contra Bolsonaro. Nem mesmo com Paulo Guedes restou qualquer prestígio. Nesse meio tempo, não só o MBL, mas suas principais lideranças perderam milhares de seguidores nas redes sociais⁴³. Se Bolsonaro era chamado de traidor pelo grupo, o grupo era chamado de traidor por seu agora ex-público bolsonarista. Diante da impopularidade entre os mais conservadores, o MBL levantou a bandeira da coerência, alegando que estava fazendo jus

⁴¹ **Brasil bate marca de 4 mil mortes por Covid registradas em um dia pela 1ª vez e soma 337,6 mil na pandemia.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/04/06/brasil-bate-marca-de-4-mil-mortes-por-covid-registrados-em-um-dia-e-soma-3376-mil-na-pandemia.ghtml>>.

⁴² **CPI da COVID: Executivo da Pfizer confirma que governo Bolsonaro ignorou ofertas de 70 milhões de doses de vacinas.** BBC News Brasil. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57104347>. Acesso em 13 nov. 2023.

⁴³ SESTREM, G. **MBL tenta resgatar influência após polêmicas e ruptura com bolsonarismo.** Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/mbl-se-reorganiza-e-tenta-resgatar-influencia-apos-polemicas-e-ruptura-com-bolsonaro/#:~:text=No%20entanto%2C%20constantes%20atritos%20com%20>>. Acesso em: 26 jan. 2024.

à história do próprio grupo, que sempre teria criticado aquilo que estava contra os seus princípios.

Um dos acontecimentos mais simbólicos que evidenciam o fim da relação entre o MBL e Bolsonaro foi o vídeo⁴⁴ produzido por Arthur do Val (mamãefalei) e publicado nas redes sociais em que sua tática antes utilizada nas manifestações de esquerda – de questionar os manifestantes a fim de ridicularizá-los frente às câmeras – foi usada em uma manifestação a favor de Bolsonaro realizada no dia primeiro de maio de 2021. A manifestação tinha como principais pautas as críticas ao Lockdown, ao STF e pedidos de intervenção militar. O vídeo foi produzido em conjunto com o youtuber Nando Moura, também ex-apoiador de Bolsonaro. No título dos vídeos, que somados contam hoje com mais de 3 milhões de visualizações, Arthur do Val busca aproximar petistas de bolsonaristas usando o termo “Bolsopetistas”, visando criar uma ideia de que o comportamento de petistas e bolsonaristas frente aos seus questionamentos é idêntica. A retórica da aproximação entre petistas e bolsonaristas é elemento essencial da forma como o grupo passou a atuar após seu rompimento com o governo, e será uma marca importante em seu posicionamento no período eleitoral que estava por vir.

Outro acontecimento fundamental para pensarmos na relação de oposição entre o MBL e o governo Bolsonaro foi o retorno do grupo às ruas. Frente a todas as crises, acusações e falas do então presidente, o MBL e o Vem Pra Rua iniciaram uma campanha em defesa do afastamento de Bolsonaro. Na Câmara dos Deputados, Kim Kataguirí foi um dos líderes do “superpedido de impeachment⁴⁵” de Bolsonaro, que reuniu outras muitas lideranças de diversos partidos. Em julho de 2021, o MBL iniciou uma campanha por uma manifestação de rua em defesa do impeachment programada para o dia 12 de setembro. Contudo, diferentemente das manifestações que promoveu em 2015 e 2016, dessa vez o grupo convidou para as manifestações líderes de diferentes espectros políticos, estabelecendo que a manifestação teria um caráter amplo.

Apesar de ter sido organizada com dois meses de antecedência, ter caráter político amplo e ter sido planejada para um momento em que 100% da população brasileira tivesse recebido pelo menos uma dose da vacina contra o coronavírus, as manifestações que estavam previstas para várias capitais passaram longe de se igualar às realizadas pelo grupo contra a presidente Dilma Rousseff. Apesar de ter contado com a adesão de figuras como Ciro Gomes

⁴⁴ **Questionei Bolsopetistas - Parte I.** Mamãefalei. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kKoHUqrdV_E&t=458s>. Acesso em 16 nov. 2023.

⁴⁵ SOUZA, R. **Superpedido de impeachment contra Bolsonaro é protocolado na Câmara.** Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/06/4934675-superpedido-de-impeachment-contra-bolsonaro-e-protocolado-na-camara.html>>. Acesso em: 13 nov 2023.

(PDT), Tábata Amaral (à época sem partido), Simone Tebet (MDB), João Dória (PSDB) e até Isa Penna (PSOL), que contrariou a decisão do partido de não aderir à mobilização, as manifestações do dia 12 de setembro tiveram pouca adesão⁴⁶, sendo inclusive muito menores que as realizadas por apoiadores de Bolsonaro no dia 7 de setembro. É válido ressaltar que PT e PSOL não aderiram ao chamado do MBL, assim como setores fortemente ligados aos partidos, como CUT, MST e MTST, que entenderam que o MBL tinha sido responsável pela eleição de Bolsonaro a partir do momento em que promoveu a campanha pelo impeachment de Dilma Rousseff, e por isso não seria coerente ele liderar uma manifestação pelo impeachment do então presidente.

O pouco público nas manifestações pode ser explicado a partir de algumas hipóteses. Primeiro: pode ter sido reflexo do desgaste do grupo perante a parcela de seus seguidores mais ligada ao bolsonarismo, que eram mais engajados na política das ruas e se afastaram do MBL após a mudança de postura do grupo com o então presidente Bolsonaro. Segundo: as lideranças de outros espectros políticos não foram suficientes para inflar as manifestações pelo estigma que o MBL possui frente aos setores progressistas, que enxergaram o grupo como um dos principais responsáveis pela ascensão de Bolsonaro ao poder. Além disso, sabendo que o público progressista estava mobilizado por uma candidatura de Lula no ano seguinte, houve preocupação que a organização da manifestação pelo MBL viesse a inflar a pauta do “Nem Lula Nem Bolsonaro” já ensaiada pelo grupo desde aquele ano. Isso fica claro na fala do Cientista Político Carlos Milani em matéria para o jornal Uol⁴⁷, onde afirmou que havia uma dose de desconfiança na convocatória para as manifestações.

É muito difícil colocar junto MBL, Cidadania, Vem Pra rua e outras lideranças políticas, que tiveram um papel muito importante na desestabilização política pré-impeachment da presidente Dilma Rousseff (...) Essa é uma memória que permanece muito viva para os partidários do PT. É muito difícil imaginar a liderança do partido ou o ex-presidente Lula convocar protestos ao lado do MBL ou do Vem Para a Rua. Há 3 anos, o MBL estava fazendo campanha e chamando a rua a favor de Bolsonaro (...) essas mudanças bruscas de comportamento são percebidas pela população e pelas pessoas que têm um certo grau de politização. A não-resposta, ou a resposta bastante

⁴⁶ PODER360. **Atos do MBL contra Bolsonaro têm baixa adesão.** Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/brasil/atos-do-mbl-contra-bolsonaro-tem-baixa-adesao/>>. Acesso em 13 nov 2023.

⁴⁷ **Baixa adesão no protesto de 12 de setembro contra Bolsonaro mostra ausência de Frente Democrática.** Uol. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2021/09/13/baixa-adesao-no-protesto-de-12-de-setembro-contra-bolsonaro-mostra-ausencia-de-frente-democratica.htm>>. Acesso em 13 nov. 2023.

frágil, à convocatória dos movimentos que organizaram o 12 de setembro, tem relação com uma boa dose de desconfiança (Carlos Milani, 2021)

Independente de qual das hipóteses explique o fenômeno, fato é que após o 12 de setembro o MBL não voltou às ruas. A narrativa do impeachment perdeu força em todas as esferas e, considerando a relação entre o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e Bolsonaro, a possibilidade de Lira aceitar um dos pedidos de impeachment protocolados era irrisória. Dali em diante o grupo seguiu com as críticas ao governo Bolsonaro a partir de suas redes sociais e concentrou seus esforços no ano eleitoral que estava por vir, que apresentava como candidatos favoritos ao cargo de Presidente da República o próprio Bolsonaro e Lula, ambos criticados pelo MBL, que adotou desde cedo uma postura centrada em uma “terceira via” para fazer frente ao cenário que se construía.

4.4 Eleições de 2022: MBL e a dupla oposição

No ano eleitoral de 2022, o MBL tinha, para além da missão de construir uma terceira via para concorrer à presidência, o objetivo de manter e lançar novos representantes em cargos políticos. Kim Kataguiri concorreria à reeleição para o cargo de Deputado Federal e Arthur do Val, que estava em seu último ano como Deputado Estadual e já havia concorrido para a prefeitura de São Paulo em 2020, disputaria as eleições para o cargo de governador do mesmo estado. Ambos os candidatos faziam parte agora do União Brasil.

Arthur do Val, contudo, foi forçado a desistir de sua candidatura ao governo após o escândalo envolvendo o vazamento de áudios do então candidato quando viajou, junto de Renan Santos, à Ucrânia para fazer uma cobertura presencial do conflito com a Rússia. Os áudios tinham conteúdo sexista em referência às mulheres ucranianas. Além de levá-lo a ter desistido da candidatura ao governo, os áudios também fizeram o integrante do MBL responder um processo na Comissão de Ética da ALESP, o que levou à cassação de seu mandato de Deputado Estadual, tornando-o inelegível por oito anos.

Diante disso, Kim Kataguiri seria o único a concorrer a uma reeleição a um cargo político, bem como o único integrante mais antigo do movimento a participar do pleito. Além da candidatura de Kataguiri, o grupo lançou outras cinco. Ao lado dele, Cristiano Beraldo (União Brasil) concorreu para Deputado Federal. Amanda Vetorazzi, (União Brasil), Renato Batista (União Brasil) e Guto Zacarias (União Brasil) foram candidatos ao cargo de Deputado

Estadual de São Paulo. Já João Bettega (NOVO) disputou vaga para o mesmo cargo, porém no Paraná.

Das 6 candidaturas que lançou, o MBL conseguiu a reeleição de Kim Kataguiri, sendo o oitavo Deputado mais votado de São Paulo, e eleição do novato Guto Zacarias para o cargo de Deputado Estadual. As demais candidaturas⁴⁸, apesar de alcançarem um número de votos considerável, não tiveram sucesso no pleito.

Para esse trabalho, mais importante que as candidaturas e os resultados obtidos pelo MBL nas eleições de 2022, foi o posicionamento do grupo frente à eleição presidencial. Se em 2018 o MBL não apoiou nenhum candidato de forma expressa no primeiro turno e não conseguiu construir uma candidatura própria, em 2022 o grupo parecia disposto a não repetir esse caminho.

Diante de uma eleição que tinha todos os indícios de que seria extremamente polarizada entre Lula e Bolsonaro, iniciou-se uma corrida para a construção de uma alternativa aos dois nomes. Essa corrida ficou sintetizada midiaticamente pelo termo “terceira via”. Se maior parte da esquerda apoiava Lula e maior parte da direita Bolsonaro, a responsabilidade pela construção de tal alternativa recaiu sobre grupos e personagens menores.

Quando, em novembro de 2021, Sérgio Moro disse publicamente que seu nome estava à disposição para ser candidato à presidência⁴⁹, o MBL iniciou uma campanha de apoio ao ex-juiz. Desde sua saída do governo Bolsonaro em 2018, Moro ganhou prestígio junto ao MBL pela forma como havia deixado o governo, ou seja, alegando a virtude de não querer fazer parte de um governo onde havia indícios de corrupção. Para o grupo, Moro fez um bom trabalho no período em que esteve à frente do Ministério da Justiça e poderia ser um grande nome para a “terceira via” que se buscava construir naquela eleição. Além disso, Moro era a personificação de uma das pautas mais exaltadas pelo MBL desde sua criação, ou seja, o discurso anticorrupção e em defesa da operação Lava Jato. Sérgio Moro foi oficialmente anunciado pelo grupo como o nome escolhido para representar a terceira via⁵⁰ das eleições presidenciais na 6ª edição do Congresso Nacional do MBL, que aconteceu no fim de 2021.

⁴⁸ Amanda Vetorazzo conseguiu 54.720 votos; Renato Battista conseguiu 54.551 votos; Cristiano Beraldo conseguiu 43.460 votos.

⁴⁹ MENDES, L. **Sergio Moro filia-se ao Podemos e fala como pré-candidato à Presidência**. Poder 360. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/brasil/sergio-moro-filia-se-ao-podemos-e-fala-como-pre-candidato-a-presidencia/>>. Acesso em 14 nov 2023.

⁵⁰ **Com foco na “geração Z”, congresso do MBL “elege” moro como líder da 3a via**. Carta Capital. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/com-foco-na-geracao-z-congresso-do-mbl-elege-moro-como-lider-da-3a-via/>>. Acesso em 14 nov. 2023.

Não fazia parte dos planos de Moro ou do MBL, porém, o já mencionado escândalo envolvendo Arthur do Val. Quando os áudios sexistas⁵¹ do então deputado acerca das ucranianas e refugiadas vieram a público, Moro foi rapidamente pressionado a se posicionar, já que agora tinha seu nome intimamente associado ao MBL e, conseqüentemente, a Arthur do Val. Em seu Twitter publicou

Lamento profundamente e repudio veementemente as graves declarações do deputado Arthur do Val divulgadas pela imprensa. O tratamento dispensado às mulheres ucranianas refugiadas e às policiais do país é inaceitável em qualquer contexto. As declarações são incompatíveis com qualquer homem público (Sérgio Moro, 2022)

Moro subiu o tom das declarações afirmando que jamais dividiria palanque com alguém que tivesse esse tipo de opinião e comportamento, além de pedir que tanto o MBL quanto seu partido na época (Podemos) se manifestassem com urgência acerca do ocorrido⁵².

Menos de um mês após o escândalo dos áudios e pouco tempo antes da pré-campanha junto ao MBL, Sérgio Moro filiou-se ao União Brasil. Ao mesmo tempo, disse publicamente que estava abrindo mão de sua candidatura à presidência para se filiar ao partido⁵³. A mudança repentina de legenda surpreendeu inclusive o presidente do Podemos, que disse ter ficado sabendo da mudança apenas pela imprensa.

A desistência de Moro de sua candidatura decepcionou o MBL, que o via como a única alternativa viável para fazer frente a Lula e a Bolsonaro. Daí em diante, a relação entre o grupo e o ex-ministro transformou-se. Em uma participação no podcast Inteligência Ltda⁵⁴, três lideranças do MBL, Arthur do Val, Kim Kataguirí e Cristiano Beraldo, falaram dos motivos que levaram Moro a desistir da candidatura:

⁵¹ **Em áudios, Arthur do Val disse que ucranianas são “fáceis, porque são pobres”**, OUÇA. G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2022/noticia/2022/03/05/em-audios-arthur-do-val-disse-que-ucranianas-sao-faceis-porque-sao-pobres-ouca.ghtml>>. Acesso em 14 nov. 2023.

⁵² **Moro critica áudio de teor sexista atribuído a Arthur do Val sobre ucranianas**. Valor Econômico. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/03/04/moro-critica-audio-de-teor-sexista-atribuido-a-arthur-do-val-sobre-ucranianas.ghtml>>. Acesso em 14 nov. 2023.

⁵³ **Moro desiste de candidatura à Presidência**. Exame. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/moro-desiste-de-candidatura-a-presidencia/>>. Acesso em 14 nov. 2023.

⁵⁴ **ARTHUR DO VAL, KIM KATAGUIRÍ E CRISTIANO BERVALDO (MBL) - Inteligência Ltda. Podcast #635**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bt2VU9rkMT0>>. Acesso em 14 nov. 2023.

O Sérgio Moro é um bunda mole. Esse não honra as calças. E falo isso aqui com a maior dor. Eu fui um dos caras que mais acreditou na candidatura dele. Na primeira reunião (*com Moro*) a gente já falou: Cara, vai ser difícil. O cara (*Moro*) tem o carisma de uma foca morta. Ele não consegue falar. Ele não entende o que é liberalismo. Pra ele tudo é corrupção. Qual tua proposta pra educação? Acabar com a corrupção. Qual tua proposta pra saúde? Acabar com a corrupção. Mas vamos lá, vamos empurrar ele ladeira acima. O cara é um traidor. Na última semana de filiação, ele pegou o avião do Podemos e assinou com o União Brasil. Não contou pra ninguém. Não contou pra ninguém, cara. Aí ficou na miúda. Saiu na imprensa no último dia: Sérgio Moro está no União. Quando a gente se ligou, quando eu liguei pro Heni, pra Adelaide (*Candidatos pelo Podemos*), ninguém acreditou. Ninguém acreditou que ele fez isso. Ele é um cara de papel. Ele ganhou fundo eleitoral pra ser candidato ao senado. Ele não queria ser presidente. Vou te contar um bastidor que envolve até outros nomes. A gente fez uma reunião. Paulo Marinho, André Marinho, Nando Moura, Rosângela Moro, Eu, Beraldo, Kim Kataguiri. Puta, tinha um cara que não pode falar o nome, mas foi um diretor grande da Globo. A gente se reuniu em uma mesa e o Moro falou: Eu vou ser presidente do Brasil. Eu não quero o Senado. Ou eu vou ser o Presidente do Brasil ou não vou ser nada. Vamo até o fim. Vamo até o fim? Apertamos a mão. Aí o cara faz essa palhaçada, não conta pra ninguém e tenta ser senador. (Arthur do Val, 2022, grifo meu).

O rompimento do MBL com Sérgio Moro se deu, como sugeriu Arthur do Val no trecho apresentado, sem motivo evidente, sem planejamento para um novo nome para a terceira via e sem qualquer cordialidade. Sem Moro, o MBL perdeu o único nome que ousou construir para aquela eleição presidencial. Naquele momento, além de desgastado pela crise dos áudios de Arthur dos Val, desgastou-se ainda mais pela impossibilidade de ver Sérgio Moro como candidato. Diante desse cenário, o MBL mais uma vez estaria diante de uma eleição presidencial sem expressar apoio expressivo a nenhum dos candidatos, nem mesmo a Soraya Thronicke, candidata do União Brasil, partido no qual grande parte dos membros do grupo estavam filiados. Nesse sentido, a atuação do grupo no primeiro turno das eleições presidenciais de 2022 ficou restrita a atacar as candidaturas dos líderes nas pesquisas de intenção de voto, Lula e Bolsonaro.

Como já esperado, ambos os nomes foram para o segundo turno. Mesmo sofrendo pressão por setores bolsonaristas, o MBL manteve a posição de não apoio ao então presidente. Para esse público, o grupo estava ajudando o PT a voltar ao poder. Em sua defesa, mais uma vez o MBL levantou a bandeira da coerência, e procurou se blindar com a narrativa de que era um grupo íntegro e fiel às suas pautas.

A campanha no segundo turno promovida pelo grupo, já que não era a favor de nenhum dos candidatos, ficou restrita à defesa do voto nulo. A intenção era transmitir uma mensagem de que nenhum dos candidatos seria bom para o Brasil. Visando fortalecer a narrativa do “nem

um, nem outro” o grupo intensificou a produção de conteúdo nas redes sociais em que procurava aproximar a todo custo as figuras de Lula e Bolsonaro. Esse processo ocorria pela aproximação de termos como petrolão⁵⁵ e tratoração⁵⁶, mensalão⁵⁷ e orçamento secreto⁵⁸.

Em 30 de outubro de 2022, Lula foi eleito presidente do Brasil mais uma vez. O MBL estava diante de mais um governo petista. Entre muitos conservadores, o grupo foi um dos responsáveis pela vitória de Lula ao não apoiar Bolsonaro no segundo turno, o que intensificou o seu desgaste perante esse público. Para o MBL, o bolsonarismo destruiu as chances de um projeto de poder da direita brasileira. Diante de todos esses prospectos, o que restava ao grupo era mais uma vez ocupar o lugar de oposição. Dessa vez, uma oposição muito mais desconfortável, pois não tinha popularidade entre conservadores que estiveram com Bolsonaro.

Contudo, o MBL se construiu enquanto grupo político sendo oposição a um governo petista. Com a vitória de Lula, tem a oportunidade de repetir essa oposição, porém em um cenário que passa longe de ser ao menos parecido com o de 2013. Entre os conservadores o grupo não é popular, e o ressentimento pelo não apoio a Bolsonaro no segundo turno é fator importante para a baixa popularidade do grupo. O apelo pelo discurso liberal, do mesmo modo, é pequeno se comparado ao intervalo de tempo em que Temer e Bolsonaro governaram.

Diante disso, questões acerca de qual seria o teor da nova oposição do MBL ao governo de Lula podem ser colocadas, sobretudo do ponto de vista de quais narrativas e estratégias serão mobilizadas nesse processo. No capítulo final, faço uma análise a partir do Instagram do grupo para tentar responder essas questões.

⁵⁵ Esquema de corrupção na Petrobras que ocorreu ao longo dos governos de Lula e Dilma.

⁵⁶ Escândalo de corrupção envolvendo a compra de equipamentos agrícolas superfaturados no governo Bolsonaro.

⁵⁷ Escândalo de corrupção que ocorreu no governo Lula que consistia no suborno mensal a deputados para votarem em favor de projetos do Poder Executivo.

⁵⁸ Alocação financeira dada a parlamentares que não passam pelo processo usual de aprovação e transparência. Ficou em evidência ao longo do governo Bolsonaro, que bateu recordes nos valores repassados.

5 MOVIMENTO BRASIL LIVRE E O GOVERNO LULA

Este capítulo é o ponto de chegada da análise que propus do Movimento Brasil Livre. Depois de iniciar esse trabalho falando de aspectos dos movimentos sociais e políticos, de localizar o debate sobre os significados do termo “nova direita”, de apresentar o MBL enquanto grupo e, por fim, falar do caminho que o grupo percorreu até estar novamente diante de um governo petista, agora adentro na dimensão empírica da pesquisa.

Aqui me debruçarei no recorte temporal escolhido para análise, na definição do campo de pesquisa, nos aspectos referentes à coleta, tratamento e inferência dos dados, nos resultados obtidos e nos significados que eles podem ter. Minha pretensão é abrir um horizonte do possível caminho que o MBL pode percorrer ao longo do governo Lula.

Por ser um grupo que alcançou sua popularidade a partir de uma forte atuação pelas redes sociais, desde o primeiro momento em que cogitei estudar o Movimento Brasil Livre já tinha em mente que essa análise teria que acontecer a partir delas. Como demonstrei no capítulo dois, as redes sociais são fortes ferramentas de mobilização (Castells, 1999), mesmo que, como também procurei chamar atenção, as plataformas responsáveis por administrá-las possuam poder para usar os dados de seus usuários para fins que se sobressaem à um ambiente de mera interação entre usuários (Zuboff, 2021) e que seus formatos possam favorecer determinados grupos políticos (Martins, 2019).

Em especial após o fim das subsequentes manifestações de rua que ocorreram no Brasil entre 2013 e 2015 de forma mais acentuada, o MBL foi um grupo que atuou predominantemente a partir das redes sociais. O grupo está presente nas principais plataformas. A seguir destaco o número de seguidores que o grupo possui no momento que escrevo.

Tabela 1 – Número de seguidores/inscritos do MBL nas principais redes sociais

Rede social	Seguidores/Inscritos
Facebook	2,9 Milhões
Instagram	762 Mil
X	535,7 Mil
Youtube	1,3 Milhões

Fonte: Elaboração própria

Em conjunto, podemos dizer que o grupo tem um ecossistema de redes sociais que se retroalimenta. Dessa forma, boa parte dos conteúdos produzidos pelo grupo circulam entre as

quatro redes sociais elencadas na tabela, de modo que um conteúdo produzido originalmente para uma das redes possa ser usado também em outras. A maior compatibilidade e integração entre publicações está entre Facebook e Instagram, pelo fato de fazerem parte do mesmo conglomerado (Meta). Contudo, nada tem impedido que o grupo use tweets obtidos a partir de ferramentas de captura de tela para compartilhar nas duas redes citadas publicações que originalmente são da rede social X. O mesmo acontece com vídeos gravados para o youtube que podem ser reutilizados, etc. As formas como os conteúdos podem circular é ampla.

Para a pesquisa que proponho, optei pela escolha do Instagram como plataforma de onde extraí as publicações para análise. A escolha está baseada no crescimento que a rede social teve nos últimos anos e no fato de que, em 2023, o Instagram tem sido a rede social mais usada do Brasil⁵⁹. Além disso, a plataforma é uma das mais versáteis, o que possibilita aos usuários trabalharem com vídeos, imagens e texto. Justamente por essa característica, também contribui para a pesquisa, pois permite a coleta de publicações nos mais diversos formatos.

5.1 Análise de conteúdo

Definido que meu ambiente de análise, ou campo de pesquisa, seria a rede social Instagram, entendi que, em termos metodológicos, a análise de conteúdo seria o caminho metodológico ideal para a pesquisa proposta. Isso porque tem uma gama de aplicação ampla para os mais diversos objetivos de pesquisa, que vão desde expor técnicas de propaganda até descrever tendências no conteúdo da comunicação, que é o principal objetivo aqui.

Laurence Bardin, principal nome da análise de conteúdo, define essa metodologia como

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2016, p. 48).

⁵⁹ CANALTECH. **Instagram é a rede social mais usada no Brasil, mas já mostra “cansaço”**. Disponível em: <<https://canaltech.com.br/redes-sociais/instagram-e-a-rede-social-mais-usada-no-brasil-mas-ja-mostra-cansaco-244988/>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

Os objetivos da AC, como também aponta a autora, correspondem a dois principais: a superação da incerteza, que basicamente se refere à possibilidade de se obter resultados generalizáveis, e o enriquecimento da leitura, que diz respeito à possibilidade de enxergar nos conteúdos elementos de significação e outros mecanismos que a priori não possuíamos à compreensão (Bardin, 2016).

Para Bardin (2016), a Análise de Conteúdo pode ser entendida a partir de três momentos ou polos cronológicos. Primeiro, a pré-análise, que consiste em uma fase de organização, que tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas. Nessa etapa haverá a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos. A segunda fase consiste nas operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas. Por fim, na terceira fase, o tratamento dos resultados obtidos e interpretação, que é o momento em que os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos e válidos.

Apesar de Laurence Bardin ser uma grande referência para esse tipo de análise, Sampaio e Lycarião (2021) entendem que as etapas estabelecidas por Bardin foram excessivamente simplificadas. Por isso, chamam atenção para modelos de análise de conteúdo posteriores que detalham de forma mais profunda cada etapa proposta pela autora e apresentando uma tabela que sintetiza alguns desses modelos. Como ponto de chegada, propõem uma reestruturação do passo a passo de uma análise de conteúdo, baseando-a em três grandes etapas: 1) Conceituação e propósito; 2) Desenho e 3) Análise.

Tabela 2 – Etapas da análise de conteúdo proposta por Sampaio e Lycarião (2021)

ETAPAS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO	
Conceituação	
1.	Identificar o problema (revisão de literatura)
2.	Questões de pesquisa e hipóteses
Desenho	
3.	Selecionar a(s) unidade(s) e subunidades(s) de análise
4.	Criar e definir categorias
a.	Elaboração do livro de códigos

b. Elaborar a planilha de codificação
5. Amostragem
6. Pré-teste das categorias e das regras de codificação
a. Treinamento
b. Revisão do livro de códigos
c. Teste de confiabilidade-piloto
7. Treinamento final e teste de confiabilidade das categorias
8. Codificação
9. Testes de confiabilidade intermediário e final
Análise
10. Tabulação e aplicação de procedimentos estatísticos
11. Interpretar e reportar os resultados
12. Validação e replicabilidade

Fonte: Sampaio; Lycarião, 2021, p. 49

Em minha análise, não ficarei restrito a uma ou outra abordagem. Reconheço, dessa forma, tanto a centralidade de estar em diálogo direto com Bardin, quanto a necessidade de dar profundidade às etapas propostas por ela e elencadas na tabela anterior. Ressalto, contudo, que, no caso da tabela citada, algumas etapas fazem referência a pesquisas de grande porte, com grandes equipes e maior acesso a recursos, em especial nas etapas de treinamento, testes de confiabilidade e pré-testes. No caso deste trabalho, portanto, algumas dessas etapas estarão ausentes ou mesmo serão formuladas de forma simplificada, inclusive por questões de tamanho do corpus, forma como foi coletado, etc. Nesses momentos, portanto, o diálogo com a fonte primária da AC, ou seja, Bardin, será fundamental.

5.2 Pré-análise / Conceituação

Independente da abordagem de Análise de Conteúdo que se pretenda seguir, a etapa inicial, de modo geral, diz respeito à elaboração dos objetivos de pesquisa, que serão

responsáveis pela condução dos demais procedimentos. De forma geral, meu objetivo com essa pesquisa é investigar quais são as narrativas mobilizadas pelo Movimento Brasil Livre em seu Instagram que movem a oposição que faz ao novo governo de Lula.

Laurence Bardin (2016) entende que outra etapa inicial da Análise de Conteúdo é a leitura flutuante, que é um esforço quase que de habituação com o material que se pretende coletar e analisar. Nessa pesquisa tenho como material os posts no Instagram do Movimento Brasil Livre que fazem referência direta ou indireta ao governo Lula. Por isso, a leitura flutuante aqui consistiu em uma tarefa de navegar pela plataforma e tomar conhecimento dos formatos das postagens, dos tipos de materiais disponíveis (imagens, textos e vídeos) e vislumbrar como esse material seria coletado para ser analisado. De forma mais específica, por material aqui me refiro às unidades de análise: “Cada postagem em uma rede social on-line tende a funcionar como uma boa unidade de análise e é o mais visto na literatura” (Sampaio; Lycarião, 2021, p. 54).

Aqui é importante ressaltar a *regra da exclusividade* (Bardin, 2016), que diz que no processo de análise é preciso ter-se em conta todos os elementos desse *corpus*, ou seja, não se pode deixar de fora qualquer um dos elementos por qualquer razão sem a devida justificativa. Dessa forma, no processo de leitura flutuante, assim como também no de coleta das postagens, tanto imagens, quanto textos e vídeos que faziam referência direta ao governo Lula foram considerados para a análise.

É válido ressaltar outras duas regras aqui, a da *pertinência* e da *homogeneidade*. Respectivamente, a primeira diz que os documentos retidos devem ser adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objetivo de análise. A segunda diz que os objetos devem apresentar critérios precisos de escolha. No caso dessa pesquisa, ambas as regras estão sendo seguidas. A regra da pertinência é atendida quando, para fins de análise, estou coletando apenas postagens do MBL que fazem referência direta ao governo Lula, que é a fonte da oposição do MBL, ignorando assim todo o corpo de postagens presentes na plataforma do grupo que correspondem a outros temas. Consequentemente a segunda regra é atendida, pois o critério de escolha é claro: postagens onde o MBL faz referência ao governo Lula como oposição. Em conjunto as duas regras dão os parâmetros claros para a construção do corpus da pesquisa.

Ao contrário de meu planejamento inicial, a coleta das postagens que comporiam o corpus dos dados da pesquisa não pôde ser feita de forma automatizada. Minha ideia inicial era, a partir de algum software ou outra ferramenta, estabelecer datas iniciais e finais e obter de forma filtrada as postagens do Instagram do grupo. Isso não se mostrou possível, tive que

capturar de forma manual cada postagem. Nesse sentido, a linha do tempo infinita da plataforma me foi útil para navegar à primeira postagem do grupo referente ao governo Lula após eleito. As postagens foram capturadas via print screen e adicionadas a um grande arquivo. A primeira postagem capturada foi após a vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2022. A última postagem capturada aconteceu no mês de julho. No arquivo, cada uma das postagens foi transcrita e, no caso de imagens, descritas. Em um primeiro momento também foi feita uma análise semântica de postagens que precisavam ter seu sentido textualizado, como no caso de *memes*. O arquivo final foi composto por 119 postagens coletadas, onde para cada uma delas havia: 1) Transcrição do texto; 2) Descrição da imagem; 3) Análise semântica; 4) Número de curtidas; 5) Chamada da postagem; Nas postagens onde havia comentários do público com muitas curtidas, esse comentário também foi transcrito para o arquivo para ser classificado como comentário de apoio ou comentário crítico à postagem.

5.3 Desenho: Codificação e categorização

A base de dados consiste do material bruto do corpus de análise. O esforço seguinte se traduz na maneira como eles passam a ser significativos. Nesse momento entramos na etapa da codificação.

A codificação é o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo (Bardin, 2016, p. 130)

O primeiro passo do processo de codificação é a criação do livro de códigos: “Um conjunto de questões (códigos) com o qual o codificador trata os materiais, e do qual o codificador consegue respostas, dentro de um conjunto predefinido de alternativas” (Bauer, 2007, p. 199 apud Sampaio; Lycarião, 2021, p. 57). De forma mais clara, o livro de códigos é um manual para codificação do material coletado.

Os códigos são fundamentais para qualquer Análise de Conteúdo: “Ele irá resumir, filtrar ou condensar dados de acordo com objetivos e com os interesses da pesquisa” (Sampaio; Lycarião, 2021, p. 58).

Os códigos são atribuídos às pequenas unidades analisadas dentro do conteúdo coletado, no caso em questão de cada postagem. Bardin (2016) atribui o termo “unidade de registro” para

definir a unidade de significação correspondente ao conteúdo considerado unidade base, visando a codificação, categorização e contagem frequencial. Em outras palavras, as unidades de registro são os textos ou fragmentos de texto que se destacam e, por isso, destacamos dentro do texto em função de seu sentido e do código que iremos atribuir a ele. Os critérios para escolha das unidades de registro são semânticos, e podem ser tanto palavras quanto frases.

Os códigos, por sua vez, são agrupados em categorias, que são “unidades analíticas que materializam as questões a serem verificadas” (Sampaio; Lycarião, 2021). Uma definição adicional para categorias é a de que são rubricas ou classes as quais reúnem um grupo de elementos (Bardin, 2016). Tal reunião de elementos pode acontecer por questões sintáticas, lexicais ou semânticas. Portanto, se fossemos imaginar uma sequência para pensar os termos *unidade de registro, códigos e categorias teríamos*: 1) Destacar as unidades de registro; 2) Codificar as unidades de registro; 3) Colocar os códigos dentro de categorias.

É importante ressaltar que o processo de codificação e categorização pode ser feito com categorias e códigos a priori ou não. Ou seja, podemos iniciar uma análise de conteúdo com códigos e categorias já construídos ou então construir os códigos e categorias conforme os dados são explorados. A escolha de uma ou outra abordagem se dá em função dos objetivos de pesquisa. Apesar de ter uma ideia conceitual a priori das narrativas mobilizadas pelo Movimento Brasil Livre em outros contextos, o que ficou claro nos capítulos anteriores, optei por adotar a abordagem de cunho exploratória na análise de minha base de dados. Isso porque um dos objetivos aqui é em alguma medida promover uma comparação entre as narrativas mobilizadas pelo grupo em outros contextos com a do contexto mais específico analisada aqui.

Como forma de facilitar os processos da análise de conteúdo, optei por utilizar o software de análise qualitativa Atlas.ti, que permite que os procedimentos de escolha das unidades de registro e o processo de codificação seja feito de forma facilitada. O arquivo dos dados foi importado para o software e o processo de análise teve início. Vale ressaltar que o software possibilita que relatórios contendo informações acerca da análise sejam gerados, fornecendo dados como as unidades de registros destacadas, os códigos atribuídos a cada uma e a frequência de cada código.

Como já ressaltei, o formato que adotei para minha análise de conteúdo se deu sem códigos ou categorias prévias, ou seja, ambas as coisas foram formuladas ao longo do processo. Dessa forma, em minha primeira análise dos dados coletados, o número de códigos elaborados foi extenso, totalizando 35 códigos.

Tabela 3 – Primeira versão da codificação

Código	Frequência
A esquerda é hipócrita	20
A esquerda passa pano para Lula	6
A imparcialidade para Lula é seletiva	2
Alarmismo	2
Aliados de Lula são corruptos	16
Defesa do banco central independente	2
Governo Lula acabará com o Agro	3
Governo Lula apoia censura	7
Governo Lula desmata a Amazônia	3
Governo Lula é um desastre econômico	3
Governo Lula fará do Brasil uma Argentina	2
Governo Lula não consegue articulação com o Congresso	9
Governo Lula não respeita o dinheiro público	32
Governo Lula não tem responsabilidade fiscal	6
Governo Lula quer a volta do imposto sindical	2
Governo Lula quer cobrar mais imposto	12
Governo Lula quer continuidade do orçamento secreto	16
Governos da América Latina são corruptos	5
Governos de esquerda na América Latina são um desastre	6
Janja quer protagonismo	11
Lula coloca criminosos em seu governo	5
Lula cometeu estelionato eleitoral	7
Lula deu outro nome para o orçamento secreto	6
Lula e Bolsonaro são farinha do mesmo saco	30
Lula é corrupto	5
Lula é hipócrita	27
Lula é próximo de lideranças da América Latina	14
Lula é radical	1
Lula é revanchista	2
Lula está com Arthur Lira	3
Lula está com o STF	4

Mercado não confia em Lula	2
O MBL é coerente	1
O povo brasileiro vai sustentar países da américa latina	9
Parte da mídia passa pano para Lula	7

Fonte: elaboração própria

Diante da versão obtida na primeira codificação, percebi que a quantidade elevada de códigos era resultado da repetição de códigos muito semelhantes, bem como da criação de códigos que apareciam uma única vez ao longo de toda a base de dados. Ambos os problemas detectados são resultados de uma formulação ruim dos códigos. Por isso, retornei à base de dados para fazer uma recodificação, que resultou na supressão de alguns códigos e na condensação dos outros códigos em códigos novos que dessem conta de abarcar os demais. A tabela a seguir mostra os novos códigos e o lugar ocupado pelos códigos antigos dentro dos novos códigos.

Tabela 4 – Códigos Sintetizados

• Estelionato Eleitoral	• Governabilidade	• Incoerência esquerdista	• Ineficiência estatal	• Janja e seu protagonismo	• Lula autoritário	• Mais imposto	• Não existe responsabilidade fiscal no governo Lula	• O MBL acertou em seu posicionamento neutro nas eleições presidenciais	• Orçamento secreto	• Proximidade entre Brasil e países da América Latina é ruim para o país
• Lula cometeu estelionato eleitoral	• Governo Lula não consegue articulação com o Congresso	• A esquerda é hipócrita	• Defesa do banco central independente	• Janja quer protagonismo	• Alarmismo	• Governo Lula quer cobrar mais impostos	• Governo Lula é um desastre econômico	• Lula e Bolsonaro são farinha do mesmo saco	• Governo Lula da continuidade ao orçamento secreto	• Governo Lula fará do Brasil uma Argentina
	• Lula está com Arthur Lira	• A esquerda passa pano para Lula	• Governo Lula desmata a Amazônia		• Governo Lula acabará com o Agro	• Lula quer volta do imposto sindical	• Governo Lula não respeita o dinheiro público	• O MBL é coerente	• Lula deu outro nome para o orçamento secreto	• Governos da América Latina são corruptos
	• Lula está com o STF	• A imparcialidade para Lula é seletiva			• Governo Lula apoia censura		• Governo Lula não tem responsabilidade fiscal			• Governos de esquerda na América Latina são um desastre
		• Lula é hipócrita			• Lula é radical		• Mercado não confia em Lula			• Lula é próximo de lideranças da América Latina
		• Parte da mídia passa pano para Lula			• Lula é revanchista					• O povo brasileiro vai sustentar países da América Latina aliados de Lula

Fonte: Elaboração própria

A segunda versão da tabela de códigos reduziu consideravelmente o número de códigos, e sintetizou aqueles que até então estavam dispersos ou com baixa frequência em códigos mais abrangentes que davam conta de resumir os da primeira versão. Dessa forma, o número de códigos passou de 35 para 11. Na tabela seguinte teremos os 12 novos códigos e suas respectivas frequências, ou seja, o número de vezes que o código apareceu nas postagens que compõem a base de dados.

Tabela 5 – Versão final dos códigos

Código	Frequência
Corrupção	24
Estelionato eleitoral	4
Governabilidade	10
Incoerência esquerdista	36
Ineficiência estatal	19
Janja e seu protagonismo	15
Lula autoritário	10
Mais imposto	10
Não existe responsabilidade fiscal no governo Lula	20
O MBL acertou em seu posicionamento neutro nas eleições	15
Orçamento secreto	14
Proximidade entre Brasil e países da América Latina é ruim para o país	24

Fonte: elaboração própria

Com o conteúdo codificado, a próxima etapa é organizar os códigos em categorias. As categorias são “elementos que nos dão meios para descrever o fenômeno sobre investigação, aumentando o conhecimento e gerando conhecimento” (Sampaio; Lycarião, 2020, p. 46). Para que os códigos sejam realocados em categorias, eles precisam estar relacionados em termos de conteúdo ou contexto. “Códigos são organizados numa categoria quando eles estão descrevendo diferentes aspectos, similaridades ou diferenças de conteúdo do texto que devem permanecer juntos” (Erlingsson. 1997; Downe-Wamboldt, 1992 apud Sampaio; Lycarião, 2021, p. 46). Bardin (2016) aponta que os esforços de categorização impõem a investigação do que cada conteúdo analisado tem em comum com os outros, o que vai permitir seu agrupamento e uma representação simplificada dos dados brutos.

Tabela 6 – Categorias e códigos agrupados

Economia (51)	Autopromoção (15)	Relações de governo (34)	Depreciação (103)
Ineficiência estatal (19)	MBL acertou em seu posicionamento nas eleições presidenciais (15)	Governabilidade (10)	Corrupção (24)
Mais imposto (10)		Proximidade entre Brasil e países da América Latina é ruim para o país (24)	Estelionato eleitoral (4)
Não existe responsabilidade fiscal no governo Lula (20)			Incoerência esquerda (36)
	Lula autoritário (10)		
	Orçamento secreto (14)		
			Janja e protagonismo (15)

Fonte: Elaboração própria

Os doze códigos foram alocados em quatro categorias: Economia, Autopromoção, Relações de governo e Depreciação. As categorias foram pensadas como base tanto no processo de codificação quanto na revisão de literatura, que deu pistas e características importantes sobre o Movimento Brasil Livre desde seu surgimento. A revisão de literatura feita no capítulo três apontou algumas das principais narrativas que moveram o grupo em sua atuação nas redes sociais e nas ruas.

O MBL fez parte do que Alonso (2017) entende como ciclo patriota dos protestos de rua que tiveram início em 2013 no Brasil, e mostra que o que unificou os diferentes grupos de direita que estavam nas ruas naquele período foram as pautas “Fora PT” e “Fora CorruPTos”, ou seja, um claro sentimento antipetista. Essa retórica, como aponta Messenberg (2017) fez parte do imaginário dos grupos de direita, que ao mesmo tempo também promoviam ideias do conservadorismo moral (como aborto e descriminalização da maconha) e pautas neoliberais, como diminuição do Estado, menos intervenção, etc. Não obstante, como chama atenção Yamamoto e Moura (2018), do ponto de vista do discurso, o MBL foi responsável por mobilizar duas retóricas importantes: a de colocar os Estados Unidos como um devir, ou seja, lugar onde

o Brasil deveria chegar em termos de desenvolvimento e a do “retorno do macho”, caracterizada pelo discurso de gênero contra Dilma.

Em conjunto, todas essas características foram consideradas para o desenvolvimento das quatro categorias citadas. É possível adiantar que pautas morais – aborto, ideologia de gênero, escola sem partido - passaram a não ser mais parte da retórica do grupo nas postagens analisadas, o que fica evidente por sua ausência tanto nos códigos criados quanto nas categorias. Da mesma forma, a retórica de gênero. Porém, segue forte o discurso antipetista, da corrupção e dos princípios neoliberais, o que fica claro sobretudo nas categorias “Depreciação” e “Economia”. Na próxima seção apresento a discussão de cada uma das categorias e seus códigos.

5.4 Análise

Agora que o processo de codificação e categorização foi realizado, partiremos para um momento de discussão dos resultados obtidos com ambos os processos, bem como para um momento de reflexão de alguns aspectos que levaram à escolha dos termos atribuídos para cada categoria. Podemos dizer que essa é a última etapa da análise de conteúdo.

É válido ressaltar que na AC o processo de análise pode tomar diferentes caminhos, inclusive aqueles que aprofundam os dados obtidos a partir de softwares de análise quantitativa para aferir questões lexicais ou mesmo servir de base para que outro tipo de análise, como a análise de discurso, que possa ser feita de maneira complementar. Contudo, para os objetivos que me propus neste trabalho, a análise de conteúdo tem como parâmetro a análise categorial, que como afirma Bardin (2016) funciona por operações de desmembramento do texto em unidades e em categorias segundo reagrupamento lógico – algo que foi feito nas etapas de codificação e categorização - para a investigação ou análise temática. Foram esses os procedimentos realizados até aqui. A seguir reservo um espaço para falar de cada categoria individualmente.

5.4.1 Economia

Essa categoria foi construída visando agrupar códigos que tenham como tema questões relacionadas aos indicadores econômicos do governo e questões correlatas, como ações do Ministério da Fazenda, reformas econômicas, impostos, contas públicas, etc.

A categoria “economia” abarcou três códigos que, somados, tiveram uma frequência de 51. Comparado com as outras três categorias, foi a segunda mais mobilizada pelo grupo no conjunto de postagens coletadas para análise. Em termos percentuais, 25% do conteúdo analisado fez referência a temas relacionados à economia, que estão expressos por três códigos: 1) Ineficiência Estatal; 2) Mais Imposto; 3) Não existe responsabilidade fiscal no governo Lula.

Se colocarmos em perspectiva, o tema da Economia sempre foi muito caro ao MBL desde sua formação. Por ser um grupo que se intitula como liberal, um novo governo de esquerda no país é apresentado como sinônimo de uma economia desequilibrada, com altos gastos públicos e com mais impostos.

A presença da categoria aponta para uma continuidade narrativa do grupo no tema da economia que também foi muito forte em seu processo de oposição ao governo Dilma (Santos; Vieira, 2016). O teor das críticas segue sendo o mesmo: a incapacidade do Estado em administrar bens e serviços públicos, o que sugere que o mercado seria o ideal para isso. Kraus (2022) entende esse processo como um esforço para afirmação de uma lógica liberal que não é totalmente nova, ou seja, não representa necessariamente um novo projeto político por estar ligado a velhas bandeiras.

O discurso neoliberal coloca os temas econômicos como centrais para a atuação do Estado. Messenberg (2017) percebeu que junto do antipetismo e do conservadorismo moral, um dos principais princípios semânticos que moveu as novas direitas no Brasil foram os princípios neoliberais centrados nas ideias de estado mínimo, eficiência do mercado, livre iniciativa, meritocracia e austeridade. Todos esses princípios estão elencados nos códigos que compõem essa categoria, o que reforça essa continuidade narrativa.

Entre as postagens analisadas foi comum perceber o esforço do grupo em recuperar um imaginário pessimista em relação à condução da economia pelo novo governo petista, em especial pela indicação de Fernando Haddad para comandar o Ministério da Fazenda. A relação negativa do grupo com Haddad já havia iniciado antes mesmo de sua candidatura à presidência em 2018, já que o grupo fez oposição à atuação de Haddad na prefeitura de São Paulo. A crítica à indicação para o Ministério da Fazenda se apoiava, sobretudo, na ideia de que Haddad teria sido o pior prefeito da história do Estado, justamente pela forma como teria administrado as contas públicas.

Figura 2 – Exemplo de postagem que associa Haddad a aumento de impostos



Fonte: Arquivo pessoal

5.4.2 Autopromoção

Dentre as quatro categorias, essa é a que mais foge à regra do modo como o MBL atua como oposição e que ficou registrado na literatura especializada sobre o grupo. Formada por apenas um código “MBL acertou em seu posicionamento nas eleições presidenciais”, essa categoria faz referência às postagens e momentos onde o grupo procura fazer uma autopromoção de seus valores. De forma mais específica, de um valor em particular: a coerência.

Essa categoria foi construída visando classificar os conteúdos onde o grupo, a partir do processo de oposição, buscava se projetar politicamente pelo contraste com o governo. Ao longo do processo de codificação foi possível perceber que os momentos em que o grupo mais se projetava - partir da autopromoção da coerência como valor - foram aqueles onde aproximava as figuras políticas de Lula e Bolsonaro.

No capítulo anterior, chamei atenção de como a bandeira da coerência foi uma das mais levantadas pelo MBL quando deixou de apoiar o governo Bolsonaro. Essa tese não deixou de ser levantada ao fim do governo. Ao longo do processo eleitoral, o MBL procurou aproximar o máximo possível as figuras para justificar seu posicionamento neutro nas eleições presidenciais.

Após o pleito e a vitória de Lula, esse esforço teve continuidade. Do conteúdo analisado, 7% usou a estratégia de aproximar as duas figuras.

O uso dessa estratégia sinaliza para uma tentativa do grupo de seguir justificando seu posicionamento mesmo após o pleito. Em uma análise dos comentários das primeiras postagens do grupo após a eleição, foi possível perceber que mesmo em postagens depreciativas em relação ao novo governo, os comentários predominantes tinham teor de responsabilização do grupo pela vitória de Lula. Sendo assim, a bandeira da coerência funcionou como escudo e espada ao mesmo tempo, de um lado se defendendo contra as críticas advindas de grande parcela do público conservador, em especial do bolsonarista, do outro atacando o novo governo no processo de oposição.

Se formos um pouco além, poderemos perceber, ainda, que essa estratégia de autopromoção sintetizada pela bandeira da coerência será fundamental para os próximos passos dados pelo grupo no cenário político, que parece sinalizar para a construção de um projeto político próprio expresso na figura de um partido que busca rivalizar não apenas com a já adversária esquerda, mas também com outros projetos políticos de direita, como o próprio bolsonarismo, o que simbolicamente fica evidente no evento de lançamento do Missão⁶⁰, partido criado pelo MBL e em processo de coleta de assinaturas.

Figura 3 – Postagem de autopromoção do grupo pelo valor da coerência



Fonte: arquivo pessoal

⁶⁰ **MBL anuncia nome de novo partido em evento com Kim Kataguiri, Arthur do Val e Sérgio Moro; confira.** Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/mbl-movimento-brasil-livre-anuncia-nome-e-logo-do-partido-em-evento-com-kim-kataguiri-arthur-do-val-e-sergio-moro-nprp/>>. Acesso em: 1 dez. 2023.

5.4.3 Relações do governo

Esta categoria sintetizou códigos que faziam referência à capacidade de articulação do governo Lula com o Congresso Nacional e as relações do governo brasileiro com outros países, em particular da América Latina. Em suma, a categoria reúne questões relativas às dinâmicas tanto internas quanto externas das quais o governo faz parte dentro do recorte temporal escolhido (primeiros seis meses de governo).

Aqui foi possível perceber uma continuidade narrativa importante: as críticas feitas pelo grupo aos países governados pela esquerda da América Latina. A narrativa que ficou marcada nas manifestações de direita com frases do tipo “Não deixarei o Brasil se tornar uma Venezuela”⁶¹ voltou a ser mobilizada. Yamamoto e Moura (2018) em uma análise de discurso do MBL perceberam uma tendência do grupo em tratar os Estados Unidos como um devir, ou seja, como um país no qual o Brasil precisaria se espelhar. Para eles, os EUA funcionam não apenas como um eixo orientador, mas também como eixo estruturante da sociedade. Apesar de não ter detectado significativas referências aos EUA no conteúdo analisado, foi perceptível que o grupo não enxerga os países da América Latina/América como referências para o Brasil. Além disso, entendem que as relações entre Brasil e países como Venezuela e Argentina são desiguais e, mais além, são parasitárias, ou seja, esses países estariam apenas sugando recursos do Brasil. Para consolidar essa ideia, foi comum perceber no conteúdo analisado estratégias como a de dizer que o povo brasileiro precisaria trabalhar ainda mais para sustentar obras em outros países financiadas pelo governo brasileiro.

As críticas aos governos da América Latina e a relação do Brasil com eles se estendem, ainda, para as figuras políticas que os governam ou governaram. A associação entre líderes políticos de esquerda como Nicolás Maduro⁶², Cristina Kirchner⁶³, Rafael Corrêa⁶⁴, Xiomara Castro⁶⁵ e Daniel Ortega⁶⁶ à imagem de Lula parecem procurar construir um imaginário de que o governo brasileiro só constrói alianças desfavoráveis para o país. Mais do que isso, de que se associa a lideranças autoritárias e/ou incompetentes, que seriam em sua totalidade de esquerda.

⁶¹ Ver: Chagas, V., Modesto, M., & Magalhães, D. (2019). O Brasil vai virar Venezuela: medo, memes e enquadramentos emocionais no WhatsApp pró-Bolsonaro. *Esferas*, (14), 1-17.

⁶² Presidente da Venezuela

⁶³ Vice presidente da Argentina

⁶⁴ Ex-presidente do Equador

⁶⁵ Presidente de Honduras

⁶⁶ Presidente da Nicarágua

É válido ressaltar, ainda, a centralidade que conflitos internacionais foram usados para associar a figura de Lula a líderes como Vladimir Putin e Xin Jin Ping, em especial os momentos em que o MBL sugeria que Lula, enquanto representante do Brasil, estava ao lado da Rússia no conflito com a Ucrânia, seja nas relações diplomáticas ou econômicas. O mesmo se aplica ao conflito entre Israel e Palestina, onde o grupo procurou construir uma narrativa que associava a figura de Lula como um opositor de Israel e defensor do grupo terrorista Hamas.

O código da Governabilidade, por sua vez, procurou dar conta dos conteúdos que tendiam a construir uma imagem do governo Lula desalinhada com o Congresso, ou seja, de que Lula seria um negociador ruim e por isso haveria dificuldade de aprovação das principais medidas do governo. O código da governabilidade está intimamente associado ao código “orçamento secreto”, presente na categoria que discutirei a seguir. Essa proximidade diz respeito à narrativa construída pelo grupo de que, por sua baixa governabilidade e capacidade de articulação, o governo Lula daria continuidade ao orçamento secreto, antes tão associado a Bolsonaro. Aqui também podemos perceber uma conexão com a categoria discutida anteriormente, a que se esforçava em aproximar as figuras de Lula e Bolsonaro e exaltar a bandeira da coerência do MBL. Pelos critérios de classificação da análise de conteúdo – em particular o de não classificar um mesmo conteúdo em mais de uma categoria - esses códigos estão separados, porém estabelecer essas conexões mostram que existe uma coesão interna entre todo o conjunto dos dados.

Imagem 4 – Exemplo de postagem que ressalta as relações exteriores do governo



Fonte: Arquivo pessoal

5.4.4 Depreciação

É esperado que qualquer processo de oposição acione a depreciação como estratégia de enfrentamento ao grupo/partido/governo rival. Por isso, foi inevitável que fosse construída uma categoria para sintetizar os códigos referentes ao tipo de depreciação realizada pelo MBL em relação ao governo Lula. Como também esperado, essa categoria é a que reúne o maior número de códigos, como ficou evidente na tabela das categorias, sendo seis o número de códigos presentes. Da mesma forma, reúne também o maior percentual do conteúdo analisado, 51%.

O código “corrupção” teve uma das maiores frequências e aponta para mais uma continuidade narrativa. A oposição feita pelo MBL ao governo de Dilma tinha como marca o discurso contra corrupção e em defesa da operação lava jato. O retorno do PT ao poder, agora com Lula, fez com que o MBL retornasse a essa narrativa com a mesma intensidade. No conteúdo analisado, não apenas a figura de Lula esteve constantemente associada à corrupção, mas também seus aliados. Messenberg (2017) entendeu o discurso anticorrupção das novas direitas brasileira como parte do princípio semântico do antipetismo, o que nos permite afirmar a particularidade que esse tema tem quando mobilizado particularmente contra um governo do PT, primeiro com Dilma em 2014 e agora com Lula em 2022.

Associado a isso, e como já antecipado quando falei da categoria anterior, o tema do orçamento secreto também foi muito mobilizado pelo grupo nos primeiros meses do governo Lula. Ao longo da campanha eleitoral de 2022 esse foi um dos temas mais associados ao governo Bolsonaro tanto pela mídia quanto pelos candidatos rivais. Por isso, a distribuição de emendas nos primeiros meses do governo Lula foi um dos temas mais usados pelo MBL nesse processo de oposição, e constantemente associado ao termo “orçamento secreto”. Essa associação nos leva a outros dois códigos importantes dessa categoria. O primeiro, “incoerência esquerdista” remete ao conteúdo analisado que procura estabelecer a ideia de que a esquerda brasileira não é coerente em suas pautas, como por exemplo a do próprio orçamento secreto, que teria sido tão criticada ao longo da campanha de Lula e pouco falada após sua eleição. O código da incoerência pode ser entendido como um claro contraste da narrativa construída pelo MBL de que ele seria o único grupo íntegro às suas pautas, o que estaria expresso na tão falada aqui bandeira da coerência levantada pelo grupo em diferentes contextos. Outro código importante que compõe essa categoria é o do “estelionato eleitoral”, que basicamente foi usado para codificar os conteúdos que faziam referência às promessas de campanha de Lula que não haviam sido cumpridas. Mais do que isso, o conteúdo associado a esse código busca construir um sentimento de que os eleitores de Lula foram enganados.

Um outro código importante nessa categoria é o que diz respeito ao protagonismo da primeira dama, Janja, no governo. Foi considerável o número de conteúdos analisados que faziam referência à participação de Janja tanto em assuntos do governo quanto em questões como participação em programas de tv ou entrevistas dadas por ela. A pertinência desse código pode ser vista ao comparar sua frequência com a de códigos que, considerando a história e ideologia do grupo, deveriam ter frequência superior à do referente ao protagonismo de Janja no governo. Por exemplo, esse código superou o número de frequência dada ao código “imposto”, que está na categoria economia e é uma das pautas mais levantadas pelo MBL ao longo de sua história. Talvez o leitor possa se fazer uma pergunta pertinente acerca deste código: Por que ele está dentro da categoria depreciação? A resposta é o fato de que o uso feito da imagem de Janja nos conteúdos produzidos em oposição ao governo eram usadas de maneira pejorativa. Em geral, as postagens classificadas com esse código sugeriam que Janja queria um cargo no governo para ela ou para alguém próximo a ela, ou que a primeira dama teria feito gastos exacerbados com móveis para o palácio da alvorada ou nas viagens oficiais. Essas informações podem levantar uma discussão sobre gênero, pois estigmatiza Janja a partir de um estereótipo de gênero centrado na figura da mulher como responsável pelos “gastos excessivos” de uma casa. Essa tendência de estigmatização de mulheres ligadas à política a partir de estereótipos de gênero baseados em feminilidade, corporalidade e vida privada foram também percebidas por Biroli (2010) em uma análise da representação de políticas mulheres na mídia, algo que também parece ter sido feito nos conteúdos produzidos pelo MBL.

Figura 5 – Exemplos de postagens que fazem referência à Janja



Fonte: Arquivo Pessoal

As sucessivas vezes que o grupo procura colocar Janja em evidência, portanto, sugerem que existem aspectos relevantes do esforço de oposição feito pelo MBL ao governo para catalisar na imagem da primeira dama aspectos não apenas de gênero, mas também corrupção, como as suposições ao nepotismo e a falta de responsabilidade fiscal em torno da tese dos gastos excessivos feitos por ela. Tal esforço precoce de desmoralização da figura de Janja pode ser entendido como um esforço antecipado do grupo de desmoralização de sua figura pública, o que funciona como uma espécie de oposição antecipada a um possível protagonismo futuro da primeira dama no cenário político.

6 CONCLUSÃO

No começo desse trabalho procurei demonstrar como o processo de mobilização foi sofrendo mudanças conforme as tecnologias da informação se desenvolviam. Em particular, procurei destacar que o advento da internet e tudo aquilo que surge por causa dela – redes sociais, fóruns, plataformas, etc. – consiste na última grande mudança pela qual os processos de mobilização tem passado. Chamei atenção para diferentes vertentes teóricas sobre o tema da mobilização e dei centralidade para as discussões que depositaram na internet a responsabilidade de ser o canal que revolucionaria a forma como as pessoas e os grupos atuariam politicamente na sociedade. Em um sentido oposto, também destaquei as visões críticas desse processo, que veem tal promessa de maneira muito mais cética.

Ter diante de si ambas as percepções é fundamental em todo o processo de pesquisa. A conclusão na qual cheguei a respeito da questão que envolve essas duas alternativas de visão acerca da internet como mecanismo de mobilização pode desapontar aqueles que esperam uma resposta clara e direta sobre o tema. A internet e sua influência sobre o processo de mobilização é uma realidade objetiva que não pode ser evitada ou negada, e a percepção sobre qual o teor de sua existência, do ponto de vista dual, ou seja, se é bom ou ruim, evolução ou involução, sempre será particular. Por isso, diante desse debate, o esforço não deve ser o da procura por um vencedor, mas sim, como espero ter feito, apresentar ambas as visões e adotar uma (otimista) ou outra (crítica) a depender do caso concreto analisado.

Esse trabalho, por sua vez, consiste no estudo de um grupo particular, analisado a partir de um recorte temporal e um contexto político específico. Se nos colocarmos no lugar do Movimento Brasil Livre para refletir sobre qual foi o impacto da internet em seu processo de mobilização política, podemos enxergar com facilidade que certamente foi um acontecimento fundamental para sua própria existência. Chamei atenção para o fato de que, mesmo antes de se constituir enquanto grupo político, as teias de relações que levaram à sua criação e consolidação remetem diretamente aos primeiros think tanks liberais que chegaram ao Brasil graças ao processo de globalização e expansão dos meios de comunicação potencializados pela internet. Para além disso, desde seu surgimento oficial, o MBL atuou ininterruptamente a partir dos mecanismos oferecidos pelas redes sociais, seja organizando as primeiras manifestações de rua que liderou, seja fazendo campanhas políticas para suas lideranças anos depois. Todos esses fatores permitem concluir que o MBL, nos moldes que existe hoje, só foi possível graças aos processos possibilitados pela internet e suas ferramentas. Aos que o apoiam, um bom ponto de chegada possibilitado pelo desenvolvimento dos meios de comunicação. Aos seus críticos, um

ponto de chegada ruim, pois a existência não apenas desse grupo em particular, mas de outros, inclusive aqueles mais radicais, também só foi possível graças ao desenvolvimento das mesmas tecnologias sem a devida regulação.

Diante do impacto que o uso da internet teve nas campanhas eleitorais e nos movimentos sociais e políticos, ela deixa de ser ferramenta acessória para se tornar cada vez mais protagonista. Se a direita brasileira saiu na frente no processo de apropriação dessas ferramentas em suas mobilizações, desde as eleições de 2022 já foi possível perceber que a esquerda brasileira já construiu um movimento de reação, dando cada vez mais espaço para o uso dessas ferramentas não apenas nas campanhas eleitorais, mas também depois dela, em processos como os de consultas populares acerca de determinados temas e de compartilhamento de ações do governo com seu eleitorado e demais públicos.

Não esquecer, contudo, de que para além do resultado de um processo de transformação das tecnologias da informação, o MBL é também resultado de outro acontecimento fundamental, que por sua vez possui cunho estritamente político. O surgimento das novas direitas, para alguns, ou direita reativada, para outros, foi discutido no capítulo dois. Esse processo refere-se ao momento no qual a hegemonia política da esquerda brasileira foi colocada em xeque a partir da ascensão de diversos grupos e personalidades políticas ligadas à uma tradição que mesclava conservadorismo, liberalismo e autoritarismo. Características essas que estavam ora juntas, ora separadas a depender do movimento. Sua maior expressão foi a eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência em 2018, que reunia as três características e foi apoiado amplamente por todos os grupos e personalidades que faziam parte desse movimento. No capítulo quatro, discuti de forma mais específica a relação entre o MBL e Bolsonaro, que pode ser resumida a um processo no qual cada lado da relação tirou seu devido proveito até determinado momento. Bolsonaro sendo apoiado por mais um entre muitos outros grupos liberais e conservadores que surgiram a partir de 2013 e o MBL tendo seu nome vinculado ao presidente eleito, tendo significativos ganhos políticos com a parcela mais conservadora do eleitorado.

O fim da breve relação entre MBL e Bolsonaro, também discutida no capítulo quatro, evidenciou uma característica que considero como fundamental do grupo, que é a de ser constantemente um grupo de oposição. Ao avaliar os diversos processos políticos nos quais o MBL esteve presente na história política recente do Brasil, foi possível perceber que o grupo esteve seguidas vezes no lugar da oposição, salvo brevíssimos períodos, como parte do governo Michel Temer e o primeiro ano de governo Bolsonaro. Evidentemente, essa característica seria esperada diante de cenários onde governos de esquerda estariam no poder, como no caso de

Dilma em sua reeleição em 2014 e de Lula em 2022. Contudo, mesmo diante de governos conservadores e neoliberais – a exemplo de Temer e Bolsonaro – o grupo optou por em algum momento ser oposição. Em relação a Michel Temer, as críticas ao governo surgiram na medida em que o então presidente era apontado como envolvido em casos de corrupção. No caso de Bolsonaro, na medida em que ele teria traído as pautas liberais e de reformas que havia levantado ao longo da campanha.

É possível defender a ideia de que ser oposição foi uma posição confortável e vantajosa para o grupo no caso do segundo governo Dilma, mas não podemos dizer o mesmo na oposição feita ao longo de três anos de governo Bolsonaro. Por ter sido um dos primeiros sair de apoiador para oposição ao governo, perdeu grande número de seguidores e foi constantemente criticado e excluído da grande bolha conservadora brasileira que girava em torno do então presidente. Bolha essa que foi diminuindo dia após dia. Tal fato nos levanta a questão sobre o motivo pelo qual o grupo teria adotado tal posicionamento nesse caso.

Na política as decisões em geral são calculadas e visam ganhos futuros. Podemos dizer que a “incoerente” oposição do MBL ao governo que ajudou a eleger foi um investimento a longo prazo. O grupo apostou desde cedo que Bolsonaro não conseguiria uma reeleição em 2022 considerando todos os escândalos e decisões que tomou ao longo de seu primeiro ano de governo e se intensificaram cada vez mais, sobretudo no contexto da pandemia e toda a repercussão gerada em torno das atitudes de Bolsonaro frente a crise. A retórica movida ao longo desse período foi de que Bolsonaro seria o responsável pela vitória do PT nas eleições presidenciais de 2022 e que o MBL estava sendo fiel e coerente em relação aos seus valores ao fazer aquela oposição. Em todo esse processo o MBL procurou aproximar-se das figuras mais bem avaliadas que o governo teve, como Luiz Henrique Mandetta e Sérgio Moro, sendo o último inclusive figura que o grupo procurou – sem êxito - construir como terceira via naquela eleição.

Por mais que a vitória de Lula em 2022 tenha sido uma derrota para o MBL e a direita de modo geral, também significou duas outras coisas para o grupo. Em primeiro lugar o êxito da narrativa construída ao longo da oposição a Bolsonaro de que ele seria o responsável pelo retorno do PT ao poder. Em segundo lugar, a oportunidade política que o MBL teria de fazer oposição novamente ao governo do PT, desta vez contra sua figura máxima: Lula. Diante disso está outro objetivo importante deste trabalho: analisar as continuidades e descontinuidades narrativas do MBL frente a essa repetida oposição ao PT.

O balanço que podemos fazer considerando a análise de conteúdo do recorte temporal citado anteriormente, é de que o MBL teve significativas mudanças em suas narrativas. Por

mais que muitas ideias ainda estejam presentes nos conteúdos produzidos para as redes sociais do grupo, como a constante associação de Lula e do PT a governos de esquerda da América Latina e Central - como Venezuela e Nicarágua - ou o constante discurso a respeito da corrupção, que foi a principal marca da oposição feita a Dilma no processo de impeachment, além do debate econômico de cunho neoliberal, é possível dizer que o MBL tem sido muito mais moderado e até mesmo estratégico nas narrativas mobilizadas.

No decorrer dos anos e da inserção do grupo na política institucional a partir de seus membros que ocupam cargos legislativos no âmbito estadual e federal, o grupo parece ter compreendido a necessidade de atuar de outras maneiras, essas muito mais estratégicas. O antes radical discurso liberal, pregado a todo custo e a quaisquer moldes, é agora muito mais contido, tornando o MBL, discursivamente falando, menos liberal até mesmo que o partido NOVO. O grupo parece possuir um planejamento de longo prazo e já mobiliza esforços para identificar e iniciar uma oposição precoce ao que pode vir a ser o sucessor de Lula seja para o cargo de presidente ou outro, o que explica o considerável número de conteúdos analisados que criticam figuras como a primeira dama, Janja, ou o Ministro da Fazenda, já muito conhecido pelo MBL, Fernando Haddad. Além disso, a autopromoção do grupo tem sido cada vez mais movida não apenas por seus valores liberais, como acontecia antes, mas sim pelo valor da coerência e da história do grupo frente aos governos que já fez oposição.

Certas características seguem latentes, como a busca por aproximação sobretudo com o público jovem a partir de uma linguagem baseada em memes e conteúdos pop e geek, o que se materializa em projetos como a Academia MBL, que surgiu com o objetivo de fazer frente a União Nacional dos Estudantes (UNE) e tem como principal objetivo a formação de jovens lideranças que sejam “a cara” e a renovação do grupo.

No momento que escrevo, o ponto de chegada para todas essas características do grupo, sejam as mais “tradicionais” ou aquelas mais recentes, podem ser sintetizadas e pensadas em função do anúncio feito no 8º Congresso Nacional do MBL, onde o grupo lançou seu próprio partido político, o Missão. Essa pode ser vista como a expressão máxima de que o grupo agora faz mais parte que nunca da política institucional. Entre os valores do partido estão os já conhecidos princípios liberais⁶⁷, além de outros que sinalizam para públicos mais conservadores, como a guerra⁶⁸ ao tráfico de drogas e endurecimento das leis penais. Ainda não

⁶⁷ Fim dos privilégios do funcionalismo público e responsabilidade fiscal.

⁶⁸ Importante ressaltar aqui o sentido de guerra. O MBL propõe que o tráfico de drogas no Brasil e os principais agentes que possibilitam o seu funcionamento, como as facções criminosas, sejam enfrentados pelo exército brasileiro a partir de uma guerra declarada.

é possível afirmar **se e quando** o partido estará junto das demais siglas brasileiras. Até o momento, segundo dados divulgados em seu próprio site, o Missão precisa de 547.043 apoios válidos para dar continuidade ao seu pedido de registro junto ao TSE.

O que se pode afirmar, todavia, é que o MBL segue sendo um ator importante no cenário político brasileiro, e ter sua figura vinculada a um partido político pode apontar para dinâmicas eleitorais novas nos próximos anos. Porém, acima de tudo, aponta para um ponto de chegada de uma trajetória que se iniciou na internet e segue sendo sustentado a partir dela, pois boa parte da campanha pela coleta de apoiadores para a fundação do partido tem sido feita por ela. Para 2024 o grupo ensaia a candidatura de Kim Kataguri para disputar a prefeitura de São Paulo. Essa eleição também será termômetro para medir outras possíveis candidaturas do grupo para o cargo de vereador.

Além disso, até o próximo pleito presidencial, o MBL tem diante de si mais três anos para fazer oposição ao governo de Lula. Esse trabalho procurou dar os contornos do teor que essa oposição pode ter, alguns deles já bem conhecidos, como as narrativas em torno da corrupção, outros mais contemporâneos, como o uso de conflitos internacionais para vincular a figura de Lula a outras lideranças, como tem sido o caso dos conflitos Rússia - Ucrânia e Israel-Palestina. Cenários políticos como o da Argentina, que elegeu no fim de 2023 o ultraliberal Javier Milei para a presidência pode tornar-se pauta dessa oposição, pois as propostas do agora presidente da Argentina são em grande parte alinhadas com os princípios liberais defendidos pelo MBL e contrastam profundamente com o tipo de governo conduzido por Lula.

Considerando a reestruturação do MBL a partir do lançamento de seu próprio partido, parece ser possível pensar que o grupo fará parte da construção de um projeto para fazer frente ao PT em 2026, provavelmente ainda como coadjuvante. Esse projeto, contudo, ainda não tem se desenhado. O que é possível afirmar com mais segurança é que tal projeto estará fortemente baseado em uma atuação a partir da internet. Resta saber em qual cenário tecnológico estaremos: uma internet aos moldes da que temos hoje - cenário que parece ser preferível ao grupo - ou uma internet muito mais regulada.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: Um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, v. 76, p. 49–86, 2009.
- ALONSO, A. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos Estudos**, São Paulo, p. 49–58, 2017.
- ANTUNES, R.; BRAGA, R. OS DIAS QUE ABALARAM O BRASIL: as rebeliões de junho, julho de 2013. **Revista de Políticas Públicas**, São Paulo, v. 18, n. 0, p. 41–47, 5 ago. 2014.
- BACON, V. A. MBL foi quem mais perdeu seguidores em 2019. O que aconteceu? **Diário da Amazônia**, 10 jan. 2020.
- BIROLI, F. Mulheres e política nas notícias: Estereótipos de gênero e competência política. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, p. 45–69, 2010.
- BOBBIO, N. **Direita e esquerda**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- CASTELLS, M. **Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio De Janeiro: Zahar, 2013.
- CHAGAS, V. A febre dos memes de política. **Famecos**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 01–26, 2018.
- CHAGAS, V.; MODESTO, M.; MAGALHÃES, D. O Brasil vai virar Venezuela: medo, memes e enquadramentos emocionais no WhatsApp pró-Bolsonaro. **Esferas**, Rio de Janeiro, p. 1–17, 2018.
- FISHER, M. **Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- GENTILE, F. A direita brasileira em perspectiva histórica. **Revista Plural**, São Paulo, v. 25, p. 98–110, 2018.
- GOHN, M. DA G. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyla, 1997.
- GOMES, W. Internet e participação política em sociedades democráticas. **Revista FAMECOS**, Rio de Janeiro, p. 58–78, 2005.
- HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2003.

HARVEY, D. O problema da globalização. **Revista Novos Rumos**, São Paulo, n. 27, 2022.

KRAUS, L. Das ruas às mídias sociais: A rede liberal-conservadora do Movimento Brasil Livre (MBL). **Revista electrónica de recursos em internet sobre geografia e ciencias sociales**. Barcelona, 2022.

LEPRI, A. G. O audiovisual persuasivo do Movimento Brasil Livre nos sites de redes sociais durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff. **Logos**, Rio de Janeiro, v. 27, p. 89–106, 2020.

LEVÝ, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIBÓRIO, B. Movimento pró-impeachment, MBL elege um prefeito e sete vereadores. **Uol**, 2 out. 2016.

MACHADO, J.; MISKOLCI, R. Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. **Antropologia & Sociologia**, Rio de Janeiro, v. 9, 2019.

MARTÍN, M. Não é uma banda de indie-rock, é a vanguarda anti-Dilma. **El País**, 2014.

MARTINS, H. **Comunicação em tempos de crise: economia e política**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MEDEIROS, J. Breve história das jornadas de junho: uma análise sobre os novos movimentos sociais e a nova classe trabalhadora no Brasil. **História e Perspectivas**, Uberlândia, p. 87–117, 2014.

MESSEMBERG, D. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes da direita brasileira. **Revista Sociedade e Estado**, São Paulo, v. 32, p. 621–647, 2017.

NETO, O. C. A “direita envergonhada” e fundação do partido de reedificação da ordem nacional. **Historiæ**, Rio Grande p. 79–102, 2016.

NICOLAU, J. **O brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. São Paulo: Zahar, 2020.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva: Os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

O'REILLY, T. **What is Web 2.0?** Design Patterns and business models for the next generation of software. [s.l.] O'Reilly radar, 2009.

PEREIRA, M. A. **Internet e mobilização política:** os movimentos sociais na era digital. . Em: IV ENCONTRO DE COMPOLÍTICA. Rio de Janeiro: 2011.

PIERUCCI, A. F. **Ciladas da diferença.** São Paulo: Editora 34, 1999.

PIRES, B. El País. **Os laços do clã Bolsonaro com Steve Bannon,** 2020.

PRIMO, A. O aspecto relacional das interações na Web 2.0. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em comunicação,** p. 1–21, 2007.

RECUERO, R.; ZAGO, G.; SOARES, F. B. **Mídia social e filtros-bolha nas conversações políticas no twitter.** . Em: XXVI ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, FACULDADE CÁSPER LÍBERO. São Paulo, 2017.

ROCHA, C. O papel dos think tanks pró-mercado na difusão do neoliberalismo no Brasil. **MILLCAYAC - Revista Digital de Ciências Sociais,** v. UV, n. 7, p. 95–120, 2017.

ROCHA, C. O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância? Em: **O ódio como política:** a reinvenção das direitas no Brasil, São Paulo, Boitempo, 2018. p. 48–54.

SAMPAIO, R. C. et al. Muita Bardin, Pouca Qualidade: Uma avaliação sobre as análises de conteúdo qualitativas no Brasil. **Revista Pesquisa Qualitativa,** São Paulo, v. 10, p. 464–494, 2022.

SAMPAIO, R. C.; LYCARIÃO, D. **Análise de conteúdo categorial:** manual de aplicação. Brasília: Enap, 2021.

SANTOS, J. G. DOS et al. Whatsapp, política mobile e desinformação: a hidra nas eleições presidenciais de 2018. **C&S,** v. 41, p. 307–334, [s.d.].

SANTOS, T. DE C. DOS; VIEIRA, V. C. Representações da Presidenta Dilma Rousseff pelo “Movimento Brasil Livre”. **Sociedade & Discurso,** Pouso Alegre, v. 10, 2016.

SANTOS, F.; TANSCHKEIT, T. Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil. **Colombia Internacional,** p. 151–186, 2019.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SHIFMAN, L. **Memes in a Digital Culture.** Cambridge: The Mit Press, 2014.

SINGER, A. A reativação da direita no Brasil. **Opinião Pública**, São Paulo, v. 27, p. 705–729, 2021.

LOPES, M. S. “**Em nome da governabilidade**”: Uma análise do discurso político brasileiro (2002-2010). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2012.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. São Paulo: Editora UnB, 2004. v. 2

WEBER, M. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Martin Claret, [s.d.].

WERNECK, C.; DAL MOLIN, G. Movimentos como MBI e Livres têm desempenho de partidos de expressão nacional. **Gazeta do Povo**, 8 out. 2018.

YAMAMOTO, E. Y.; MOURA, J. F. DE. O Brasil a partir do Movimento Brasil Livre: Imagens de uma comunidade imaginada. **Comunicologia**, Brasília, v. 11, p. 153–169, 2018.

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

ANEXO A - LIVRO DE CÓDIGOS

1 CÓDIGOS DE TIPO DE POSTAGEM

Esse código servirá para definir o tipo (modelo) de postagem usado pelo grupo para se referir ao governo. Dessa forma será possível contabilizar o tipo de postagem predominante utilizada pelo grupo para atuar na plataforma.

1.1 Meme

Atribuir esse código para postagem em tom jocosos ou irônico, que coloca Lula/seu governo no lugar de algum personagem ou em situação que é encaixada dentro de um meme. *Havendo dúvida se a postagem se classifica com o código de meme ou outro, avaliar o que predomina para que o sentido na publicação seja construído.

1.2 Comentário a partir de notícia

Atribuir esse código para postagens que se refiram diretamente à notícia ou manchete de jornal, identificado ou não, colada na imagem da postagem. *Havendo dúvida se a postagem se classifica com o código de Comentário a partir de notícia ou outro, avaliar o que predomina para que haja sentido na publicação.

1.3 Publicação autoral

Atribuir esse código para postagens em que o texto presente na imagem não tenha nenhuma referência direta a qualquer fonte externa ao grupo, ou seja, não haja print de notícia de portal de notícia ou indicação de que se trata de um meme.

2. CÓDIGOS DE SENTIDO

Esses códigos terão o objetivo de captar as ideias força que movem as postagens do grupo, ou seja, as ideias que constroem a narrativa de oposição ao governo Lula.

2.1 Proximidade entre Brasil e países da América Latina é ruim para o país

Usar esse código para citações em que o grupo sugere explicitamente ou implicitamente que a aproximação feita por Lula e seu governo aos países da América Latina, seja por parcerias, financiamentos, blocos econômicos, é uma ação negativa seja pelo fato de que esses países estão em situação econômica ruim ou possuem líderes tidos pelo grupo como corruptos/autoritários/incompetentes/etc.

2.2 O MBL acertou em seu posicionamento neutro nas eleições presidenciais

Usar esse código para citações em que o grupo procura fazer alguma aproximação entre Lula e Bolsonaro ou petistas e bolsonaristas com o intuito de construir a ideia de que ambos os personagens políticos são “farinha do mesmo saco”, o que justificaria a defesa feita pelo grupo ao voto nulo/branco nas eleições presidenciais de 2018.

2.3 Não existe responsabilidade fiscal no governo Lula

Usar esse código para citações em que o grupo sugere que um governo Lula/petista é sinônimo de irresponsabilidade fiscal, com aumento de gastos públicos, desperdício de dinheiro público, descontinuidade de políticas de austeridade, críticas à independência do banco central etc.

2.4 Corrupção

Usar esse código para citações em que o grupo sugere que a corrupção é ou pode vir a ser parte integrante de um governo Lula/PT. Corrupção aqui deve ser entendida em sentido amplo.

2.5 Governabilidade

Atribuir esse código para citações em que o grupo sugere que Lula não possui habilidade de articulação com o congresso nacional para aprovar as medidas de seu governo ou para publicações que o grupo exalta o uso de emendas parlamentares para que medidas do governo possam ser aprovadas pelo congresso

2.6 Janja e seu protagonismo

Atribuir esse código para citações em que o grupo faz referência à atuação da primeira dama, Janja, no governo. Codificar não apenas textos, mas também imagens onde Janja parece ter sido associada propositalmente a Lula.

2.7 Ineficiência estatal

Atribuir esse código para citações em que o grupo questiona a eficiência do estado/governo em gerenciar certo problema social ou fazer certo investimento em determinado setor

2.8 Orçamento secreto

Atribuir esse código para citações que mencionem o orçamento secreto/emendas de relator em associação ao governo Lula/PT

2.9 Lula autoritário

Usar esse código para citações em que o grupo sugere que medidas do governo ou atitudes do presidente sinalizam para o autoritarismo. Usar esse código também para postagens em que o grupo sugere que Lula apoia outros líderes autoritários.

2.10 Incoerência esquerdista

Usar esse código para citações em que o grupo exalta incoerências nas atitudes do governo Lula ou de sua militância em determinado contexto.

2.11 Estelionato eleitoral

Usar esse código para citações em que o grupo sugere que Lula enganou seu eleitor ou descumpriu determinada promessa de campanha.